

ZULEIKA STEFÂNIA SABINO ROQUE

**EDUCAÇÃO E COTIDIANO ESCOLAR
EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
(1889-1930)**



(Grupo Escolar Olympio Catão – primeira década do século XX)

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ZULEIKA STEFÂNIA SABINO ROQUE

**A EDUCAÇÃO E COTIDIANO ESCOLAR
EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
(1889-1930)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Estefânia Knotz Canguçu Fraga

São Paulo

2007

ZULEIKA STEFÂNIA SABINO ROQUE

**EDUCAÇÃO E COTIDIANO ESCOLAR
EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
(1889-1930)**

DATA: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e Orientador Prof. ^a Dr.^a Estefania Knotz Canguçu Fraga

Prof. Dr. _____

Prof. Dr. _____

Prof. Dr. _____

São Paulo, 30 de Agosto de 2007.

Ao Franklin

Amor, Amigo, namorado, noivo, esposo, leitor, fiel escudeiro e futuro pai dos meus filhos, pela Nossa História.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas são diretamente ou indiretamente responsáveis pela minha trajetória, corro um sério risco de esquecer de mencionar alguns nomes, mas o agradecimento é também parte integrante da dissertação, precisarei me arriscar.

À Estefânia Knotz Canguçu Fraga, minha orientadora, que em todas as nossas reuniões, mesmo com inúmeras atribuições, sempre dispôs de tempo para apontar caminhos e nunca respostas. De presente eu saía sempre com mais questões e dúvidas, com desejo de buscar mais e mais. Nesses quase três anos de convívio, ajudou-me a administrar toda ansiedade diante das fontes, quando meu desejo de “abraçar o mundo com as mãos” falava mais alto, e ainda, com firmeza e sem perder a ternura convenceu-me a registrar, num caderninho à parte, todas as minhas inquietações, para retomá-las em uma outra empreitada de pesquisa, onde espero poder tê-la novamente como parceira.

Às professoras do programa de História em especial à Olga Brites, Heloísa Cruz e Vera Lúcia Vieira, pelas dicas de leituras que me deram durante o cumprimento dos créditos e a gestação da dissertação, que permitiram lapidar o trabalho e enxergar coisas, que eram para mim, obscuras.

Aos colegas que dividiram comigo algumas de suas manhãs e tardes semanalmente, mesmo com sol, chuva, trânsito e falta de tempo. Sou grata pelo aprendizado que obtive através de cada explanação de vocês, que contribuíram para despertar ainda mais o meu desejo de enveredar pelas muitas memórias, pela diversidade e riqueza do Brasil, (que conheci do extremo norte ao sul, mergulhando nas especificidades e desmistificando ainda mais generalizações e tabus historiográficos. Em Campo Grande, Serra Pelada e em outros espaços e territórios escolhemos nos debruçar, ou melhor, fomos escolhidos pelos nossos temas). Em especial agradeço a Silvano Silva, que subia a Serra com “suas meninas” da literatura romântica, sendo minha companheira nos três semestres e ao Juliano Hiroshi, mineirinho que me apresentou sua terra com o pastel tombado como patrimônio e seu objeto de pesquisa, a Praça João Pinheiro, que agora também faz parte da minha memória.

Aos integrantes do Grupo de Pesquisa pelas discussões mensais que foram muito significativas e auxiliaram em muito avançar no que se refere à metodologia, além de ter me proporcionado o contato com outras professoras do Departamento como Yara e Rosário, cujas falas sempre lançaram desafios, alguns já alcançados e outros tantos em constante busca.

Aos professores que participaram do Exame de Qualificação, Luís Antônio Coelho Ferla e Janes Jorge que contribuíram com suas leituras críticas, dicas, sugestões de leitura que foram de extrema valia para o desenvolvimento e conclusão da presente pesquisa.

Aos responsáveis pela minha existência Papai e Mamãe e ao meu irmão Bruno pelo amor e compreensão de sempre, mas sobretudo por acreditarem em meu potencial e me fazer crescer acreditando em mim mesma.

Às demais pessoas queridas, por todo apoio e compreensão nos momentos de ausência e “alienação” que fazem parte dessa etapa de estudos. Agradeço também aos meus avós e ao meu bisavô Francisco que me ajudaram a compreender a vida com sua simplicidade. O conhecimento que com vocês adquiro é especial, alimenta a minha alma do patrimônio imaterial que também quero deixar como herança para meus rebentos.

Ao Franklin, meu companheiro de sempre, pelo suporte técnico, amor, dedicação e paciência ao assistir de perto a gestação da pesquisa, acompanhando meu silêncio, a insônia, a falta ou demasia de apetite e os momentos de desespero. Sou grata por todo apoio que de ti recebo. Obrigada, por toda compreensão, pela sua companhia até mesmo nos Arquivos, sendo meu fotógrafo, motorista, professor de matemática e leitor ao qual mais submeti meu texto, mesmo não sendo da área, suas indagações e sugestões foram muito importantes, meu amor.

Aos meus estagiários, Ronaldo, Alessandro e Anderson por aceitarem a aventura de organizar os Acervos Escolares São José dos Campos, dedicando horas a higienização, catalogação e identificação de fotografias.

A todas as pessoas que se dispuseram a dar informações sobre o passado das escolas joseenses, em especial à Professora Miriam Jannuzelli, por permitir o acesso a seu acervo particular.

À minha ex-professora e amiga Mazé pelos momentos imprescindíveis de discussão do texto final, Lilica, Nanquim e Kitty também colaboraram promovendo momentos de pausas forçadas que descontraíram e revigoraram ânimos.

À Célia Barros pela revisão do texto e dicas sempre bem-vindas, obrigada pelo espaço que sempre ganho em sua agenda.

Ao Senhor Benedito Mathias, pelo tesouro que me forneceu quando esta pesquisa já estava praticamente concluída, mas tenha certeza de que a nova empreitada me chama a utilizar muito esse acervo.

Ao Governo do Estado de São Paulo, pelo apoio financeiro através do Projeto Bolsa Mestrado.

*Há tantos diálogos
Diálogo com o ser amado
o semelhante
o diferente
o indiferente
o oposto
o adversário
o surdo-mudo
o possesso
o irracional
o vegetal
o mineral
o inominado
Diálogo consigo mesmo
com a noite
os astros
os mortos
as idéias
o sonho
o passado
o mais que futuro*

*Escolhe teu diálogo
e
tua melhor palavra
ou
teu melhor silêncio
Mesmo no silêncio e com o silêncio
dialogamos.*

(Carlos Drummond – O constante diálogo)

RESUMO

Compreender como se processou a Educação Pública no município de São José dos Campos durante as duas primeiras décadas do século XX, constituiu nosso objetivo principal. O período é bastante rico e por isso nos possibilita entender como as escolas começaram a se multiplicar e a configurarem uma rede pública, parecida com a que temos hoje. Contextualizamos São José dos Campos na transição Império-República, tendo como pano de fundo as Políticas Públicas de Higiene, Segurança, Saúde e particularmente da Educação que, articuladas, legitimaram o discurso em prol da modernidade das cidades. Em nome da Ordem e do Progresso, houve a necessidade de educar o ex-escravo, o imigrante, o povo, para “nacionalizar” o país. Desse modo, a maneira como a imprensa local, a legislação e os memorialistas discursam sobre a Educação, permitiu-nos recuperar o que esses segmentos sociais concebiam por Educação. Nesse sentido, as escolas, praticamente inexistentes no Império, passam, com a República, a se multiplicar e os espaços destinados à educação finalmente se consagram. Buscar através das fontes, os setores sociais que compunham as camadas sociais e trazer à tona, conflitos de interesses, o perfil de quem administrava e freqüentava tais espaços e de quem se apropriava deles foram alguns dos questionamentos que perseguimos no intuito de elucidar a tessitura social e a complexidade das categorias de análise do público e do privado. Na tentativa de dissecar essas estruturas políticas, sociais, econômicas e identificando os conflitos entre diferentes grupos, sem perder de vista o ponto de intersecção entre eles, ou seja, a necessidade criada e perseguida de buscar formação, buscamos nos debruçar sobre o espaço escolar, seus instrumentos, programas, ritos, enfim, o cotidiano escolar dando luz à ideologia que permeava essas experiências escolares.

ABSTRACT

Comprehend how the public education has been developed in the city of São José dos Campos during the two first decades of the 20th century has been our main objective. This period is very rich, making it possible to understand how schools began to multiply and establish a public system, similar to the one we have today. We situated São José dos Campos in the Empire-Republic transition, having as background the Politics of Public Hygiene, security, health and particularly the Education one with, when articulated, legitimated the speech in favor of cities` modernity. On behalf of Order and Progress, came the necessity to educate the former-slave, the immigrant, the people, to nationalize the country. In this manner, the way how the local press, the legislation and the memorialists made a speeches about Education, allowed us to recover what these social segments understood by Education. In this way, the schools, practically inexistent during the Empire, began to multiply with the Republic and places destined to education finally were consolidated. To search through the sources, the social sectors that constituted the social classes and to show off, conflicts of interests, the profile of who managed and frequented such places and the profile of who appropriated them were some of the questionings that we pursued with the intention to elucidate the social organization and the complexity of analysis categories of public and private. In attempt to deeply understand these politic, social and economic structures and identifying the conflicts between different groups, without missing the matching point between them, that is, the created and pursued necessity to search capability, we studied the school, its instruments, programs, customs, that is, the school`s quotidian that made emerge an ideology behind those scholar experience.

SUMÁRIO

Introdução.....	01
Capítulo 1 – Educação pela Ordem e pelo progresso?.....	25
Capítulo 2 – Quando o professor não tinha escola, e quando a escola não tinha professor.....	55
Capítulo 3 – Escola espaço de caridade e poder.....	90
Considerações Finais.....	131
Anexos.....	135
Fontes Utilizadas.....	152
Referências Bibliográficas.....	159
Índice de Figuras.....	166

Introdução

São José dos Campos, cidade do interior de São Paulo, localizada no Vale do Paraíba, possuía no ano de 2006 cerca de 600 mil habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dispunha de uma rede educacional, de acordo com o Censo Educacional, realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação (INEP), composta por 83.380 alunos matriculados no Ensino Fundamental; 32.123 no Ensino Médio, 19.616 na Educação Infantil; totalizando 138.380 alunos matriculados. Destes, 114.044 faziam parte da Rede Pública (tanto Municipal como Estadual), ou seja, 82,56% do total de matriculados no município frequentavam a Escola Pública.

A presente pesquisa iniciou-se com a visita a vários acervos¹, como escolas e arquivos, onde foi feito o levantamento de um vasto corpo documental. E consenso que as escolas mais antigas eram Grupo Escolar Olímpio Catão (1896); Grupo Escolar de Santana do Paraíba (1920) e Escola Normal Livre João Cursino (1929).

Seriam mesmo essas as primeiras escolas de São José? Essa indagação motivou –nos a percorrer outros acervos e verificamos então a existência de fontes que apontaram outras escolas mais antigas em São José dos Campos. O documento mais antigo relacionado à Educação data de meados do século XIX, quando ainda o território era denominado “*Villa de São José do Parayba*”. Tal descoberta exigiu flexibilidade no recorte temporal, levando-nos a optar por uma breve retrospectiva das *Escolas de Primeiras Letras* da época do Império². Com

¹ Ao visitarmos os acervos, encontramos-os em estado bastante precário: documentos amontoados, num espaço físico muitas vezes impróprio, improvisado, junto de instrumentos de antigas fanfarras, livros didáticos fora de circulação, entre outros materiais. O Arquivo-Morto muitas vezes conhecido pelos funcionários como “quartinho”, guarda inúmeros documentos e o compromisso do pesquisador em visitá-los e inventariá-los pode e deve assegurar a preservação dessas fontes.

² O Decreto das Escolas de Primeiras Letras, a primeira Lei Geral do ensino do Brasil, de 15 de outubro de 1827, decretou a criação de escolas primárias nas capitais de províncias, cidades, vilas e lugares mais populosos. Essa lei única e geral sobre a instrução fixou o método (Lancaster) e o currículo das escolas. O método mutualista segundo Maria Luiza Marcílio foi pouco aplicado na Província de São Paulo, o principal obstáculo foi a falta de formação dos professores. Ver: MARCÍLIO, Maria Luiza. *A História da Escola em São Paulo e no Brasil*. SP: Editora Braudel,

vistas à transição do regime, passamos, a partir daí, a considerar como nosso ponto de partida o ano de 1889.

Perseguimos relatórios de inspetores e de professores que lecionavam antes da existência dos famosos e memoráveis Grupos Escolares, o que nos fez refletir sobre a memória das escolas de São José dos Campos e causou-nos inquietações que nos levaram a rastrear as especificidades de cada uma delas.

Sabemos que a memória oficial é objeto de disputa entre grupos sociais que negociam e acordam versões, que são convencionadas para a população. No caso joseense, há um consenso de que a primeira escola da cidade foi o Grupo Escolar Olímpio Catão. Os textos que se referem à história ou às histórias da educação joseense apontam para essa instituição especificamente. Depois do Grupo Escolar Olímpio Catão, a segunda escola que é referida surgiu de uma necessidade da época de reunir escolas isoladas em um só local, visando a atender a uma clientela, residente em um Distrito de São José dos Campos, Santana. A terceira escola surgiu em um momento em que faltavam professores no Estado, estimulando a criação das “Escolas Normais Livres”, a fim de atender a uma necessidade já antiga, relatada desde o início do século, em relatórios de Inspetores Literários e de Secretários de Negócios do Interior. Tais relatórios estão presentes nos *Anuários de Ensino*.³

Avançando no sentido de compreender a diversidade que envolve a construção da memória e no intuito de esboçar as muitas memórias⁴ procuramos focar uma história comprometida com as constantes lutas sociais. Um dos desafios do historiador ao analisar o presente e o passado é o de articular projetos e alternativas para a resolução de problemas que circundam nosso cotidiano. Na tentativa de manipulação, discursos de candidatos em anos eleitorais, poderiam constituir-se em um exemplo. Na prática, mais do que incluir, a educação, no

2005. p. 43 e 44

³ Os anuários de ensino encontram-se no Arquivo do Estado e foram publicados nos anos de: 1892, 1894 a 1898, 1901, 1906 a 1908, 1910, 1912 a 14, 1916 a 23, 1927. RSNI SP

⁴ Cf FENELON, Déa. CRUZ, Heloísa Faria. PEIXOTO, M.^a do Rosário. *Muitas Memórias, outras Histórias*. SP: Olho d'Água, 2003. Cujas introdução recupera o conceito de contemporaneidade e de olhar político trabalhado por Beatriz Sarlo que trata do comprometimento do pesquisador com as transformações da sociedade da qual faz parte.

Brasil contribui para a exclusão social, perpetuando uma prática educacional dualista.⁵

A coexistência de nomenclaturas variadas referentes a um mesmo grau de ensino, o primário, foi percebida na documentação dentro do recorte cronológico sobre o qual nos propomos a trabalhar, a primeira República⁶. Nos chamou a atenção a discrepância que permeava as Escolas Preliminares, Grupos Escolares, Escolas Reunidas e Escolas Isoladas. No ofício de arrolar, indexar e até mesmo descobrir, higienizar, acondicionar e catalogar as fontes, um grande leque foi se abrindo, tornando árdua a tarefa de delimitar um problema e sobre ele exclusivamente se debruçar. Muitas questões foram se apresentando; de certo modo, o trabalho deu conta de responder a algumas delas, deixando ainda muitas a serem analisadas. Daí, nossa reflexão sobre esses vários tipos de escolas no intuito de compreender como se deu a gênese da Rede de Escolas Públicas, município de São José dos Campos.

Em sua origem a Rede Pública de Ensino não fazia distinção entre escolas municipais e estaduais; na verdade, o Estado se encarregava das despesas com o professorado. Ficava a cargo da municipalidade a concessão de prédios; e as demais despesas eram negociadas na Câmara Municipal. Pelo que pudemos observar, na documentação, as escolas se arrastavam, em meio à precariedade de recursos que atravessou décadas.

Essa Rede Educacional,⁷ que remete ao final do século XIX, constitui nosso objeto de estudo. Nossa problemática central está em identificar em que

⁵ Dados recentes demonstram como o analfabetismo tem diminuído, mas em contrapartida uma nova modalidade do mesmo apresenta-se como desafio para os educadores: o analfabetismo funcional que tem sido verificado em provas e exames nacionais como o ENEM, SARESP, Prova Brasil, entre outras que denotam o quanto a educação encontra-se debilitada, comprovando um acesso muito relacionado à quantidade e deixando a qualidade a desejar.

⁶ Praticamente antes disso a escola de professor único predominou no país, uma escola alfabetizante regida por um professor leigo, uma vez que a primeira Escola Normal de São Paulo foi criada em 1846 e a segunda em 1874. (ver MARCÍLIO, Maria Luiza. *A História da Escola em São Paulo e no Brasil*. SP: Braudel, 2005. p. 70 a 72). O ensino era dividido em primário, secundário e superior, não havendo um elo de ligação definido entre a educação elementar e superior, restringindo os níveis mais elevados de ensino a uma minoria.

⁷ Adotamos essa terminologia Rede para tratar de um aparelho burocrático sistematizado de um grupo de escolas. Porém ainda durante o Império já existiam escolas dispersas pelas vilas e freguesias, que eram denominadas de Cadeira de Primeiras Letras, São José teve seu primeiro

momento e por quais motivos se formaram essas escolas e como elas funcionavam. Para isso, fez-se necessário recorrer ao período Imperial⁸ e verificar como estava fragmentada a responsabilidade, no que diz respeito à educação no Brasil e como, ao longo do tempo, essas atribuições do Governo Federal, Estadual e Municipal se alteraram – ou não – gestando as escolas que hoje temos.

Nosso recorte temporal, diz respeito ao ano de 1889, pois uma das bandeiras empunhadas pelos republicanos foi a Educação. Mudanças sistemáticas começaram a esboçar um novo momento histórico, já que a escola seria responsável por inculcar novas diretrizes comportamentais aos cidadãos republicanos. Prova de que novos ares pairavam sobre a educação é que antes ela estava vinculada à Secretaria do Interior e passou a ter uma Secretaria específica, a Secretaria Geral de Instrução Pública.⁹

O Governo Paulista, em 1892, publicou o Regimento Interno das Escolas Públicas Paulistas e, segundo esse documento, o Sistema Escolar seria organizado em Primário (Escolas Preliminares e Complementares), Secundário (Escolas Normais e Ginásios) e Superior¹⁰. Essa arquitetura de sistema educacional perdurou praticamente durante toda República Velha.

professor interino nomeado em 1829.

⁸ Após o Decreto das Escolas de Primeiras Letras (15/10/1827), cada Província passou a organizar a Instrução Pública, isso se deu em função do Ato Adicional de 1834, que criou as Assembléias Provinciais e transferiu a elas a responsabilidade pelo ensino primário e secundário. No caso específico de São Paulo, a primeira lei sobre ensino, foi a Lei n.º 34 de março de 1846, que tentou organizar e orientar as escolas, criando a Primeira Escola Normal da Capital, além disso, definiu-se o programa de ensino das escolas e estabeleceu que as Câmaras Municipais inspecionassem o ensino através de uma comissão. Em 1851, promulgou-se o Regulamento de Ensino de São Paulo, marcado pela criação de cargos e de delimitação de áreas de jurisdição para inspetores. Ver: MARCÍLIO, Op. Cit. P. 205.

⁹ As crianças de 7 a 15 anos deveriam freqüentar o curso preliminar, para isso o governo arcaria com as despesas de pagamento de professores e fornecimento de livros didáticos oficiais. A duração do Curso preliminar seria de quatro anos, o horário das aulas seria das nove às 14 horas. Os professores das Escolas Preliminares deveriam ser formados pela Escola Normal da Capital “Caetano de Campos” ou por esta instituição examinados. O Currículo do curso era bastante denso, constando de leitura, escrita, caligrafia, moral prática, educação física, química, história natural (higiene), história do Brasil, leitura sobre a vida dos grandes homens; leitura de música e canto; exercícios ginásticos e militares, trabalhos manuais apropriados à idade e sexo.

¹⁰ A partir de 1890 projetou-se a escolarização, integrando os níveis de ensino, pela primeira vez, de forma vertical, indo dos 4 anos de idade aos 18, incluindo o jardim-de-infância, escolas de 1.º, 2.º e 3.º graus – o primário e o secundário. Cf: MARCÍLIO, Op. Cit. p. 132 e 216.

Através das inúmeras Reformas, ao longo do século XX, a escola passou a fazer parte da rotina da maioria das famílias brasileiras. É bem verdade que até hoje dificuldades - que não são poucas - esbarram na universalização do ensino e sua conseqüente queda de qualidade.

Desde a sua gênese, a escola brasileira tropeçou em idealizações, adaptando experiências de outros países que na prática pouco ou nada tinham a ver com a escola descrita pelos aparatos legais ou pelos intelectuais da época. O que se teve e ousamos dizer que ainda temos, de fato é a “escola possível”, ou seja, aquela que acontece, independente do que está previsto em lei ou idealizado por intelectuais¹¹.

Como podemos perceber, a Educação foi assunto tardio das agendas públicas em nosso país, diferentemente de nossos vizinhos latino-americanos, cujas universidades surgiram ainda no século XVI como em São Domingos (1538), México (1551) entre outras¹². O Brasil tem sua primeira Universidade somente na década de 1930. A respeito da Educação Básica a lentidão na criação de um sistema escolar também foi bastante morosa. Hoje, podemos dizer que a escola é um local por onde passam quase todos os cidadãos brasileiros em alguma época de suas vidas.

A temática do presente trabalho foi definida, diante do consenso estabelecido, tanto pela imprensa local, como por memorialistas da cidade, cujos relatos datam de 1896, ano de inauguração do primeiro Grupo Escolar, como o início das atividades escolares no município. No entanto, as fontes com que lidamos, ao longo da pesquisa, permitiram rastrear mais de uma dezena de escolas isoladas anteriores ao advento deste Grupo Escolar. Isso nos fez pensar sobre em quais circunstâncias essas escolas foram criadas e também sobre quem as freqüentavam.

¹¹ O atraso secular que marca a educação brasileira, segundo Maria Luiza Marcílio pode ser explicado também pela descontinuidade nas políticas públicas do ensino, somado ao contínuo mimetismo de modelos pedagógicos ou de teorias vindas de fora, normalmente mal digeridas e aplicadas de forma incorreta ou incompleta. Ver: MARCÍLIO, Op. Cit. p.434

¹² Maria Luiza Marcílio estabelece um paralelo interessante sobre a educação Brasileira e

A escola “ideal” nem sempre era a possível. A infra-estrutura, a qualificação do professor e o programa de curso eram alterados de acordo com as necessidades locais. Tal estrutura complexa e idealizada, só era possível em Escolas Preliminares Intermédias ou em Grupos Escolares, porém, na maior parte do Estado, principalmente no interior, a educação pública praticada se dava em Escolas Intermédias Provisórias¹³, em espécies de “primas-pobres” dos Grupos Escolares. Nessas escolas, os professores não precisavam de habilitação da Escola Normal, eram admitidos através de exame no Palácio do Governo ou através de exames promovidos pelos inspetores de distrito.

No caso joiense, na primeira década do século XX, dois documentos em especial nos chamaram a atenção e trazem peculiaridades locais, que merecem destaque, pois são instrumentos que permitem compreender como se articulavam as idéias sobre educação: o Regulamento da Instrução Municipal (1901) e a Lei da Obrigatoriedade do Ensino no Município (1920).

A Educação Pública em São José dos Campos durante as duas primeiras décadas da República foi marcada por contrastes. A Educação Preliminar poderia ser ministrada em vários tipos de escola¹⁴; sendo que cada uma delas imprimia *status*¹⁵ à sua clientela, dentro de uma hierarquia onde o Grupo Escolar representava o topo. Antes do Primeiro Grupo Escolar, existiam em São José dos Campos algumas Escolas Isoladas que praticamente são desconhecidas pela população joiense. A memória da cidade, no que diz respeito à escola, está vinculada quase que exclusivamente aos Grupos Escolares. Compreender quais eram as outras escolas que não estavam no cenário urbano e em que

Argentina ao longo do século XIX. Ver: Op Cit, p 87 e 88.

¹³ Quanto ao currículo, o número de disciplinas das escolas provisórias era bastante reduzido em relação ao do *Grupo Escolar*. Constava de leitura, escrita, geografia do Brasil, Princípios Básicos das Constituições do Brasil e do Estado. Essas diferenças no currículo ilustram bem como a realidade da educação estava distante dos modelos estabelecidos. Tais adaptações faziam-se necessárias, por falta de pessoal, de recursos, de estrutura, mas foi dessa maneira, que nasceu a rede estadual paulista e, mesmo em meio a essas dificuldades, é ela que serviu de paradigma para outros estados.

¹⁴ Escolas Preliminares, Intermédias, Provisórias, Reunidas, Noturnas, Ambulantes, e Grupos Escolares.

¹⁵ O que as diferenciavam era o tipo de formação dos professores e conseqüentemente o currículo.

circunstâncias as mesmas apareceram é também uma maneira de entender as relações de poder além do limite urbano, já que São José era quase toda rural.

Nos bairros, em que as escolas eram instaladas, o ensino passava a ser obrigatório¹⁶, cabendo aos pais, tutores e curadores enviar as crianças. A fiscalização dessas escolas ficava a cargo do Inspetor Municipal, pago pela Câmara, que mensalmente deveria visitá-las e lavrar os termos de visita conforme a impressão colhida. Os registros, eram, na maior parte das vezes, sucintos. São poucas as ocasiões em que os relatos deixam transparecer alguma tensão, como descumprimento de horários estabelecidos, aulas sem registro, o grau de adiantamento dos alunos, entre outros aspectos. Esses documentos oficiais são eloqüentes se neles buscarmos conotações implícitas.¹⁷ Essencialmente esses termos de visita registravam a “visão externa” e superficial da autoridade, documentando, de maneira parcial, a realidade, evidenciando uma grande contradição, em relação aos relatórios emitidos por professores, nos quais as reclamações eram recorrentes; discursos bastante distantes de uma mesma realidade, a escola.¹⁸

O outro documento já mencionado e que constitui objeto de investigação, a fim de dissecar ainda mais a gênese desse sistema escolar, é a Lei 110¹⁹. Esse

¹⁶ A Lei da Obrigatoriedade merecia um estudo especial. Em 19/04/1879, foi aprovado o decreto 7.247, a Reforma Leôncio de Carvalho, então Ministro dos Negócios do Império, entre outros aspectos essa Reforma criou os jardins-de-infância na Corte, regulamentou o Ensino Normal, além de estabelecer a obrigatoriedade do ensino primário, para ambos os sexos, entre 7 e 14 anos de idade, com multas para os pais ou responsáveis omissos ou negligentes. A prática dessa lei foi uma tarefa difícil, encontramos documentos, como o Relatório do Inspetor Literário do Distrito, datado de 10/11/1894 que apontavam que naquele ano o distrito adotara a lei da obrigatoriedade. O Código de Posturas do Município de SJC estabeleceu um Regulamento para a Instrução Municipal em 1901 e encontramos ainda uma Lei n. 110, de Obrigatoriedade do Ensino no município na década de 1920.

¹⁷ Segundo Jacques Le Goff o documento não é inócuo. É antes de tudo o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. Cf *História e Memória*. Campinas Editora da Unicamp, 1996. p. 547.

¹⁸ As Correspondências Oficiais que anexavam relatórios de professores e inspetores revelaram inúmeras dificuldades quanto à infra-estrutura e até mesmo tensões entre as engrenagens estaduais e municipais, solicitações sem respostas, adaptações ao sistema idealizado em função da carência de estrutura.

¹⁹ Tivemos acesso a essa lei através do contato com os Jornais, ela saiu publicada em uma das edições do “*Correio Joseense*”, datado de 28/03/1920 p.4 – Vide Anexo.

dispositivo, que tornava obrigatório o Ensino no Município nos serve como a ponta do *iceberg* para compreender como a Educação Pública praticada em São José dos Campos tem, na década de 1920, um de seus momentos mais interessantes durante a República Velha. Com certeza não se trata de um fato isolado, nesse momento muitas medidas tomadas nas esferas federais e, sobretudo estaduais, colocavam sobre a municipalidade o peso da educação. Tal fato pode ser entendido até mesmo como reflexo da incipiente industrialização, que começava a ditar o tipo de trabalhador que se esperava e o mínimo de qualificação exigida para cada trabalho.

A Lei de Obrigatoriedade trazia uma série de artigos que mostram as exceções da obrigatoriedade, um sinal de que as mudanças ocorriam lentamente. Os critérios de quem ficava de fora do portão da escola eram bastante sutis, mas podiam ser identificados através da análise de cada um dos artigos e incisos da lei, que mais restringia do que incluía, evidenciando o quanto essa educação era elitista.

É através da escola que percebemos em que medida a educação foi entendida como um direito social, no sentido republicano de formar o cidadão, ou como uma oportunidade de promoção pessoal, uma “vitrine” de pessoas ilustres e abastadas que freqüentavam a escola e colaboravam com ela.

A imprensa local²⁰, publicada semanalmente a partir da década de 1920, nos serviu para, de alguma forma, compreender algumas das expectativas desses colaboradores sobre o papel da educação na sociedade e revelaram os estratos sociais envolvidos no contexto escolar. Nossa análise sobre o discurso da imprensa não constituirá uma análise clássica, que trata a palavra impressa como um registro fiel do acontecido, mas como um meio de comunicação, um instrumento de poder, um “ingrediente vital da vida pública”²¹. Todo o conjunto

²⁰ A Imprensa joseense pode ser caracterizada pela efêmera produção de pequenos jornais. No século XIX o Jornal *A Vida* publicado entre os anos de 1888-1889, e no século XX, *O Caixeiro*, *A Caridade* e *A Escola*, foram produções breves. O *Correio Joseense*, contituiu nossa principal fonte, foi esse também o principal meio de circulação de idéias e ações do Partido Republicano Paulista, até o ano de 1926 quando passa a ser simpatizante do Partido Democrático.

²¹ DARNTON, Robert. e ROCHE, Daniel (orgs.) *Revolução Impressa A Imprensa na França 1775-1800*. SP: Edusp, p. 16.

de idéias relacionados ao papel da educação, que apareceu na imprensa joseense, dos anos finais do império às duas primeiras décadas republicanas, constituirá objeto de análise.

Em “*O mundo como representação*”, Chartier recupera a partir dos *Annales*, a interdisciplinaridade e os novos embasamentos teóricos permitiram ao historiador adentrar novos territórios, sem paradigmas e modismos, adotando, porém, uma mudança de olhar, tendo como foco central as representações. Chartier nega o pressuposto de que os contrastes e as diferenças culturais estejam forçosamente organizados em função de um recorte social previamente constituído sem margens à qualquer modalidade. Dessa forma, convida a um novo tipo de abordagem, onde o foco de atenção do pesquisador esteja nos empregos e usos diferenciados de bens, textos, idéias que são construídas a partir da realidade, pensados e lidos por diferentes grupos sociais, através de uma reflexão metodológica que leve em conta, no “mundo do texto”, também o “mundo do leitor”.

Considerando que “os discursos são dominados e confiscados pelos indivíduos ou instituições que se arrogam o controle exclusivo sobre eles”²², isto é, é preciso verificar também o conteúdo das entrelinhas, o conteúdo implícito, sem ignorar “o processo pelo qual um texto, uma fórmula, uma norma fazem sentido para os que deles se apoderam ou os recebem”²³.

Como analisamos, as falas dos jornais ecoam, entre um grupo específico, que defende o papel da educação e reivindica esse direito para si, descartando a totalidade da população na elaboração desse projeto.

Para Michel de Certeau o papel da escrita tende a legitimar discursos, sejam eles científicos, políticos, escolares, entre outros, desvalorizando a oralidade, como se a mesma não fosse parte integrante do progresso:

a prática escriturística assumiu valor mítico nos últimos

²² CHARTIER, Roger. *O Mundo como representação*. Texto publicado originalmente em na Revista *Annales* (Nov-Dez 1989, N.º 6, pp 1505-1520); *Estudos Avançados* 5/11 Janeiro/Abril 1991 Volume 5 – Número 11 Universidade de São Paulo. Página 180.

²³ *Ibidem*, p. 181.

quatro séculos reorganizando aos poucos todos os domínios por onde se estendia a ambição ocidental de fazer sua história e, assim, fazer história. Entendo por mito um discurso fragmentado que se articula sobre as práticas heterogêneas de uma sociedade e que as articula simbolicamente. No Ocidente moderno não há mais um discurso recebido que desempenhe esse papel, mas um movimento que é uma prática: escrever. A origem não é mais aquilo que se narra, mas a atividade multiforme e murmurante de produtos do texto e de produzir a sociedade como texto.²⁴

Foi através da imprensa que notamos como os jornais locais encaravam questões como a abolição, apesar do número reduzido de escravos na cidade. Houve polêmica e preocupação quanto ao destino desses. “Neste período em que o elemento servil e toda a instituição negra perdem o vigor e à queda inevitável: é preciso preparar-mos braços que sirvão à agricultura, mecânica e bellas artes”. A preparação desses braços estava intimamente ligada ao tipo de educação que seria oferecida a essa camada da população, mas como pudemos perseguir, ao longo dos anos, a proposta educacional ficou muito mais no discurso do que na prática. A permanência de crianças dentro da escola foi se consolidando apenas ao longo do século XX; contudo para as famílias de descendentes de escravos, esse acesso foi mais restrito²⁵.

No Jornal “*A Vida*” encontramos: “a escravidão no Brasil e a falta de instrução popular tem sido o motor dos delictos”²⁶. Nas colunas policiais também verificamos o reforço e o destaque de características físicas, principalmente relacionadas aos traços étnicos. Dentre elas a informação da cor dos “desordeiros”

²⁴ CERTEAU, Michel. *A invenção do Cotidiano Artes de fazer*. RJ: Petrópolis – Vozes 5.^a Edição 2000. p.224.

²⁵ Ainda hoje constitui entre nós um desafio manter as crianças e jovens, principalmente oriundas de uma parcela mais pobre da população, pois a evasão escolar ainda ocorre e o grau de escolarização entre os afrodescendentes é sensivelmente menor em relação a outros grupos étnicos. Através de algumas fotos encontradas no acervo escolar pertencente ao Primeiro Grupo Escolar de São José dos Campos, identificamos algumas fotos, infelizmente, como não há precisão do período a que pertencem e não havia uma metodologia que respondesse às questões de ordem étnica, optamos por não utilizar essas fotos como fontes, deixando-as para uma futura pesquisa. Grosso modo, podemos dizer que o número de crianças negras ou pardas que aparecem nas fotos é pequeno, mas não insignificante. Percebemos também certa disparidade em relação a apresentação das crianças, principalmente nas vestimentas, o que de alguma forma tentaremos abordar no segundo capítulo ao investigar os grupos sociais que freqüentavam a escola pública.

e “criminosos” eram corriqueiramente enfatizadas. Como por exemplo: “desses correccionais 5 tinham instrução baixa, 6 eram analfabetos, 3 pretos e um pardo”²⁷

O processo de escolarização entre escravos e libertos no Brasil durante o século XIX, foi objeto de estudo de Sarita M. Affonso Moyses²⁸. A análise feita por ela a respeito do acesso à educação desses segmentos sociais pode ser estendida a outros grupos e permite-nos compreender como o projeto de educação, até o século XIX, marcado por vigilância e exploração, passa por transformações de ordem estrutural. Exigia, na maioria das vezes, a negação das relações anteriores grupais para a busca da individualidade e a substituição da prática cultural oral pela cultura escrita. Por trás da construção de uma autonomia aparentemente inocente, tivemos na verdade mecanismos de poder e censura.

Imaginar os conflitos que existiam por conta da língua, da memória oral e dos valores é uma tarefa árdua.

A escolarização da população pobre também constituiu objeto de estudo de Ione Celeste de Sousa²⁹, que verificou a preocupação em escolarizar e disciplinar as camadas pobres da população baiana, em especial os escravos, visando à constituição de um futuro cidadão “apto a contribuir positivamente como trabalhador, pai de família, eleitor ao progresso e civilização da nação”.

Durante o Império, a grande preocupação estava centralizada em conduzir a população – principalmente pobre livre ou escrava – a um modelo de sociedade em que se valorizava o “bom comportamento”. Nas notas policiais, a falta de instrução popular somada à escravidão eram as causas, ou os principais motivos apontados para delitos. Nesse momento, trata-se principalmente, da educação informal e não necessariamente da oferecida nas escolas. Na República, o Poder Público toma para si a missão de educar a população com clara intenção disciplinadora. Nesse período, marcado pela abolição, imigração, urbanização e

²⁶ Jornal “A Vida” 11/03/1888.

²⁷ Ibidem 11/01/1920.

²⁸ MOYSES, Sarita M. Affonso. *Leitura e apropriação de textos por escravos e libertos no Brasil do século XIX*. In: Educação e Sociedade. Revista quadrimestral de Ciência da Educação. Ano XV. Agosto de 1994, n.º 48 pp. 200-212.

²⁹ SOUSA, Ione Celeste Jesus de. *Escolas ao povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890*. TD PUC-SP, 2006, p.8.

industrialização fica evidente que a Educação, assim como a saúde e a segurança, são espaços de disciplinarização, agora realizada de maneira formal, isto é, nas escolas, a fim de promover a ordem nas cidades.

A cidade passa a ser o principal espaço de interferência do Poder Público, uma mistura do discurso urbanístico, médico, sanitário e arquitetônico que se propõe a diagnosticar, planejar e aplicar medidas que promovam sua ordenação. Dentre as providências públicas, a preocupação com a higiene, o saneamento, e a necessidade de registrar as ocorrências de desordem estavam em alta. O Código de Postura do município torna-se cada vez mais detalhado. Os jornais trazem à tona as “aberrações” e as denúncias de desordens³⁰ são algumas evidências sobre essa tendência ordenadora e rígida, que legitimou as medidas tomadas pelo Poder Público. A figura dos inspetores sejam eles os de quarteirão, sanitários ou escolares, são símbolos desse pensamento.

A “educação” da população na República Velha constituiu uma preocupação governamental, seja por conta do novo modelo de trabalhador que se esperava, seja através do estereótipo de cidadão que se idealizava, dentro de um novo modelo de Estado. Os aparelhos de Estado afrontaram elementos culturais; negaram, negligenciaram e reprimiram as demandas sociais e essa violência foi legitimada através da criminalização das manifestações sociais. Todos aqueles que, de alguma maneira, atrapalhavam a ordem, estavam impedindo o progresso. Ordenar a sociedade era também educá-la dentro e fora da escola.

O Estado de São Paulo sai à frente na corrida de criação de escolas e cria um paradigma: o Grupo Escolar. Através desse modelo de escola, percebemos a concretização do projeto educacional, tanto do ponto de vista físico, em sua luxuosa arquitetura, quanto do ponto de vista moral, ou seja, na necessidade latente de imprimir as marcas do novo regime político, naturalizar estrangeiros e

³⁰ Em 1920 foram abertos 138 novos prontuários. O perfil desses “desordeiros” , é possível identificar que em sua maioria tratou-se de homens, brasileiros, brancos, casados e analfabetos. Os motivos de suas prisões foram apontados na seguinte ordem: desordem, embriaguez, furto, desordem, homicídios, lesões corporais, tentativas de homicídio, rapto, vadiagem, demência, legitimações, desobediência e incêndio proposital. Não raro encontramos afirmações como: “desses correccionaes 5 tinham instrucción baixa”, 6 eram analphabetos, 3 pretos e 1 pardo”. *Jornal Correio Joseense* 11/01/1920. p. 4 e 5.

criar uma rotina de culto à pátria. É dessa maneira que a educação ganha *status* de causa nobre, uma verdadeira panacéia, que ganha corpo posteriormente.

Além dos tradicionais Grupos Escolares, havia outros tipos de escolas que contavam com menos prestígio, mas que foram essencialmente importantes, pois constituíram, por muito tempo, a única opção para aqueles que estavam distantes do centro urbano. Havia, durante a Primeira República, as denominadas Escolas Isoladas³¹, cujos professores, num espaço físico geralmente improvisado e precário, tinham cerca de 40 alunos. Existiam ainda as Escolas Reunidas, uma modalidade do Grupo Escolar barateada, com prédios menos luxuosos e configuravam-se em uma reunião de escolas isoladas num único prédio e com a figura do diretor.

Os registros sobre os Grupos Escolares são marcados por uma descrição detalhada e rica; não era uma extensão da casa do fazendeiro, um galpão ou um rancho, uma escola “casa”; era uma escola que nascia “planejada”, digna de registros; tinha planta autorizada pelo governo e contava com os mais rigorosos preceitos pedagógicos, ou, pelo menos, assim se propunha.

O município de São José dos Campos entre 1889-1930 contava com dois Grupos Escolares. No entanto sua “rede” de ensino era composta por mais de uma dúzia de Escolas Isoladas, em diversos pontos.³² Os Grupos Escolares eram símbolos de progresso, ícones no cenário urbano³³. No Vale do Paraíba, em um

³¹ Nossas fontes apontam escolas muito distintas dessa que freqüentamos hoje; àquela de outrora, ou seja, do final do século XIX; eram caracterizadas pela total precariedade de materiais e de mobília, os prédios muitas vezes eram alugados ou emprestados, os alunos agrupados de maneira multiseriada, onde cada fileira equivalia a uma classe. Essas escolas, não diplomavam, em geral apresentavam programas diferenciados e algumas vezes eram espaços de convivência exclusiva de meninos ou de meninas, sendo mistas só quando não havia quorum para a abertura de turma do mesmo sexo. Quanto aos professores, esses nem sempre possuíam formação e os que eram formados pela Escola Normal da Praça (SP) referência da época, pelos baixos salários e condições de acomodação com pouca freqüência aventuravam-se pelo interior do Estado.

³² Na região do Pau d’Alho, Pernambucana, nos bairros do Cajuru, Cabeça de Boi, Vargem Grande, Santa Cruz, São José, Boa Vista, Butá e São José; nas Vilas de Eugênio de Melo, São Francisco Xavier, Buquira e no subdistrito de Santana.

³³ A representação dos Grupos Escolares era tão importante, que podemos observar o esforço da população do Distrito de Santana, em SJC em construir um Grupo Escolar, o segundo da cidade, que na prática foi o primeiro prédio arquitetado exclusivamente para fins pedagógicos, pois o 1.º Grupo Escolar sempre esteve instalado em prédios adaptados - primeiramente na residência dos Mascarenhas e depois fora transferido para o Palacete dos Baracho no centro. Essa inauguração se deu num momento em que o Governo do Estado já não estava mais inaugurando essa modalidade

intervalo de dois anos foram inaugurados oito Grupos Escolares.³⁴

Os Acervos Escolares revelaram-se poderosas ferramentas de pesquisa, esses papéis da escrituração foram se tornando, ao longo dos anos, cada vez mais complexos e a criação de cargos administrativos foi também se diversificando. São documentos que registraram as visitas de inspetores às escolas e os resultados dos exames finais dos anos letivos. Os livros de assentamento permitiram conhecer parte do trânsito de professores nomeados, empossados, licenciados e removidos. Os inventários de material escolar revelaram interessantes aspectos quanto ao ambiente em que essas aulas eram ministradas e o estado e a quantidade dos recursos disponíveis. Os livros, tanto de matrícula quanto de chamadas, nos mostram, vez em quando, dados como a profissão dos pais, local de origem, idade das crianças, fluxos e o processo de evasão escolar. Nos Mapas de Movimento, documentos que eram mensalmente encaminhados à Diretoria Geral de Instrução Pública, constavam nome dos professores, postos de trabalho, início do exercício do magistério, número de faltas e motivo das mesmas, número de alunos matriculados, entre outros dados que nos ajudaram a compreender, em parte, esse universo escolar. Cada uma das fontes carrega grande quantidade de informações que, ao serem cruzadas, formaram caleidoscópios da História da Educação em São José dos Campos. Portanto, são muitas histórias e muitas memórias presentes nessas fontes.

Um trabalho bastante árduo, que contou com os inúmeros desafios, além do fato de não se ter até o momento, nenhum trabalho historiográfico que nos permitisse uma interlocução. Daí a necessidade de recorrer a Almanques, crônicas, e outras formas de construção da memória, para perceber as nuances ali contidas.

A questão da temporalidade também se colocou para nós. Em toda historiografia relativa à escola, percebemos que o ano de 1889 apresenta-se como um marco divisor de águas, como se a mudança do regime político, tivesse

de escola, provavelmente por uma questão econômica, pois eram essencialmente caros aos cofres públicos.

³⁴ Em 1895, nas cidades de Lorena, Paraibuna, Pindamonhangaba, São Luiz do Paraitinga, Jacareí

acarretado mudanças significativas para a população. No caso de São José dos Campos, quase nada se comentou, nos jornais, sobre a Proclamação da República e, em se tratando das escolas, percebemos que a maior parte delas não teve sequer sua rotina alterada.

As escolas, principalmente as isoladas, permaneceram na Primeira República, praticamente na mesma situação em que se arrastavam durante todo Império. Percebemos que República, por si só, configura uma categoria de análise, uma vez que o modo como o regime político é entendido pelas diversas camadas sociais cria uma questão bastante complexa. A República, como categoria de análise, está imbricada na questão educacional, porque, à medida que a República se consolida, a escola passa a ganhar cada vez mais espaço, restando-nos compreender de que maneira esses sujeitos sociais, em torno da escola, interpretavam a República.

Há vários pensamentos sobre República circulando no final do XIX. José Murilo de Carvalho³⁵ ao estudar o Rio de Janeiro desse período, aborda essa miscelânea de liberalismo, socialismo e positivismo, que se formou em torno do ideal republicano. Dentre esses ideais, o positivista foi, sem dúvida, o que direcionou os discursos e representações traduzidas no nacionalismo, civismo e educação moral.

Nosso recorte cronológico poder-se-ia ter, como data-limite o ano de 1924, por tratar-se do momento em que surge a primeira escola particular³⁶ no município. Entretanto não podemos deixar de lado as tensões sociais que se avolumaram nessa época, culminando com a Revolução de 1930. O município,

e em 1896, nas cidades de Ubatuba, São José dos Campos e Taubaté.

³⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. SP: Companhia das Letras, 2004. 3.^a edição. 13.^a impressão.

³⁶O ensino na época do Império acontecia de maneira desregulada, nas próprias residências e casas quando os pais cujo poder aquisitivo podia bancar aulas avulsas que não só alfabetizavam, mas também muitas vezes ensinava latim, francês e piano. As autorizações para aberturas de escolas durante o Império aconteciam de acordo com a emissão de certificado do Inspetor Municipal, o vigário, considerando essa modalidade de escola, temos como primeiros professores e escolas particulares: João Evangelista, Antônio José d'Oliveira Mattos, José Pereira Bicudo, José Ovídio Borches, Francisco dos Anjos Gaia, Ethelvina Leite Borches. Dentre outros do período Republicano, cujas escolas duraram pouco tempo; porém, ao considerar Escolas nos moldes como conhecemos hoje, temos o Externato São José como marco da primeira instituição particular.

como não poderia deixar de ser, estava inserido na política e nas práticas coronelistas típicas do período. Desta forma a escola privada³⁷ passa a constituir, pelo menos para alguns setores da população joseense mais abonados, uma “segunda opção”, e o discurso da imprensa local, é bastante emblemático, ao ressaltar as supostas vantagens que teriam aqueles que pudessem frequentar a escola de “melhor qualidade”.

Dentre os pactos e negociações, que permearam a Educação joseense, a Igreja demonstrou-se muito presente durante todos esses anos sobre os quais nos dispusemos a pesquisar e não foi casualmente que a primeira escola particular a ser instituída na cidade e a gozar de inúmeros privilégios, como a doação de terreno, isenção de impostos e campanhas de arrecadação para a construção do prédio, que eram de cunho religioso. A representação presente nos jornais a respeito dessa instituição em particular, vem carregada de elogios e expectativas sobre a qualidade de seu ensino. Entretanto o acesso a essa instituição não era fácil, pois essa escola atendeu a um grupo específico, às famílias mais abastadas e, os casos excepcionais fizeram parte de acordos específicos, não nos interessando entrar no mérito da questão e sim no processo de instalação da instituição.

Interessa-nos, sobretudo, mergulhar no universo das Escolas Públicas e em suas relações com a sociedade, investigando, de que maneira a presença de pessoas menos favorecidas da sociedade joseense era permitida e vista pela elite local. Não estamos nos referindo, ao empregar o termo elite, a um conceito sociológico ou econômico clássico, genérico, ao contrário, o grande esforço e desafio tem sido definir a partir das próprias fontes que tipo de elite exerce influência no espaço escolar. Entendemos por elite, os grupos sociais que

³⁷ O ensino na época do Império acontecia de maneira desregulada, nas próprias residências e casas quando os pais cujo podiam bancar aulas avulsas que não só alfabetizavam, mas também muitas vezes ensinava-se latim, francês e piano. As autorizações para aberturas de escolas durante o Império aconteciam de acordo com a emissão de certificado do Inspetor Municipal, o vigário. Considerando essa modalidade de escola (privada) temos como primeiros professores: João Evangelista, Antônio José d’Oliveira Mattos, José Pereira Bicudo, José Ovídio Borches, Francisco dos Anjos Gaia, Ethelvina Leite Borches. Dentre outros do período Republicano, cujas escolas duraram pouco tempo como Escolas Isoladas. Porém, ao considerar Escolas nos moldes como conhecemos hoje, encontramos o Externato São José como a primeira instituição particular, em funcionamento até hoje como Instituto São José.

detinham o poder político e econômico da cidade de São José dos Campos. Nesse momento histórico, essa questão pareceu-nos imensamente pertinente a partir dos registros nas colunas dos jornais, mais especificamente do Correio Joseense, a respeito das atividades da Caixa Escolar. A análise desse discurso, que mescla caridade e *status* chamou-nos a atenção e, como já mencionamos, tanto as escolas isoladas como os grupos escolares foram frutos de reivindicações muito mais de pessoas influentes do que das demandas sociais das classes populares cuja permanência na escola dependia muito mais do fator “sorte” ou da contribuição da Caixa Escolar que de qualquer outro motivo, pois os rótulos e impedimentos velados eram de diversas ordens.³⁸

A Caixa Escolar era uma Sociedade Beneficente que promovia a captação de recursos para as crianças pobres que freqüentavam as escolas. Foram encontradas duas dessas sociedades, uma no bairro de Santana e uma no centro da cidade, sendo as duas vinculadas respectivamente ao segundo e primeiro Grupo Escolar. Sobre as escolas rurais, nenhum tipo de atividade filantrópica foi encontrada nas fontes. A opção pela “caridade” na cidade evidencia o quanto esta prática representava em termos de *status quo*³⁹. Nos jornais e almanaques, o registro de nomes de benfeitores se encarregou de criar uma memória capaz de promover essas pessoas.

Embora o Grupo Escolar Olímpio Catão tenha surgido em 1896, somente em 1920, fundou-se uma Associação Protetora das Crianças Pobres. Significativamente meses antes da fundação, membros da Sociedade Santanense fundaram a Caixa Escolar Beneficente de Sant’Anna, com, segundo consta na documentação, o objetivo de fornecer auxílio material às crianças pobres que não poderiam freqüentar o Grupo Escolar desse bairro. Os membros de ambas as Caixas Escolares apareciam com grande freqüência em pequenas notas da

³⁸ Pela lei de obrigatoriedade, fica evidente que as crianças do sexo masculino em função do raio de abrangência da escola, tinham mais facilidade no acesso à escola. Crianças oriundas de famílias desfavorecidas tinham sua vida escolar interrompida pela falta de material escolar e pela necessidade de trabalhar. Além disso, a entrada no Grupo Escolar era muitas vezes apadrinhada, as escolas isoladas, tiveram um papel importante no sentido de alfabetizar crianças na zona rural e dos bairros mais distantes do centro.

³⁹ Expressão latina (*in statu quo ante*) que designa o estado actual das coisas, seja em que

Imprensa e os discursos evidenciam a benevolência desses cavalheiros e damas ilustres. A maneira encontrada pelos grupos para angariarem fundos era a mesma: leilões, barracas em festas da Igreja, quermesses, rifas, doações e a divulgação dos benfeitores.

A Historiografia muito tem contribuído no sentido de estudar a Educação, não só numa descrição cronológica, evolutiva do sistema educacional brasileiro, mas no sentido de compreendê-la no bojo de ações políticas, nas representações em torno dela, assim como na difusão e propagação de ideologias. Portanto é de fundamental importância a discussão e desenvolvimento de pesquisas capazes de revelar as articulações políticas, os grupos influentes dentro das escolas, suas concepções e a oferta do serviço público em prol da minoria.

Trabalhos mais recentes têm se debruçado sobre a Educação de maneira diferenciada. Em cerca de pouco mais de duas décadas, a História tem produzido muitas pesquisas sobre o tema objetivando interrogar os problemas do presente, como também pensar a ação nas continuidades e mudanças. É nesse sentido que pretendemos contribuir para a compreensão histórica dos fenômenos educativos por que passou a escola brasileira, mais especificamente as escolas joseenses no final do século XIX e início do século XX.

Em uma breve exposição de alguns dos trabalhos que vêm sendo produzidos e que têm contribuído para esse outro olhar sobre a Educação, temos os que analisam a escola como espaço físico, as relações de poder, o material didático, o discurso, a representação sobre o papel da educação, os documentos escolares, as memórias, a legislação sobre educação, os registros pessoais de professores, alunos, e relatórios, entre outros.

A escolarização da população negra em São Paulo, foi objeto de estudo de Surya Barros⁴⁰, que fez uso de uma baliza cronológica interessante, o período de 1870-1920 considerada por muitos pesquisadores como o período de grande efervescência e entusiasmo, com relação às questões educacionais. A principal

momento for.

⁴⁰ BARROS, Surya. *Negrinhos que por ahi andam: a escolarização da população negra em São Paulo 1870-1920*. DM USP FFLCH, 2004.

categoria de análise do trabalho é etnia e sua proposta foi a de compreender como a camada negra da população paulistana participou do processo de escolarização formal, no período em que se construiu e propagou o sistema escolar. Dentre as fontes trabalhadas, as principais foram as listas de matrículas das escolas, porém diante da dificuldade de identificar os alunos negros nesses documentos, recorreu-se também a outras fontes, como por exemplo, termos de visita de inspetores . A gama de documentos, a interligação de sobrenomes e a presença de eufemismos como “madrinha”, “padrinho”, “senhor”, foram cautelosamente observadas nesse trabalho, evidenciando a forma de ingresso dos filhos de ex-escravos no recém nascido sistema escolar paulistano esteve preocupada em disciplinar corações e mentes. A preocupação em analisar a Educação como forma de dominação tutelada e mantenedora de estruturas de poder deixa a pergunta sobre o papel da escola em fornecer subsídios para que a educação tenha um caráter emancipador.⁴¹

Em “*A História da Escola em São Paulo e no Brasil*”⁴², Maria Luiza Marcílio, compreende e descreve o cotidiano de instituições dedicadas ao ensino de crianças abandonadas. O trabalho serve como um verdadeiro manual para o pesquisador que pretende adentrar pela História da Educação e denuncia o que a autora chamou de “pecados da descontinuidade” ao longo da História, quais sejam, os privilégios do ensino superior em detrimento do básico e apresenta dados interessantes que nos servem como medida para compreender a educação em países vizinhos. O trabalho conta com uma excelente bibliografia e trabalho de pesquisa, explora o acervo do Arquivo do Estado de São Paulo, oferece um panorama dos 300 primeiros anos de Educação até os dias de hoje, contando com contextualização histórica e interessantes dados estatísticos, que permitem visualizar o acesso à Educação pelos paulistas ao longo do século XX.

⁴¹ Sobre o caráter emancipador da escola, concordamos com Antonio Gramsci ao afirmar que não é a aquisição de capacidades diretivas, nem a tendência de formar homens superiores que caracterizam as escolas. A marca social [das escolas] é dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a perpetuar nestes grupos uma determinada função tradicional, diretiva ou instrumental. GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. RJ, Editora Civilização Brasileira, 1978, p. 136.

⁴² Op. Cit.

Em “Templos da Civilização”⁴³, Rosa Fátima de Souza debruçou-se sobre a complexidade existente por trás dos Grupos Escolares em São Paulo em seu contexto político e social, como parte do projeto republicano. Os Grupos são entendidos como espaços para a construção da “liturgia republicana”⁴⁴. Este trabalho constituiu uma das principais referências para a presente pesquisa por apresentar as transformações das escolas de um único professor em um espaço solene, inaugurando e sacralizando a organização administrativa e pedagógica. O corpo documental utilizado por Souza é bem semelhante ao nosso, e permite a transferência do olhar restrito das políticas educacionais para o entendimento da instituição escolar e seus atores políticos, enveredando sobre a cultura escolar e suas representações. A principal fonte utilizada está nos relatórios dos diretores dos grupos escolares e escolas-modelo e também nos relatórios dos inspetores de ensino. O recorte feito dentro dessa temática não levou em conta as balizas cronológicas nem recortes geográficos, tornando o trabalho atrativo pela sua discussão em torno das representações, compreendendo os discursos, práticas e variedades de interpretações que os sujeitos envolvidos no âmbito escolar atribuíram às escolas.

Uma coletânea de textos organizada por Maria Lucia Spedo Hilsdorf, intitulada “História da Educação Brasileira”⁴⁵, apresenta uma breve história das práticas educacionais, desde os tempos de colônia até os dias atuais, fazendo inferências ao contexto europeu e seus reflexos em nossas escolas. No capítulo “As outras escolas da Primeira República” explana sobre outros pontos de vista que não os dos republicanos, mostrando os olhares e propostas de grupos simpatizantes dos ideais socialistas, libertários, comunistas, entre outros que conferem as diversas interpretações existentes naquele momento sobre a funcionalidade da escola.

⁴³ SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de Civilização: A implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. SP: Editora da Unesp, 1998.

⁴⁴ Expressão utilizada por Maria Cecília Sanchez Teixeira na apresentação do livro *Templos de Civilização: A implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*.

⁴⁵ HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *História da Educação Brasileira: Leituras*. SP: Pioneira

Nossa preocupação não esteve em nenhum momento comprometida com a construção de uma linha cronológica que narrasse o nascimento e o desaparecimento de várias escolas, por diferentes bairros, distritos e vilas de São José dos Campos. Mas sim, no entendimento dos tipos de escolas que coexistiram no início do século e àquelas anteriores ao Grupo Escolar, principal referência no que dizia respeito à Educação naquele momento histórico.

Em relação ao embasamento teórico, diante das fontes, elaboramos modelos de análises que correspondessem à trajetória da constituição das escolas no município de São José dos Campos, a partir de nosso corpo documental, porém alguns trabalhos nos serviram de referência em diferentes sentidos. Contemplamos o aspecto legal, estrutural, e idealizador das escolas que foram analisados de modo a estabelecer o que Michel Foucault⁴⁶ denominou de visão panóptica, enveredando pelos discursos de legitimação que dotaram a escola de representação, estabelecendo disciplina e também fornecendo os símbolos da República recém proclamada.

Além do conceito de representação, levamos em consideração o conceito de utopia conservadora, que nos auxiliou a compreender o programa de ação dos grupos e instituições sociais atuantes na Primeira República. As elites, sempre vistas como grupos plenos e potenciais na concretização de seus projetos, passam a ser vistas como classes sociais que perseguem utopias e também experimentam fracassos e dificuldades. No bojo dessa discussão, a contribuição de Pierre Bourdier sobre a lei de capital simbólico coloca em cheque as ingenuidades pedagógicas, apresentando as escolas como espaços de transmissão cultural das sociedades capitalistas. A sociologia da educação, segundo Bourdier, se constitui em ciências das relações entre a reprodução cultural e a reprodução social. Sendo

Thomson Learning, 2005. Pp 69-85.

⁴⁶ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão*; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Editora Vozes, 2000. 23.^a edição. e FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização, Introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006. 22.^a edição.

assim, contribui para a reprodução de uma estrutura social.⁴⁷ Gilson R. de M. Pereira, estabelece diálogo da obra de Bourdier e Althusser, ressaltando que, mesmo o trabalho deste último, tendo como base o estruturalismo e, por esse motivo, ser alvo de críticas entre historiadores, ao tratar dos Aparelhos Ideológicos do Estado, Althusser apontou para o papel deles, ou seja, também a escola se presta a função de reproduzir as relações sociais de produção na sociedade.⁴⁸

Antonio Gramsci⁴⁹ ao analisar o grau de complexidade e de função intelectual nos Estados, destacou o aspecto da hierarquização dentro do sistema escolar. Esses graus verticais refletem no mundo cultural do Estado, portanto as restrições de acesso aos níveis mais elevados de ensino são estrategicamente pensadas pelo Estado, até mesmo para que ele possa administrar as suas despesas.

A escola aparentemente estática está permeada por uma dinâmica em que o poder é fragmentado e se reproduz em várias nuances revelando um universo de relações, que ironicamente subvertem a ordem desejada, fugindo da visão panóptica e reinventando regras. A apropriação do espaço escolar se dá por diferentes grupos e com interesses específicos. Verificamos o emprego de ações que Michel de Certeau⁵⁰ denominou de “estratégias”. Desse modo, discutimos a escola como um palco disputado, tanto no espaço urbano (grupos escolares) como no espaço rural (extensão da fazenda).

Entrar na escola propriamente dita, compreender seus signos, simbologia, liturgia, ritos, cultos, transitando pelos seus corredores, salas, pátios e demais

⁴⁷ A esse respeito sabemos que o Brasil e sua política educacional do início do século XX visava civilizar as massas e acionar práticas de ordenação, disciplina e controle das forças de trabalho. O Anuário do Ensino do Estado de São Paulo afirmava que o critério de promoção dentro do ensino primário deveria basear-se no mínimo da capacidade, sendo a promoção o melhor estímulo para os analfabetos. Segundo o Secretário de Negócios do Interior “sempre alguma coisa hão de ter aprendido, quando menos um pouco de exercício físico e disciplina moral”. Apud SOUZA, R.F. Op cit, p. 83.

⁴⁸ No Movimento Escololanovista, nos anos 20, a opinião dos intelectuais era a de uma educação dualista, onde o ensino primário deveria encaminhar de forma rápida para a obtenção dos meios para o sustento do homem e o ensino secundário formar uma sólida cultura geral restrito as elites. Ver SOUZA, R. F. Op cit. P. 39

⁴⁹ GRAMSCI, Antonio. Op. Cit. vd pág. 19

⁵⁰ As estratégias são vistas por Certeau como a habilidade para manobrar as regras existentes no jogo de possibilidades, que podem transgredir a ordem simbólica e os limites de maneira

apostos, na tentativa de não deixar passar nenhum detalhes sobre um espaço dotado de significações que refletem muito mais fora daquela estrutura física do que dentro dela.

No primeiro capítulo **“Educação pela Ordem e pelo Progresso?”** Partimos dessa indagação com o objetivo de contextualizar a educação em São José dos Campos, na transição Império para a República, evidenciando a necessidade de racionalizar, disciplinarizar e organizar o espaço urbano, através de leis e do estabelecimento da escola na rotina das pessoas. As fontes utilizadas foram basicamente os jornais da imprensa local e a legislação, na intenção de compreender o que se entendia por educação e para quais setores da população estava se dirigindo.

No segundo capítulo **“Quando o professor não tem escola e quando a escola não tem professor”**, os relatórios de inspetores e professores foram as principais as referências para a compreensão do cotidiano escolar no município de São José dos Campos, antes da Reforma de 1892 e da criação dos Grupos Escolares.

O foco de nossa atenção, no terceiro capítulo, foram as tensões sociais no entorno da escola, **“Escola, local de caridade e poder”**. Ao observar a tessitura social do município de São José revelaram-se conflitos e negociações, que estiveram diretamente relacionados ao cotidiano escolar. Com o primeiro pós-guerra, o desenvolvimento do nacionalismo, os reflexos da política oligárquica e a perseguição dos ideais de modernidade, transformam o espaço urbano em um laboratório de engenheiros, médicos, sanitaristas, refletindo-se no ambiente escolar.

Recuperamos a partir da discussão feita ao longo do trabalho e expusemos as possibilidades de análise existentes, a partir do corpo documental, apontando tarefas futuras. Verificamos a diferença entre discurso e prática, a partir de projetos educacionais que serviram a interesses específicos (formar cidadãos-eleitores, despertar o sentimento pátrio e “fabricar” bons trabalhadores, entre

camuflada, consideradas licitas. CERTEAU, Op cit.121 e 122.

outros), o que não significa dizer que esses projetos não foram importantes no sentido do fazer da escola um espaço a ser freqüentado pela população. Houve por parte dos setores sociais mais esclarecidos a apropriação do discurso do direito e a necessidade da escola. Desse modo, tomaram para si a responsabilidade de criar e fazer funcionar escolas públicas, mesmo que em sua gênese essas tivessem um caráter bem mais privado do que público. À medida que o número de vagas foi aumentando, a procura por elas também foi crescendo, em maior ou igual proporção e verificou-se que as famílias que possuíam melhores condições financeiras foram se afastando das escolas públicas e investindo em educação privada, como se a educação passasse a ser uma mercadoria e houvesse a possibilidade de selecionar melhor o produto. Por outro lado, as escolas públicas não eram capazes de absorver a demanda e oferecer o ginásio a todos, reduzindo a participação dos mais pobres ao ensino primário, ao longo das primeiras décadas republicanas, reforçando um modelo de educação dualista, que acabou por reproduzir estruturas sociais.

Capítulo I

Pela Ordem e pelo Progresso? A Educação como elemento regenerador

O Brasil em commercio, agricultura, instrucção publica, hygiene e bellas artes está atrasadíssimo. As republicas platinas estam mais adiantadas. Os Estados Unidos, depois que acabou com a escravidão, prosperou assombrosamente. A escravidão e o servilismo é o que arruína a pátria brasileira. Precisamos **sahir do estado primitivo e selvagem**: para avançar-mos urge tomarmos medidas positivas e severas. Não é dormindo que os homens e as nações immortalisãm-se
(*Jornal - A Vida*) [grifos nossos]

O Brasil foi o último dos países latinos a aderir ao Regime Republicano. A mudança política pouco mudou a base econômica agro-exportadora. O café representava 70% do lucro proveniente da exportação, o país produzia até então 2/3 do café mundial.⁵¹ O Estado de São Paulo teve a sua ocupação num sentido anti-horário e em meados do século XIX todo seu território já se encontrava ocupado. Administrativamente dividiu-se o Estado em dez zonas, o Vale do Paraíba pertencia à segunda delas⁵². Segundo Love, “A maioria dos habitantes

⁵¹ Ver: LOVE, Joseph. *São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937 A Locomotiva*. SP: Paz e Terra 1982 p. 42

⁵² Pela divisão apresentada por Joseph Love, o Vale do Paraíba e a costa norte de Santos formavam a segunda região, algumas vezes chamada de norte; sendo a região mais antiga em termos de ocupação extensiva e permanente, atingiu o auge como área produtora de café no terceiro quartel do século XIX. Após 1886, a região do vale diminuiu sua participação na

ainda vivia na zona rural e já em 1920 a criação de gado e culturas de subsistência apareciam como atividades econômicas principais, substituindo o café.”

É verdade que a região do Vale do Paraíba teve grande expressividade durante os séculos XIX e XX na produção cafeeira.⁵³ No entanto, nem todas as cidades do Vale possuíam a mesma importância econômica nem tampouco o mesmo modelo econômico da grande propriedade. Existiam inúmeras pequenas propriedades voltadas para a produção de subsistência. O trabalho de Renato Marcondes⁵⁴ sobre a pequena e média propriedade no Vale do Paraíba evidenciou a importância econômica deste tipo de propriedade na economia cafeeira. Faz se necessário contextualizar o papel de São José dos Campos em meio a esse quadro,. De acordo com Relatórios da Comissão Central, classificando os municípios paulistas por renda, entre os doze primeiros não encontramos o município de São José dos Campos, evidenciando a sua pouca expressividade econômica no período em questão.⁵⁵ Dos municípios pertencentes ao Vale há referências sobre Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá.

população do estado, caindo de 28 para 7% em 1940 Ver, LOVE, p. 44.

⁵³ No ano de 1874, a produção de café no Vale do Paraíba equivalia a 77,46%, em 1886, 19,99%. No século XX, há uma queda na produção cafeeira, o Vale representava 3,47% e 1,71 respectivamente nos anos de 1920 e 1935. ver: MARCONDES, Renato Leite. *Transformações econômicas e demográficas no Vale do Paraíba Paulista (1854-1940)*. In: Cadernos Culturais do Vale do Paraíba. Instituto de Estudos valeparaibanos, 1993, p. 61.

⁵⁴ MARCONDES, Renato Leite. *A propriedade escrava no Vale do Paraíba Paulista durante a década de 1870*. Encontro da ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia.: 2001.

⁵⁵ Os Relatórios da Comissão central foram elaborados nos anos de 1885, 1886, 1896, 1920 e 1938. Seus dados foram convertidos em tabela pelo autor Joseph Love. Cf. páginas 54 e 55.



fig.1 Mapa dos Municípios do Vale do Paraíba

As cidades de Bananal, Lorena, Cruzeiro, Paraíba, São José dos Campos, São Luiz do Paraitinga e Taubaté, respondiam por 45,4 % dos escravos matriculados no Vale do Paraíba, quando do recenseamento de 1872. No entanto, dentre essas cidades realidades multifacetadas se demonstraram: enquanto Bananal possuía cerca de 53% da sua população cativa, em cidades como São José dos Campos e Paraíba, os escravos totalizavam pouco mais de 9% da população total.⁵⁶

Embora o Vale de um modo geral tenha apresentado um decréscimo em sua população e a produção cafeeira tenha diminuído sensivelmente entre 1905 e 1920, no município de São José dos Campos observamos que é justamente na década de 20 que começa a sua expansão econômica num cenário primeiramente regional e posteriormente nacional.⁵⁷

⁵⁶ Idem, p. 6.

⁵⁷ SJC desde o final do século XIX propagava em sua pequena imprensa supostos benefícios do seu clima. No ano de 1915 o médico Clemente Ferreira visitou o município para estudar seu clima, na década de 20 a cidade vivenciou sua fase sanatorial, abrigando inclusive o maior sanatório para tratamento de tuberculose já existente na América Latina (Vicentina Aranha). Em 1935 pelo decreto 7.007, tornou-se Estância Climática e Hidromineral e passou a contar com verbas extras do Governo estadual. Após a descoberta da penicilina a tuberculose não mais assustava o país como no início do século e SJC passou para uma nova fase, de caráter industrial. Estão diretamente ligados a esse contexto a construção da Rodovia Presidente Dutra, a instalação do Centro Técnico Aeroespacial no município e às inúmeras fábricas principalmente ligadas ao setor aeroespacial. Com a recessão dos anos 80, o município precisou reformular sua economia e hoje SJC conta com uma economia marcada pela prestação de serviços, diversificação do comércio e produção de

O processo de transição para o Regime Republicano exigiu estratégias diversas para o controle social da população pobre e livre. Ao estudar o Rio de Janeiro desse período, Gizlene Neder levantou inúmeras queixas de autoridades policiais em relação às dificuldades de se policiar uma cidade:

Para elas [as autoridades], melhor seria que os escravos fossem transferidos para as fazendas. Por isso com o fim da escravidão, tornou-se necessária a reforma das instituições de controle social (polícia e justiça). Inscrevem-se aí as reformas das instituições policiais nos primeiros anos do novo século e a criação da Escola de Polícia (1912).⁵⁸

Em busca da modernidade⁵⁹ um mar de críticas relacionadas ao modelo de comércio, educação, costumes, condições de higiene, entre outros elementos, borbulharam na transição do século XIX para o XX, anunciando o expressivo desejo de equiparar-se às nações mais desenvolvidas. Desse modo, a imprensa, o Estado e grupos intelectualizados traçaram metas para que o atraso fosse revertido, não com vistas à construção de uma sociedade mais igualitária, mas, como observou Neder, como momento de:

esgotamento de autoritarismo político que abrem possibilidades de reestruturação política e social, nos quais podemos observar utopias urbanas e as práticas institucionais que demarcam a disciplina sobre os espaços da cidade.⁶⁰

tecnologia, principalmente aeroespacial. Ver: BERTOLII FILHO, C. *História da Saúde Pública no Brasil*. LESSA, S. SJC: *o planejamento e a construção do pólo regional do Vale do Paraíba e ainda ZANETTI, V. R. A Kochlandia brasileira SJC: entre a identidade e a diferença* (Tese de Doutorado em elaboração PUC SP)

⁵⁸ NEDER, Gizlene e NARO, Nancy P. “A instituição policial no Rio de Janeiro e a construção da ordem burguesa no Brasil (1870-1930)”, in *A polícia na Corte e no Distrito Federal*, RJ, DIE/PUCRIO, 1981, pp. 227-301.

⁵⁹ Não pretendemos entrar na discussão sobre o conceito do que era moderno, nem modernidade dentro das nossas fontes. Para a presente pesquisa, nos inspiramos no trabalho de HERCHMANN e de PEREIRA que se debruçaram sobre o projeto/paradigma de um Brasil Moderno na virada do século XIX para o XX, projeto esse desenhado nas décadas de 20 e 30, cuja pretensão foi a de modernizar o país através da ação de intelectuais a serviço do Estado. Médicos e engenheiros e educadores cristalizaram um paradigma que caiu por terra nos anos 70. Segundo esses autores, o que ocorreu no Brasil foi uma tentativa de modernização através de quadros institucionais possíveis para a época. Tais projetos foram marcados por enormes contradições que impediram sua implementação. Ver: HERCHMANN, Micael M. PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (org). *A invenção do Brasil Moderno: Medicina, educação e engenheiros nos anos 20 e 30*. RJ: Rocco, 1994.

⁶⁰ NEDER, Gizlene. Cidade, Identidade e Exclusão Social. *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 2, n° 3,

Sair do primitivo e do selvagem⁶¹, era a emergência apontada pelo novo regime político que se instaurava no Brasil. “Tomar medidas positivas e severas” parece denotar que a ordem era a condição para o progresso, portanto, a população precisava adentrar para a prosperidade investindo em comércio, agricultura, instrução pública, higiene e arte. Esse era o pensamento explicitado por um pequeno jornal de São José dos Campos.⁶² Segundo Rosa Fátima de Souza:

As fazendas, esteio da economia, transbordavam sua prosperidade para as cidades, que adquiriam uma fisionomia de meio civilizado: hospitais, jardins, igrejas, escolas, palacetes, casas de comércio, rede de esgoto, estações ferroviárias, iluminação, calçamento das ruas, telefones, jornais, fábricas, estalagens, cortiços e mais tarde, o cinema, o bonde⁶³.

As escolas, portanto, estavam em meio aos símbolos de progresso de uma cidade. Os processos acelerados de urbanização e industrialização tornaram a cidade um espaço a ser interferido.

A tênue linha que fragmenta o espaço das cidades em categorias, como centro e periferia, zona rural e urbana, legal e clandestina, entre outras tantas possibilidades, são referências das relações de poder que existem nesse espaço. A disputa pelo poder pode ser acompanhada na instância municipal através de

1997, pp. 106-134.

⁶¹ Esses adjetivos são reflexos da Escola Positivista, heranças de Cesare Lombroso (1835-1909), médico italiano, professor universitário, cujo discurso se encarregou de patologizar os atos anti-sociais. Segundo FERLA, os positivistas herdaram desse autor a preocupação com a infância no combate à delinquência. O criador da Escola associava a criança ao homem selvagem e primitivo, cada um a seu modo representando estágios anteriores da evolução do homem (idealizado) adulto branco europeu. Ver: FERLA, Luís Antônio Coelho. *Feios, sujos e malvados sob medida: do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-45)*. FFLCH TD USP, 2005, p. 245

⁶² De acordo com o Almanaque (foram publicados Almanques nos anos de 1905, 1924 e 1934) de 1905, São José ocupava uma posição econômica subalterna em relação aos municípios vizinhos como Jacareí e Taubaté, carecendo de uma série de profissionais e serviços que só eram obtidos nessas localidades, ressaltando a importância das estações ferroviárias na articulação econômica desses municípios.

⁶³ SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos da Civilização: A implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)* São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 95

inúmeras fontes documentais, como por exemplo, os Códigos de Postura.⁶⁴

Na década de 1920, São José dos Campos descobrira uma nova vocação econômica, que foi responsável pela atração de um grande número de pessoas, com vistas a uma vida mais promissora. Desde as duas últimas décadas do XIX a propaganda dos atributos climáticos joseenses, enquanto benéficos à cura da tuberculose, constantes nos jornais, elevaram a vinda de profissionais liberais, principalmente médicos e sanitaristas, que forçaram a uma diversificação do comércio, além de outras mudanças, destacando-se entre elas a projeção da cidade como uma estância climática de cura para a terrível doença.

A descrição de São José dos Campos presente no Almanaque de 1924 revelava, aos leitores, uma cidade em busca de traços modernos, com ruas largas e alinhadas e a existência de largos arborizados. Além dos prédios que abrigavam a cadeia, a câmara e as igrejas, o autor aponta ainda a existência de “magníficos prédios, onde funcionam respectivamente o primeiro e o segundo *Grupo Escolar* e um gigantesco edifício destinado ao grande *Sanatório Vicentina Aranha*”⁶⁵.

⁶⁴ A pressão de alguns munícipes pode ser observada no sentido de sanear o espaço urbano, como por exemplo, a regulamentação relacionada a animais soltos, a preocupação com sepulturas abertas, punição com multas pela existência de formigueiros nas residências e a necessidade da construção de muros e pinturas das casas próximas ao centro. E também a regulamentação e padronização para a criação de animais domésticos e a matança de porcos pelas ruas da cidade. A preocupação com a estética apareceu inclusive em anúncios de casas, passando a se valorizar tipos de construções denominadas modernas e salubres.

⁶⁵ MONTEIRO, Napoleão. *Almanaque de 1924* – p 33 e 34.



fig. 2: Sanatório Vicentina Aranha (1924)

Como muitas cidades do interior brasileiro, São José dos Campos, buscava adequar-se a uma nova realidade. A pacata cidadezinha idealizava ter traços modernos e, para isso, muitas medidas foram tomadas. Tais medidas podem ser acompanhadas pela complexidade que o Código de Posturas do Município ganha.⁶⁶ Para atrair recursos do Governo Estadual tratou de atender às exigências sanitárias, pelo menos teoricamente, estabelecendo o zoneamento de seu território e adequando-se como era possível ao quadro institucional desejável.

⁶⁶Assuntos hoje tidos como óbvios e banais, no final do oitocentos ainda causavam problemas e para isso criavam-se multas. Dentre as condutas consideradas impraticáveis e passíveis de multas estavam, por exemplo, a conservação de sepulturas no cemitério, a abolição da condução de cadáveres em redes ou esteiras, a existência de formigueiros nos quintais, entre outras. LIVRO 838 do Arquivo Público Municipal – Registro de Próprios Municipais, aberto em 28/03/1934 pelo Prefeito Rodolfo dos Santos Mascarenhas. No início da década de 1930, um levantamento feito pelo então prefeito municipal tratou de registrar as propriedades municipais; duas observações, pequenas, mas incisivas, foram encontradas relacionadas aos coretos, apontando o coreto da Praça João Pessoa como em estado de ruínas e o de Santana como inadequado, portanto alvo de demolição. Esse emprego do termo inadequado é capaz de demonstrar que tipos de prédios e construções estavam deixando de ser valorizadas.



Fig.3: Mapa do Zoneamento do Município (década de 1930)

Construir as cidades sanatoriais foi uma maneira encontrada para livrar a capital do caos em que estava no que se refere à dispersão da população física. Isso permitiu com que São José recebesse verbas para sua infra-estrutura, o que exigiu do poder público municipal, educar a população para essa emergente vocação do município. É importante ressaltar que não há como dissociar a questão da saúde e higiene, da questão da educação e da segurança pública. Essas políticas públicas em conjunto dão a tônica da urbanização em praticamente todas as cidades que, no início do século XX, almejavam progresso.

No caso de São José dos Campos, a infra-estrutura recebida sem a educação da população para essa “missão” saneadora teria sido em vão. Um crescimento significativo na prestação de serviços e no comércio é apontado por Simone Lessa⁶⁷ como consequência da fase sanatorial.

⁶⁷ LESSA, Simone Narciso. *São José dos Campos: Planejamento e Construção do Pólo Regional do Vale do*

Foi necessário educar o povo para a vivência nas cidades e para o estabelecimento da ordem. Os serviços públicos (saúde, higiene, educação e segurança) faziam parte de planos estratégicos destinados a racionalizar o espaço urbano. Podemos compreender que todos eles foram estudados pelo poder público e refletiram em políticas pedagógicas diretas ou indiretas promovendo a ordenação desejada, desde o aspecto físico, passando pelo moral e pelos comportamentais. Dentre as medidas positivas e severas⁶⁸, identificamos que uma das estratégias para esse processo estava em voltar os olhos para as crianças, já que eram consideradas as responsáveis pelo futuro da nação. Pretendia-se ter um novo tipo de trabalhador, sem os vícios do elemento servil, um novo tipo de habitante da cidade, acostumado com os símbolos da modernidade, para colocar o país, o mais próximo possível, dos padrões estrangeiros.

A meta prioritária da vanguarda política dos anos derradeiros do Império, com as novas idéias, era colocar o país “ao nível do século”. Para tanto, se fazia urgente criar uma nova realidade nacional que só poderia ser através da escola, da imprensa ou da lei, que conduziriam o país ao destino sonhado. O apego à educação como elemento regenerador da sociedade é reflexo, mais uma vez, da transposição de idéias da Europa; nem sempre havia condições para não ser assim. Os republicanos buscavam a laicização do ensino público, a difusão do ensino primário, a liberdade de ensino, a gratuidade do ensino público⁶⁹

A Educação foi apontada ainda no final do Império como um elemento catalisador que tangenciou as leis, a imprensa e o próprio espaço escolar. Nem o espaço, nem o tempo escolares são dimensões neutras do ensino, simples esquemas formais ou estruturas vazias da educação. Como afirma Augustín Escolano⁷⁰, esses elementos operam como uma espécie de discurso que institui,

Paraíba. UNICAMP, TD, 2001.

⁶⁸ ver epígrafe de abertura – Jornal Correio Joseense.

⁶⁹ MARCÍLIO, Op. Cit. 136

⁷⁰ Cf: VIDAL, Diana Gonçalves e FILHO, Luciano Mendes de Faria. *Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil*. Revista Brasileira de Educação. ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. N.º 14, 2000. Número Especial p.19.

em sua materialidade, um sistema de valores, um conjunto de aprendizagens sensoriais e motoras e uma semiologia que recobre símbolos estéticos, culturais e ideológicos. O papel atribuído à Educação era, e ainda é, tão estratégico que percebemos que, à luz de outros países, esses porta-vozes joseenses incorporaram modelos externos, ambicionavam o sucesso. O modelo educacional anterior passa a ser criticado como sendo um dos fatores de atraso, ao tentar educar através da religião e pela coerção, devendo, portanto, começar a disseminação de escolas a exemplo da sociedade americana:

(...) Nos Estados Unidos para o começo de um povoado, primeiro constitui-se ali uma escola; depois que o povo está educado é que aparece as dettensões cossudanso de civilizadoras. No Brasil é o contrário: começam um povoado: de um lado a cruz de outro o cárcere. Na opinião de Broussai eminete phiziologista, todo criminozo ou todo crime reveste-se de duas circunstancias: loucura ou a estupidez. Em geral os criminosos são loucos ou estúpidos. **Dae instrução ao povo e fechae os cárceres.**⁷¹. [grifos nossos]

A Educação é tida como um elemento crucial dentro do Regime Republicano no sentido de formar o cidadão, mas o cidadão moldado⁷² pela ótica da sociedade. A razão para esse controle social justificava-se na necessidade de efetivar um controle mais determinado sobre as massas, que poderiam representar um perigo explosivo, se fossem levados a sério os ideais da Revolução Francesa e do Iluminismo.

A interface entre educação e saúde pode ser observada no movimento pela higiene que criou dispositivos de ordenação e controle das populações, sobretudo pobre nas primeiras décadas do século XX⁷³. A educação sanitária visava a

⁷¹Jornal "A Vida" 11/03/1888.

⁷²A esse respeito, chamamos a atenção para o trabalho de Michel Foucault. A sociedade disciplinar, em suas obras (*Vigiar e Punir* e *Microfísica do Poder*), criada a partir dos séculos XVII e XVIII com o intuito de controlar a sociedade através da classificação, vigilância e imposição de limites, evidencia o quanto a espinha dorsal da sociedade é marcada por uma estrutura complexa de ramificação do poder em várias facetas.

⁷³ O Estado de São Paulo criou em 1918 o Instituto de Higiene, um desdobramento da aliança entre o Governo e a Fundação Rockefeller.

implantar novos hábitos e parte de sua política penetrou nas escolas.

Um poderoso instrumento de persuasão da importância e da necessidade das intervenções, oferecendo aos médicos-higienistas e sanitaristas argumentos para a interlocução com as autoridades municipais ⁷⁴.

Normalistas eram chamadas à capital para fazer treinamento e multiplicar informações nas escolas. De acordo com a lista de alunos do curso de Educadores Sanitários (1925-1930), uma professora adjunta do Grupo Escolar Olímpio Catão de São José dos Campos, frequentou o curso no ano de 1928. ⁷⁵

Os alunos do curso de medicina elaboravam relatórios em suas visitas às cidades do interior. “Armado de máquinas fotográficas e cartilhas, ele inspecionava cortiços, fábricas, casas comerciais e escolas, transformando a cidade num grande laboratório para a experimentação e demonstração do seu saber” ⁷⁶.

São José dos Campos vivenciou esse “*fazer ciência nas ruas*”, pelo menos dois alunos do curso de medicina apresentaram seus relatórios descritivos e ilustrados sobre a cidade. Mapeamentos sanitários foram elaborados por João Ferraz do Amaral (1930) e João Flório (1944), neles ficam explícitas algumas ordenações do espaço urbano que se aplicavam na cidade. O roteiro de Inspeção Sanitária de uma cidade ou vila do curso de Higiene para os estudantes de Medicina da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo foi elaborado em 1921 e tinha como itens a serem observados: a água, o sistema de esgoto, o lixo, refugo, cinzas, as estatísticas vitais, o leite, os problemas sanitários, a higiene industrial, a habitação, os cuidados com a tuberculose e as condições das escolas.

⁷⁴ ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *A Higienização dos costumes: educação Escolar e Saúde no Projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)*. Campinas: Mercado das Letras, 2003. p.102.

⁷⁵ Idem, p. 263 a 268. (Professora Izabel Fonseca).

⁷⁶ VASCONCELLOS, M.P.C. *Os (des)caminhos da formação sanitária e os direitos sociais: uma reflexão a partir da Escola de Saúde de Minas Gerais*. São Paulo, 2000. TD FSP. USP. Apud: ROCHA. Op. Cit, p. 103



Paço Municipal
e Escola Normal livre



Collegio S. José



Grupo Escolar "Olympio Cateo"

Fig.4: Relatório de João Ferraz do Amaral, 1930. p. 166



Fig.5: Relatório do 5.º Anista de Medicina: João Ferraz do Amaral, 1930.

As escolas tinham um importante papel diante do quadro de esquadrinhamento da cidade. A implantação dos *Grupos Escolares* nas cidades atendeu a vários objetivos, como observou Rosa Fátima de Souza:

Nas cidades morava o perigo das multidões. Era onde se encontrava a influência malsã dos pobres, dos vagabundos, de um povo com tendência à degeneração, suscetível a todos os males, Portanto, constituía o espaço em que deveriam ser tomadas medidas urgentes de disciplinarização e regeneração social. A escola foi uma das instituições responsabilizadas por essa missão ⁷⁷.

Ou seja, a cidadania era entendida para cada segmento da sociedade de uma maneira. A liberdade idealizada pelos mais abastados nada tinha a ver com a desejada pelo pobre, muito menos com a idealizada pela classe dominante para a dominada. Em São José dos Campos, duas semanas após a Lei Áurea, a discussão sobre o “tipo” de liberdade do ex-escravo, expressava a necessidade de ensinar-lhes sobre a existência de uma lei social e o princípio de um equilíbrio sociológico, que seria alcançado através do discernimento entre o bem e o mal e o uso correto da liberdade:

Trabalhar, pois, agora mais do que nunca é necessário para dar-se-lhes uma direcção, um norte, uma estrella que os guie na tortuosa estrada da existência, ensinando-lhes distinguirem entre o bem e o mal: o bello, do feio; o verdadeiro do falso; para fazê-los compenetrarem-se de que há uma lei social que a tudo preside-a relatividade, a qual deve ser, é, extensiva até a liberdade, como princípio de **equilíbrio sociológico** (grifo nosso)

A movimentação da sociedade joseense, através de segmentos como a imprensa e a igreja, demonstram como esses setores atribuíram para si próprios a árdua tarefa de mostrar esses princípios para os populares. A “escola” aparece, nesse sentido, como uma ferramenta para nortear e influenciar essa população. Esse norte está diretamente relacionado à importância da formação do cidadão-eleitor; já que o voto, a partir da Constituição de 1891, deixa de ser censitário; porém a questão da instrução criava um abismo entre alfabetizados e analfabetos, com isso apenas 20% da população participava das decisões políticas. Conforme pesquisa de Maria Cristina Gomes Machado ⁷⁸, verificou-se que, durante os

⁷⁷ SOUZA, Rosa Fátima de. Op. Cit p. 92

⁷⁸ Ver: MACHADO, Maria Cristina Gomes. *O decreto de Leôncio de Carvalho e os Pareceres de*

momentos finais do Império, foram propostos pelos deputados, em menos de duas décadas, cerca de sete projetos de Reformas, todos envolvendo a Educação. Apesar disso, nenhum deles foi implementado e praticamente todos passaram despercebidos, sem que fossem discutidos na Câmara. A liberdade desejada a essa camada da população - de que trata o fragmento do jornal pode ser entendida então como parcial, “tutelada”, relativa e para fins de equilíbrio sociológico, “ensinar-lhes a amar o trabalho”⁷⁹.

Sabemos que a preocupação com a infância, nas sociedades ocidentais, está atrelada ao surgimento da família burguesa. A idéia de que a criança exigia atenção especial e deveria ser tratada de maneira diferente vem deste momento histórico.⁸⁰ No entanto, estamos nos referindo aqui a uma preocupação que extrapola a questão da classe social a que essas crianças pertenciam. A educação fazia parte de um projeto político, buscando uma identidade nacional, fenômeno que repercutiu em vários países no final do século XIX. Construir uma nação forte e dar um destino de glória para o país exigia necessariamente que essas crianças se transformassem em “bons elementos” dentro da sociedade.

As mulheres e crianças tornam-se alvos para que o projeto de modernização e construção da nação acontecesse. Com papéis definidos, “as mulheres participariam desempenhando a função tradicional de esposas e mães de bons cidadãos”⁸¹.

Ao analisar a cidade de São Paulo, Maria Luiza Marcílio constatou que as crianças, principalmente as mais pobres, entraram na pauta do governo. Surgiram então obras de caridade que, “preocupadas” em instruir, ofereciam além das primeiras letras, uma educação profissionalizante, formando domésticas, babás, carpinteiros, sapateiros, entre outras profissões.

Rui Barbosa em Debate. *A criação da escola para o povo no Brasil do século XIX*. In: Histórias e Memórias da Educação no Brasil – Vol II, p.93.

⁷⁹ Cf: SCHELBAUER, Anaete Regina. *Idéias que não se realizam – o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914*. Maringá: UEM, 1998.

⁸⁰ AIRES, Phillipe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1978.

⁸¹ HILSDORF, p. 64.

Em São José dos Campos, o curso primário era o único oferecido. Na época, alguns abastados continuavam recebendo aulas de professoras particulares e comparecendo nas escolas públicas somente para prestar exames. Essa minoria posteriormente prosseguia seus estudos nas cidades vizinhas. O curso ginásial foi criado em 1934, pelo Ato n.º 26, de março de 1934, ainda mantido pela municipalidade. Foi pelo Decreto n.º 14562 de 26 de fevereiro de 1945 que foi criado o Ginásio Estadual.

O aparecimento das escolas de massas teve início apenas em meados da década de 1910, quando os grupos escolares começaram a dobrar os turnos e a escola se abriu para contingentes populacionais maiores. Antes disso várias camadas sociais eram impedidas de entrar nas escolas⁸², num processo velado e ao mesmo tempo evidente. Exemplo disso está na pesquisa de Zeila Demartini, que tratou da escolarização na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Neste trabalho, verificou que não era pacífico o acolhimento de europeus e orientais nas escolas públicas, por esse motivo inúmeras escolas particulares surgiram na capital. A iniciativa de criar escolas por conta própria era bastante comum e essa medida foi responsável pela alfabetização de muitas crianças e adultos.⁸³

Na Câmara de Deputados e entre os intelectuais, a discussão em torno da questão educacional começa a ganhar espaço. A educação popular começa a ser pensada como maneira eficaz de infiltrar a ordem, semear a lei. Embora o discurso republicano estivesse sempre calcado num ensino laico, na prática, o Estado dividia essa tarefa com as ordens religiosas.

Algumas das tendências educacionais da época mostraram claramente que o projeto republicano pensou e ofereceu a escola em moldes específicos, antes que outras camadas sociais a reivindicassem; propondo o ensino elementar e profissional para as massas e educação científica para as elites, entendidas como

⁸² ver: MONARCHA, Carlos. *A Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas: Edunicamp, 1988.

⁸³ DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. *A escolarização da população negra na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século*. In: Revista da Associação Nacional de Educação – n.º 14, Ano 8, 1989 pp 51-61.

“condutoras do processo”⁸⁴. Assim sendo, havia modelos educacionais aceitos e rejeitados. Para os Republicanos, colaboradores do Jornal *A Província de São Paulo*, como observou M. Lou Paris, não eram bem vistas a escola pública monárquica, a iniciativa privada comercial e a confessional católica⁸⁵. Já em São José dos Campos como pudemos observar, as propostas coexistiam e o distanciamento da igreja não era tão delineado. Em relação à participação privada, também percebemos que um grupo de pessoas ligadas ao comércio defendia seu espaço e interesses tendo como pano de fundo a educação.⁸⁶

A respeito dos conflitos pedagógicos que marcaram o cenário da Primeira República, Ghirardelli Jr⁸⁷, identificou três correntes pedagógicas que estabeleceram associações com setores sociais específicos, como: a tradicional (combinação das aspirações dos intelectuais ligados às oligarquias dirigentes e à Igreja), a nova (liderada pelas classes médias e a burguesia, buscando a modernização do Estado) e a libertária (vinculada a intelectuais envolvidos com projetos dos movimentos sociais populares, principalmente do movimento operário).

Em São José dos Campos, a linha predominante esteve concentrada na Pedagogia Tradicional, pelo menos durante a maior parte da República Velha, sendo os efeitos da Pedagogia Nova bastante sutis e muito mesclados com a corrente anterior⁸⁸. As marcas da Pedagogia do *Ratio Studiorum*⁸⁹ mesmo depois de mais de um século após a expulsão dos jesuítas “ainda mostrava-se incrustado

⁸⁴ Ver: HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *As iniciativas dos Republicanos*. In: História da Educação Brasileira, p.62.

⁸⁵ PARIS, M. L. “A Educação no Império: o Jornal *A Província de São Paulo*” (1875-89). São Paulo: FEUSP, 1980.

⁸⁶ Esses grupos comerciais eram os que de diversas formas patrocinavam a escola.

⁸⁷ GHIRARDELI Jr, Paulo. *História da Educação*. SP: Editora Cortez, 1992. Revista Ampliada 2.ª Edição, p. 20

⁸⁸ O grande diferencial em educação apresentado na cidade de São José dos Campos foi o Colégio Salesiano de iniciativa particular, fundado em 1924; que se afirmava como um estabelecimento de ensino moderno, mas ao contrário da corrente da Escola Nova, reforçava um ensino não laico. Além disso, nosso recorte cronológico que teve como data limite o ano de 1924 não nos permitiu adentrar nessa questão, mas o envolvimento da igreja dentro da escola pública nas décadas iniciais foi um fator marcante, com doses generosas de positivismo.

⁸⁹ Essa Pedagogia trazida pelos jesuítas baseava-se na unidade de matéria, de método e de professor; os autores usados eram aqueles ligados ao pensamento oficial da igreja e a disciplina deveria ser rígida e perseverante, caráter idealizado pelo cristão leigo.

na cabeça dos professores [como] um regrário didático que mostrava de certa forma a incapacidade do pensamento laico em superar a organização da cultura forjada pelo catolicismo no Brasil”⁹⁰.

Essa estreita relação da Igreja com a Escola pôde ser verificada em manuscritos do período Imperial, na época, em que o Inspetor era o Vigário da cidade, sendo o primeiro deles, o Padre Jacintho Manoel de Andrade. Dentre as leituras obrigatórias, estavam o Catecismo e a doutrina da Igreja. O relatório do professor indicava suas preferências pedagógicas na adoção de livros: “aquelles cuja moral e religião possuem mais facilmente formar o coração dos jovens”⁹¹.

A cisão entre Igreja e Estado, a partir de 1891, exigia que a educação pública fosse laica e gratuita, mas na prática, pelo menos em São José dos Campos, verificamos que a Igreja se fazia presente nas escolas, inclusive participando de uma disputa acirrada para abocanhar essa missão com certa exclusividade⁹². Pudemos observar que com a instituição da educação laica, o divórcio entre Igreja e Estado aconteceu de maneira lenta e manteve laços extra-oficiais, persistindo a grande influência das instituições religiosas dentro da cidade, seja na imprensa, na saúde, na educação ou nas festividades.

A primeira escola particular de grande porte e que se mantém em atividade até os dias de hoje surge na cidade em 1926⁹³ e era ligada diretamente à igreja. A explicação para este tipo de escola encontra-se no pequeno jornal “*A Caridade*”⁹⁴. Na pauta de “*A Caridade*”, a idéia de abrir escolas e economizar com prisões e

⁹⁰ GHIRARDELLI Jr, Op Cit. p. 20

⁹¹ Relatório do Professor de Primeiras Letras Manoel Gonçalves de Oliveira – 23/03/1852 – APESP. Relatório mais antigo de professor encontrado no corpo documental.

⁹² Desde a Colônia, toda fiscalização relacionada às atividades da Instrução Pública tinha a Igreja como protagonista e sua doutrina como suporte.

⁹³ A permissão para o funcionamento de escolas particulares existia desde os tempos de colônia. O primeiro registro de Escola Pública na cidade, data de 1872, quando foi criado o primeiro colégio particular, instalado na antiga rua São José (hoje avenida), de propriedade de Francisco Leite Machado, administrado por Dom José Ovídio Borches, professor espanhol, casado com D^a Etelvina Leite, filha do proprietário. Cf: “Patrimônio perdido” exposição sobre as escolas de São José dos Campos organizada pela Fundação Cultural Cassiano Ricardo.

⁹⁴ Cuja produção era semanal, publicado aos sábados, apresentava-se como aprovado pela autoridade eclesiástica e em suas colunas tratava do cotidiano da cidade, zelando pela postura cristã católica, assumindo uma postura disciplinada, exortando àqueles que recorressem a curandeiros, orientando a mulher para a moda decente, entre assuntos corriqueiros verificamos no intervalo de um ano de publicação, pelo menos dez matérias tratando especificamente sobre

a proposta de uma educação de princípios estritamente cristãos são as mais veiculadas.

Quanto à instrução popular, alguns de seus artigos permitem-nos compreender o que esse segmento entendia por educação, além da moral cristã e da pregação das boas maneiras, sobretudo às pessoas do sexo feminino. A discussão sobre o perfil do Brasil e do povo brasileiro e a necessidade da instrução popular são veiculadas por esse semanário que em alguns momentos combatia o Positivismo, principalmente no que diz respeito à educação laica. Entretanto, com relação a Educação, concordamos com Elomar Tambara quando afirma que “o positivismo serviu como fator de aglutinação aos setores interessados em uma nova ordem social, crenes na necessidade de apressar o desenrolar da História”⁹⁵.

Embora o discurso de “*A Caridade*” fosse contra os positivistas⁹⁶, percebemos que havia muita semelhança em suas formas de pensar a educação, principalmente no que se refere à educação feminina, pois no “Positivismo”, a questão do ensino está profundamente associada ao papel desempenhado pela mulher na sociedade, “a esta cabia designar os caminhos pelos quais, na área da instrução/educação, deviam trilhar as famílias”⁹⁷. A mulher é sempre alvo desse semanário que assumiu a responsabilidade por guiá-las para que não envergonhassem seus maridos e fossem sempre boas mães: “Uma senhora que não inventa e não cria os seus vestidos é como um escritor que não acha e não inventa as suas idéias. Ter a toilette do figurino é fazer como os merceeiros que teem a opinião da sua gazeta.”⁹⁸

A principal queixa dos colaboradores de “*A Caridade*” estava na exaltação do discurso científico que colocava em regime de completa separação o poder espiritual do poder temporal, a indignação era latente:

Educação e escolas.

⁹⁵ TAMBARA, Elomar. “*Educação e Positivismo no Brasil*”. In: Histórias e Memórias da Educação no Brasil. STEPHANO, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs). Volume 2 – Século XIX. RJ Petrópolis, 2005. pp 166-178.

⁹⁶ O Jornal “*A Caridade*” era um órgão ligado à Igreja Católica.

⁹⁷ Idem, p. 171.

⁹⁸ Jornal “*A Caridade*” 13/04/1918.

devem saber os illuminadores que esta observação não é nossa, é do famoso e insuspeito Spencer, que em um capítulo de suas obras, depois de enumerar uma enormidade de falsificadores sábios, conclue que a sciencia sem educação, portanto sem moralidade, é nefasta e repulsiva ⁹⁹.

Conseguir apoio da população para abrir escolas paroquiais e nelas ensinar a doutrina católica era uma cruzada desses vicentinos. Os apelos utilizados eram os mais variados e não raro faziam-se comparações com as escolas públicas oficiais, colocando-se em oposição em relação ao Estado laico:

Além de ensinar as primeiras letras, dá aos alumnos o principal que é o pão do espírito, ministrado no ensino da religião. De que vale os aparatosos programas das escolas officiaes se a criança não ouve ao menos uma vez pronunciar o nome sacrosanto do nosso bom Deus e Senhor? É triste se ver o Estado atheu no meio do povo religioso! ¹⁰⁰.

A troca de idéias entre “Vicentinos” de outros estados sustentava ainda mais o discurso tradicional católico. A exposição de crucifixos nas escolas públicas oficiais de Minas foi admirada como signo de nobreza e intelectualidade, as cidades eram vistas como referências por serem adiantadas e católicas e essa conjunção aditiva não só colocava a religião como virtude, mas uma religião em especial, a católica:

Unamo-nos pois sejamos firmes trabalhemos com ardor vivo como bons brasileiros, paulistas e catholicos que nos orgulhamos de ser, em prol dessa idéia santa e sublime, imitando assim o nobilíssimo gesto da lovavel iniciativa daquelle intemerato paladino da caridade cristan e dilecto filho de S Vicente de Paula (...) Não nos esmoreçamos jamais, não nos deixemos vencer pela opinião dos pirronoicos e incrédulos, dos reflectarios da idéia aventada, não nos atemorizemos com os arreganhos da opposição certa e tenaz dos secretários positivistas, dos inimigos gratuitos do catholicismo ¹⁰¹

⁹⁹ Idem. A grafia da época não torna o texto claro, o a na verdade deve ser lido como “há” para que fique coerente: Há ciência sem educação (a educação a que estava se referindo Spencer era a religiosa, o moralismo cristão).

¹⁰⁰ Jornal “A Caridade” 06/04/1918 p.5.

¹⁰¹ Jornal “A Caridade” 04/06/1917

Os empregados do comércio também tinham o seu órgão de produção semanal, chamado “*O Caixeiro*”, onde discussões sobre as eleições municipais e o interesse do grupo apareciam com frequência e, assim como no caso de “*A Caridade*”, verificamos mais de uma dezena de matérias sobre Educação. O tema da educação era pertinente e necessário, pois a cidade estava passando pela sua primeira fase de industrialização, abrindo cerâmicas, tecelagens e outras atividades que exigiam um outro tipo de trabalhador. Entendemos que as mudanças introduzidas nas relações de produção, sobretudo a concentração da população em centros urbanos, tornaram “imperiosa a necessidade de se eliminar o analfabetismo e dar o mínimo de qualificação para o trabalho a um máximo de pessoas”¹⁰². Portanto, essas preocupações expressas pelo “*O Caixeiro*” não estavam, de forma alguma, isentas ou descompromissadas, tinham o propósito de qualificar para o mercado de trabalho.

As propostas educacionais, pelas suas práticas, expressaram o reforço da condição social do alunado. No jornal “*A Vida*” de São José dos Campos, encontramos referências ao Seminário de Educandas da Capital¹⁰³, tido como um modelo de educação para um grupo social específico, crianças órfãs, desamparadas ou de famílias pobres. O ensino elementar estava ao alcance dessas meninas como uma forma de dar-lhes uma “função” na sociedade, uma ocupação. Segundo o jornal “As meninas aprendem primeiras letras, desenho, música, religião e canto sagrado; conforme aptidão e inteligência de cada uma, recebe instrução superior. As prendas, a humildade e os serviços domésticos fazem parte da educação”¹⁰⁴.

Prova de que a educação oferecida, pensada e idealizada, principalmente para as famílias pobres, era diferenciada em relação às famílias mais abastadas. Nos anúncios publicados nos jornais “*A Vida*”¹⁰⁵ e “*Correio Joseense*,”¹⁰⁶ as

¹⁰² ROMANELLI, Otáisa de Oliveira. *História da Educação no Brasil 1930-1973*. Petrópolis RJ: Vozes, 2001 25.^a edição. P. 59

¹⁰³ O tipo de educação oferecida pelo Seminário esteve voltado praticamente para preparar as meninas para o casamento e tarefas da casa, sendo que a procura pelo estabelecimento era grande, inclusive havia lista de espera.

¹⁰⁴ Jornal “*A Vida*” 04/03/1888 Ano II Número 12, p. 01.

¹⁰⁵ Jornal “*A Vida*” 01/12/1897

propagandas traziam informações a respeito do investimento que as famílias deveriam fazer. Eram valorizados a educação musical, o regime de internato e ainda o preparo para os níveis mais elevados de ensino. Nesta época, formar uma filha professora era um símbolo de *status*.

"ENSINO EM FAMÍLIA

Na chácara das palmeira (sic) cita a rua do Parahyba recebe-se meninos para ensinar a ler, escrever as Quatro operações. Grammatica, portugueza, francez, Geographia, Historia Pátria e Sagrada, noções Moraes e phylosophicas, Arithmetica, Musica e Piano.

Condicções:

Internos por mez, 25\$000

Externos primeiras primeiras lettras 2\$500

Externo secundário 5\$000

Musica por mez 4\$000

Piano por mez 10\$000

Accio de roupa por mez 4\$000¹⁰⁷

EXTERNATO S. BENTO
Dirigido pelo Professor
Alberto Allegretti
Prepara alumnos e alumnas para todo e
qualquer curso
AUTORISADO PELA DIRECTORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PUBLICA
Residencia Rua São José n. 58

fig. 6: Anúncio do Jornal "O Correio Joseense" 1920

Como podemos ver, negociantes, comerciantes, religiosos, cada grupo conforme suas convicções, opinavam sobre a Educação e viam nela a solução para quase todos os problemas que afligiam a sociedade. Diferentes propostas coexistiam, atendendo aos diferentes segmentos sociais. Sobre os propósitos da educação no período, Rosa Fátima afirma que:

¹⁰⁶ Jornal "Correio Joseense" 05/05/1920, p. 3

¹⁰⁷ Jornal "A Vida" 01/12/1887.

Se é fato que a educação cumpre finalidades determinadas pela sociedade, não é menos verdade que os projetos, dos discursos, as teorias pedagógicas, materializam-se no cotidiano da escola; é nesse âmbito que a intercessão de subjetividades e práticas cadencia ritmos, ritualiza comportamentos, intercambia experiências, configura formas de agir, pensar e possibilita a identidade/diferenciação da escola no conjunto das instituições sociais¹⁰⁸.

A publicação de nomes - todos diretamente relacionados às famílias que dirigiam o jornal local e seus pares, comerciantes e profissionais liberais, evidencia que a Educação servia também como uma vitrine e passaporte para um futuro promissor das futuras damas da sociedade. A educação desejada para estas meninas ia além da leitura e da escrita, perpassava a educação espiritual e o constante interesse pelos acontecimentos citadinos:

Não há por ahí moça alguma que não obtenha dos pais a quantia necessária para comprar um bonito vestido, um chapéu moderno, um sapatinho elegante (...) elas atendem mais ao vestido, ao chapeo, ao sapatinho, que a educação do espirito. (...) Pode se contar na ponta dos dedos as mulheres que acompanham os acontecimentos estadinos pelas folhas diárias. Não há gosto pela leitura; por que não houve princípios que lhes dessem incentivo. Ao passo que aparecem, meninas pequenas, como as do Sr Rodolpho Lehman, Gustavo Sonnevend, Valencio Leonil, Antero Madureira, Joaquim Mendes; que respondem facilmente a uma pergunta de Geographia da Europa, Ásia, África, Oceania; conhecem bem a América do Sul. Tudo isso devido a educação que é distribuída no Collégio Mascarenhas¹⁰⁹, que alem de educar o espírito, também ensina a ser dona de casa¹¹⁰.

¹⁰⁸ SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de Civilização: A implantação da escola Primária graduada no Estado de São Paulo. 1890-1910*. SP: Unesp, 1998. p. 19

¹⁰⁹ Nos mapas de movimento do Arquivo Público do Estado não foram encontradas referências a esse colégio, ele aparece assim intitulado no Jornal A Vida, tudo leva a crer que se trata de uma professora particular que dava aulas para algumas senhoritas joseenses e que a propaganda de que essa “nata” estava buscando formação, interessava a grupos específicos da cidade, como uma maneira de desprestigiar aquelas que não tinham acesso ou ainda cujas famílias não viam necessidade de pagar por esse serviço.

¹¹⁰ Jornal “A Vida” 29/07/1890

A preocupação educacional aparece como condição para a ordem e a ordem para o progresso e a modernidade. No intuito de poupar a consciências das elites, no sentido de não deixar à margem a população pobre; a educação foi pensada e oferecida com vistas a mostrar o caminho “certo” para uma população supostamente ignorante e ao mesmo tempo preparar o cidadão, legitimando a punição a toda ignorância em nome da lei:

Entregar esses infelizes a mercê do acaso, não curar de infiltra-lhes no cérebro os mais ou nos principios de ordem, confiando que a lei, a justiça, o código os punirá si transviarem é uma premeditação: equivale a um crime, a uma deshumanidade que em nada nos enobrecerá, podendo ao mesmo, ao contrário, nos aviltar, quando não aos olhos de nossa consciência própria¹¹¹

A escola entra no cotidiano das cidades brasileiras, não exclusivamente para instruir, formar, mas acima de tudo para disciplinar a população que insiste na “vadiagem”. A simples pescaria era interpretada como uma vadiagem que as crianças aprendiam a partir dos exemplos dos adultos, tornando-as fracas e estúpidas:

Seguindo o exemplo dos maiores, as crianças de nada útil cuidão. Gastando o mais precioso tempo em jogos, então nas margens do parayba de anzol em punho: é uma vadiação continua numa eterna vagabundagem. (...) **No entanto as escolas ahi estão vazias e o governo pagando centenares de contos de reis em favor da instrução** que de pouco ou nada serve; não porque os professores não fação por ganhar seus ordenados honradamente, mas porque essas **creanças são inimigas capitães das escolas; inimigas da instrucção**, como forão seus avós, como o são ainda hoje seus progenitores. A ser certo que nos filhos se dezinvolvem as tendências dos paes ou por outra, se é verdade que o presente é o resultado lógico do passado, bem triste e mesquinho foi o desenvolvimento do cérebro d’aqueles que geraram esta matilha de entezinhos rachiticos e enfezados que levão os dias na mais larga vadiieira e que só denotão fraqueza e estupidez. [*grifos nossos*]¹¹²

111 Idem

112 Ibidem.

Na verdade, as escolas da região não estavam vazias, aliás, nos anos vinte já existiam mais de uma dezena de escolas na cidade faltando inclusive professor habilitado para ocupar as cadeiras. Em 1889, o município contava com mais de seis escolas, os relatórios de professores encaminhados à Diretoria Geral de Instrução Pública, ao contrário do que o jornal afirmava não demonstrava que tais escolas estivessem amparadas devidamente. Por ora, queremos focalizar a criança e compreender como essa “inimizade genética” pela instrução foi, durante um bom tempo, à tônica de discursos e a justificativa para o atraso do país, tema comum principalmente por parte da imprensa local. As críticas mais severas, no entanto, recaíam sobre os pais:

Perambulam por essas ruas, fadados a responder pela culpa de seus Paes, innumeras crianças nas condições de matricularem-se nas escolas publicas e alli receberem os primeiros ensinamentos indispensáveis a vida do homem. Entretanto assim não pensam inúmeros Paes e n'um gesto criminoso abstem-se de mandar seus inocentes filhos onde aprendem o indispensável para tornarem-se patriotas ¹¹³

Até mesmo dados oficiais apresentavam uma outra realidade educacional, ao apontar que as escolas do interior não iam tão bem e que não era somente por culpa dos pais que as crianças não iam às escolas. A Secretaria de Negócios do Interior apresentou relatório bastante diverso da posição do jornal local, revelando um estado de estagnação e imensa precariedade das escolas:

Não é credora de encomias a organização deste ramo importantíssimo da administração. A Instrução Pública jaz em estado rudimentar: é mais um symptoma de boa vontade incapaz do que um serviço real (...) Além da má distribuição das escolas convem attender para a falta de habilitações do professorado na sua generalidade ¹¹⁴.

¹¹³ Jornal “*Correio Joseense*” 20/08/1922.

¹¹⁴ Relatório do Secretário de Negócios do Interior (Vicente de Carvalho). Abril de 1892, páginas

Embora não tenhamos encontrado produções de jornais que cobrissem as duas primeiras décadas do século XX de maneira constante; verificamos que existiam pequenas publicações registradas junto à Prefeitura de São José. Nos Almanques também conseguimos identificar alguns traços do cotidiano urbano joseense. Os que nos chamou a atenção foram inúmeras falas a respeito da Educação e seu papel dentro da sociedade. Temos grupos diferentes discursando sobre o mesmo assunto. O Jornal “A Vida” apresentava algumas de suas manchetes relacionadas à educação, com os seguintes títulos “Crianças sem governo”¹¹⁵, “Os desgraçados”¹¹⁶. Em “O Brasil e os brasileiros”, uma série de artigos encontrados em pelo menos três edições do jornal¹¹⁷; um deles intitulado “Um estabelecimento modesto: Educação para a gentilha”¹¹⁸ publicado na semana em que ocorreu a abolição, explicita a preocupação com o futuro de uma sociedade sem escravos e deixa evidente que era preciso dar-lhes uma ocupação e postura, para não incomodar seus ex-senhores.

Uma das maneiras encontradas para lidar com essa situação irremediável foi pensando nas crianças, com vistas a sua vida adulta, cuidando para que elas se tornassem almas bem formadas e, de preferência, úteis. As crianças foram alvos a serem perseguidos para alcançar uma sociedade instruída, sobretudo obediente. Prudência e critério são vistos como condições para o futuro da nação. O poder público toma para si o direito e poder de pautar o destino das crianças para fazer delas cidadãos úteis:

Da pequena creança faz-se um **cidadão útil e prestável**. Não tendo o governo, direcção e instrucção é procurar atirar à mocidade a um tenebroso pego. O coração virgem da criança é uma página branca, onde o poder publico pode **pautal-o** com o diadema de ouro. Abandonar à criança é um crime, conduzil-a e guial-a é o dever sagrado das almas bem formadas. Assim como a Itália deo Galileu, a França Laveisier, o Brasil Domingos

VIII e IX do prefácio.

¹¹⁵ Jornal “A Vida” 12/02/1888, p. 1

¹¹⁶ Jornal “A Vida” 04/03/1888, p. 1

¹¹⁷ Jornal “A Vida” 18/03/1888, 28/03/1888; 01/04/1888.

¹¹⁸ Jornal “A Vida” 13/05/1888.

Freire, S. José dos Campos e outros povoados, com tino, prudência e critério podem dar bons homens, que no futuro conquistem immorredouras glórias.¹¹⁹

Os termos “útil” e “prestável”, bem como a expressão “bons homens”, nos elucidam o quanto o papel da escola foi pensado. Uma maneira de compreender a intencionalidade da escola é através de seu currículo. Espelhar-se em grandes vultos foi uma maneira encontrada pelos jornais para expressar o desejo de integrar o Brasil às nações desenvolvidas sendo que esse desenvolvimento se daria através da educação.

Maria Helena Bastos verificou que, nesse momento, o Estado faz da educação um verdadeiro espetáculo: “A escola passa a ser vista como uma das instituições capazes de garantir a unidade nacional, através da transmissão não só de um conteúdo unificado, mas também de valores culturais e morais que garantiriam o sentimento pátrio”¹²⁰.

Em 1890, foi criado o Ministério de Instrução Pública, Correios e Telégrafos¹²¹, sendo Benjamin Constant seu primeiro ocupante. Este, que já havia sido Ministro da Defesa, levou a inspiração militar e positivista para as escolas. O teor positivista foi identificado nos programas, currículos e materiais didáticos do período em questão. As palavras ordem, disciplina e respeito são as que mais aparecem nos relatórios de inspetores escolares, até mesmo das escolas mais simples e improvisadas. No primeiro Grupo Escolar de São José dos Campos, encontramos registros sobre aulas de escotismo¹²², que eram ministradas por militares do *Tiro de Guerra*. Esses são alguns reflexos da influência da fundação do *Bureau International*¹²³, com sede em Genebra, inaugurando um novo ideário

¹¹⁹ Jornal “*A Vida*” 12/02/1888, p. 1

¹²⁰ BASTOS, Maria Helena Câmara. A Educação como espetáculo. In: *Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Vol II – Século XIX*. P. 116

¹²¹ A Educação só constitui uma Pasta independente na década de 1930, com a criação do Ministério da Educação e Cultura, antes disso ficava subordinada à Secretaria de Negócios do Interior no setor de Instrução Pública.

¹²² Foram encontradas cerca de 5 fotos sobre as atividades de escotismo em Acervos Particulares e no Acervo da escola, porém não há registro de data. Nas crônicas e memórias sobre o Grupo Escolar, as atividades dos escoteiros são comumente rememoradas. Uma análise desses ritos na escola será feita no quarto capítulo deste trabalho.

¹²³ ver Ferrière um dos fundadores da Bureau. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da*

de escola que divulgou 30 itens considerados bases da Nova Pedagogia. A escola que se enquadrasse em pelo menos 2/3 desses itens era considerada “Nova”, celebrando um divórcio com a escola tradicional, valorizando jogos, exercícios físicos e também o desenvolvimento da motricidade.

Embora tenha se estabelecido a obrigatoriedade do ensino primário para ambos os sexos, entre crianças de 7 a 14 anos, essa discussão só ganhou espaço nas páginas dos jornais joseenses na década de 1920. Antes disso, as escolas existentes no município pareciam estar mais a serviço do interesse de algumas famílias, funcionando como uma extensão ou anexo das propriedades de alguns fazendeiros. Como, para serem abertas, as escolas deveriam ter ao menos 30 alunos, os proprietários permitiam o acesso de algumas crianças ou filhos de funcionários às mesmas. O Estado se responsabilizava pelo pagamento do professor titular e de um adjunto em alguns casos. A concessão de local para as aulas ficava sob responsabilidade da Câmara Municipal, entretanto na maioria dos casos, os espaços eram cedidos por particulares.

A Constituição de 1891 não coloca, em sua pauta, a educação como obrigatória, na verdade silencia-se a esse respeito. Cada Estado redigia sua Constituição. São Paulo manteve em seu aparato legal a obrigatoriedade do ensino gratuito, alavancando o nascimento de sua rede de ensino. A primeira medida é a de criação de escolas normais ou escolas-modelo, profissionalizando a profissão do professor¹²⁴. Como verificou Maria Luíza Marcílio:

Foi organizada a primeira rede de ensino público estruturada e articulada no sentido vertical. Ela tornou-se o paradigma para todo o país (...) A estrutura administrativa da Instrução Pública foi reformulada pela lei 88, de 8 de novembro de 1892, que criou a Secretaria Geral de Instrução pública, órgão de registro burocrático, subordinado ao diretor geral de instrução pública¹²⁵.

educação. SP: Moderna, 1989.

¹²⁴ A formação de docentes, começou a ser oferecida no município, somente em 1929, por isso, é comum encontrarmos na documentação professores leigos.

¹²⁵ MARCÍLIO, Maria Luíza. *A História da Escola em São Paulo e no Brasil*. SP: Braudel, 2004. Pág.139

As mudanças na educação aconteceram de maneira gradual e lenta. A criação do Sistema Escolar propriamente dito foi regulamentada, mas tanto na capital, como no interior, o seguir à risca essa regulamentação esbarrou em inúmeras dificuldades. Embora estivessem previstos seis níveis de ensino (jardim-de-infância, primário, ginásio, secundário, normal e superior), na prática, somente o ensino primário era oferecido, principalmente no interior do Estado. No caso Joseense, o ginásio só passou a ser oferecido pela rede pública a partir da década de 1930. Antes disso, ou se recorria a instituições privadas ou a outros municípios

¹²⁶.

Quanto à rotina escolar, os Grupos Escolares funcionavam dentro do que se pretendia de mais moderno para as escolas. Já as escolas isoladas, que eram maioria absoluta, continuaram por muito tempo vivendo precariamente e com diferenças não só em sua estrutura física, como administrativa.

Jorge Nagle ¹²⁷, identificou na Educação Brasileira do início do século XX dois momentos específicos, aos quais denominou de “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico”. O entendimento desses movimentos faz-se necessário para a compreensão das alianças e conflitos que se formaram em torno da educação. Para Paulo Ghirardelli Júnior ¹²⁸, o entusiasmo pela educação teve um caráter quantitativo, um processo de alfabetização, enquanto que o otimismo pedagógico buscou a otimização do ensino através das condições didáticas.

A maior parte de nosso trabalho, está centrada no momento em que os dados quantitativos se sobrepuseram aos qualitativos. A divulgação desses números era bastante contraditória. Enquanto os jornais apontavam um grande número de analfabetos e faziam uma leitura de desinteresse por parte da população em relação à escola, dados oficiais¹²⁹, como os relatórios elaborados

¹²⁶ Nos jornais A Vida, aparecem informações sobre “Gymnasio Infantil” na cidade de Jundiaí.

¹²⁷ NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo, EPU, Edusp, 1974.

¹²⁸ GHIRARDELLI Jr. Paulo. *História da Educação*. SP: Cortez Editora, 1992. 2.^a Edição revista, p. 15. O autor localiza esses movimentos através de balizas cronológicas, datando o entusiasmo entre 1887-1896 ganhando força na década de 1910 e o otimismo como fenômeno dos anos 20 que se consolidou nos anos 30.

¹²⁹ Rosa Fátima de Souza, (Op cit), observou que a partir de 1910, os dados oficiais sofrem um

pelos Secretários de Negócios do Interior, exaustivamente publicavam índices traçando um mapeamento crescente e uma abrangência cada vez maior do número de matrículas:

Em 1895, o número de escolas providas foi de 819: temos, portanto uma diferença a mais, no último ano de 158, o que revela uma progressão animadora. Quanto à matrícula, em 1895 atingiu a 24.329 alunos, e a frequência média mensal foi de 16.800. Em 1896 a matrícula é calculada em 30.390 alunos, e se acrescentarmos as 2.077 das escolas-modelo, teremos um total de 32.467¹³⁰.

Grandes impactos foram sentidos em todo o Estado de São Paulo, a partir da Reforma de Sampaio Dória (1920)¹³¹. O pioneirismo do Estado de São Paulo era exaltado nas colunas dos jornais e o combate ao analfabetismo era visto como indispensável: “O governo atual resolveu promover com as administrações estaduais os meios que visem a disseminação do ensino, levando a efeito a criação e conseqüente provimento de escolas primárias”¹³². Na prestação de contas publicada, as despesas com as escolas representavam a marca de 896\$850 mil réis aos cofres públicos, representando 11 % dos gastos do município.¹³³ A cruzada pela alfabetização exigiu que os municípios fizessem o Recenseamento Escolar¹³⁴ e colocasse em prática a Lei da Obrigatoriedade do Ensino. Uma

aumento significativo, o que não quer dizer que a oferta de vagas se dava como iniciativa exclusiva do Estado, mas por uma demanda real da sociedade.

¹³⁰ Cf: REIS FILHO, Casemiro dos. *A Educação e a ilusão liberal Origens da Escola Pública Paulista*. São Paulo: Editora Autores Associados. Coleção Memória da Educação, 1995. Ver p.144 Fragmento da Mensagem do Presidente do Estado ao Congresso Legislativo em 7 de abril de 1896, página 99.

¹³¹ Embora em 1892, tenha ocorrido uma Reforma no Ensino Paulista, foi a Reforma de 1920, de autoria de Antônio Sampaio Dória, Lei 1.750, decreto 3.356 de 1921 que foram introduzidas alterações no ensino paulista. Num esforço de eliminar o analfabetismo, criou-se uma escola primária aligeirada, de caráter obrigatório, com curso reduzido a dois anos e com o programa bastante simples. A proposta também tratava de nacionalismo, buscando abraçar os brasileiros pela alfabetização e educação moral e cívica e integrar o imigrante estrangeiro. Cf: MARCÍLIO, Op. Cit. 141 e 142.

¹³² Jornal “*O Correio Joseense*” 11/01/1920 p.2

¹³³ Jornal “*O Correio Joseense*” Balancete publicado em 05 de fevereiro de 1920, referente ao mês de janeiro. Verificamos a seguinte ordem no emprego de verbas da Prefeitura Municipal: Exercícios findos, limpeza pública, pessoal das escolas reunidas, despesas eventuais, desapropriações, letras a pagar, pessoal, iluminação pública.

¹³⁴ O primeiro recenseamento em SJC foi organizado pelos professores Felício Savastano e

semana antes da publicação do decreto municipal sobre obrigatoriedade do ensino no município, verificamos o desdobramento de turnos dentro dos Grupos Escolares, uma solução econômica e eficaz para lutar contra os números alarmantes que segundo as autoridades, atrasavam o crescimento do país, como vemos no trecho: A Prefeitura faz um apelo aos senhores chefes de família, para que mandem os seus filhos ao grupo escolar, aproveitando-se os mesmos dos benefícios da instrução que é ministrada naquele estabelecimento ¹³⁵.

No início do século XX a cidade de São José dos Campos já possuía a sua rede de ensino em funcionamento e era constante a pregação para que a sociedade assumisse um compromisso com o desenvolvimento intelectual.

As escolas, até aquele momento, eram em sua totalidade, escolas públicas. O exercício do magistério particular ou para pequenos grupos continuou existindo, mas abrangendo um número restrito de alunos. Esta modalidade ficou praticamente definida como opção para aqueles que desejassem se preparar para exames em escolas da capital, formando assim os farmacêuticos, as normalistas e os bacharéis da cidade.

Não resta dúvida de que a educação ganhou espaço e firmou-se como pauta obrigatória para o desenvolvimento do país. As discussões em torno da educação geraram leis, idéias, projetos, reformas, enfim, todo um corpo de medidas que como vimos apresentou-se como solução para a construção da sociedade que se esperava, passando a fazer parte cada vez mais do cotidiano das pessoas.

Elisario Guimarães Claro, encontrou 230 crianças em idade escolar, sendo apenas 48 as que estavam fora da escola, sendo apenas 48 as que estavam fora da escola.

¹³⁵ Jornal Correio Joseense 08/03/1920.

Capítulo II

Quando o professor não tinha escola E quando a escola não tinha professor

levamos ao vosso conhecimento que é triste e desolador o espetáculo offerecido no cerne das escolas públicas desta cidade pela carência de mobília e mais utensílios próprios a estes estabelecimentos; rasão porque este Conselho se dirige confiadamente à essa Diretoria sollicitando propostas e devidas providencias para ao menos desde já melhorar esse tão lamentável estado, que continuamente estão a provocar as justas reclamações dos professores e a exigir com urgência attender as condições hygienicas da numeroza multidão de alumnos que freqüentam nossas escolas dignas de melhor sorte”¹³⁶
(Conselho Municipal de Instrução Pública)

No Império

Na ata da Câmara Municipal, em sessão realizada de 12 de abril de 1824, na *Villa de São José do Parahyba* houve o juramento da Carta Magna do Império “foi subscripta por 277 pessoas, sendo de salientar que 214 o fizeram de cruz”¹³⁷. O analfabetismo no Brasil era grande. O século XIX é marcado por tentativas da criação de um sistema educacional, que só ocorre efetivamente no século XX.

De acordo com a Lei Geral do Ensino, determinava que em todas as cidades, vilas e lugares populosos fossem criadas as escolas de Primeiras Letras. Em janeiro de 1828, criou-se a primeira escola pública de São José, regida por Diogo de Araújo Ferraz, que já havia sido vereador e foi indicado por ser “homem

¹³⁶ Correspondência do Conselho Municipal de Instrução Pública à Diretoria Geral em 15/01/1890 – APESP.

¹³⁷ CALDEIRA, João Netto. *Álbum de São José dos Campos*. SP: Cruzeiro do Sul/ Gráfica Paulista. SP: 1934, p. 72.

sábio e dos de mais luzes destas paragens de São José”¹³⁸. Em 1829, o Mapa de Movimento elaborado pelo professor José Joaquim de Magalhães indicava a presença de 32 alunos matriculados, dos quais apenas 1 era do sexo feminino. Por este dispositivo geral, ficava estabelecido sobre o currículo que se ensinasse a ler, escrever, fazer as quatro operações aritméticas com números quebrados, decimais e proporções. Também estava previsto o ensino de noções gerais de geometria prática, gramática da língua nacional, princípios da moral cristã e doutrina da Igreja Católica Apostólica Romana. Para as crianças do sexo feminino o ensino da matemática se restringia às quatro operações básicas e havia a inclusão de prendas domésticas.

O Governo Paulista em 1832, atendendo à Lei Geral do Ensino, estabeleceu o horário de aulas, dividindo-o em dois períodos de duas horas cada e previa castigos morais. Determinava ainda o envio de relatórios (Mapas de Movimento)¹³⁹.

Mudanças de ordem política no Império refletiram na questão educacional. Após o Ato Adicional de 1834¹⁴⁰, foram criadas as Assembléias Provinciais. São Paulo organizou seu primeiro censo geral da província e houve a criação de muitas Escolas de Primeiras Letras, a *Villa de São José do Parahyba* continuou com apenas uma escola.

Em 1851, mudanças na política da Província de São Paulo, subdividiram o território paulista em 73 distritos¹⁴¹, tendo cada um deles um representante do Governo¹⁴², um da Igreja (vigário) e um do Município, que formavam juntos as Comissões Inspetoras que estavam subordinadas ao Governo da Província. Essa lei que organizou a Instrução Pública refletiu de modo a sistematizar as escolas existentes e as que fossem criadas.

¹³⁸ Idem, p. 73.

¹³⁹ MARCÍLIO, M. L. Op. Cit, p.59

¹⁴⁰ A reforma na Constituição de 1824 ficou conhecida como Ato Adicional, pode ser sintetizada em uma tentativa de harmonizar as diversas forças em conflito no país na época. Estabeleceu uma regência uma e houve um avanço liberal na política brasileira.

¹⁴¹ A Vila de São José dos Parahyba pertencia ao 11.º Distrito, de acordo com referência em manuscrito de 14/01/1852.

¹⁴² O Inspetor Geral da Instrução Pública da década de 1850 foi Diogo Mendonça, a partir de 1852 esse cargo foi ocupado por Joaquim Francisco de Moura.

Um ano após essa reformulação, a Vila de São José do Parahyba ganhava dois professores, um para administrar a escola masculina e outra para a escola feminina, provavelmente leigos¹⁴³. Era um casal, que chegou à cidade no ano de 1852. Francisco Ribeiro d’Escobar, já havia regido escolas na Vila de Mogi, na Freguesia de São José do Paraitinga e Josephina Cathaló d’Escobar, estando os dois a serviço da Instrução Pública havia pelo menos dois anos.

No terceiro quartel do século XIX, segundo relatórios emitidos pelo Vigário, a única escola pública existente na Vila de São José possuía muitos alunos matriculados. A fim de comprovar tal afirmação, o Padre enviou um mapa constando as matrículas e uma solicitação de gratificação para o professor. Esta escola recebeu do Governo a mobília e os materiais escolares para o período de um ano¹⁴⁴

4 bancos de 20 palmos
8 bancos de 10 palmos
1 mesa de 5 palmos em quadra
1 cadeira sobre um estrado (para o Mestre)
8 mesas de 5 palmos de comprimento e 3 de largura
1 táboa de 4 palmos envernizado de preto (vulgarmente chamado lousa)
4 ½ resmas de papel almaço
450 penas
52 lápis
44 pautas
18 garrafas de tinta
25 pedras
8 réguas para cada mesa
exemplares de leitura em cartões
Catecismo

A rotina desta escola era marcada por dois períodos de atividades. No primeiro período, as crianças entravam às 8 horas da manhã e iam com atividades até às 10 horas e 30 minutos e aprendiam caligrafia. No período da tarde, as atividades começavam às 2 horas e se estendiam até as 4 h e 30, onde aprendiam

¹⁴³ Conforme correspondência Francisco Escobar era Professor Provisório e passou a ser “Vitalício” com a emissão de um atestado do Inspetor de Distrito que reconhecia que o referido professor não possuía o grau de formação exigido. Relatório do Inspetor de Distrito de Agosto de 1853. APESP.

¹⁴⁴ O recibo de Outubro de 1852 confirma esse envio de material, referenciado conforme a gramática atual para facilitar o entendimento deste manuscrito pelo leitor. APESP.

algumas máximas e realizavam leituras de cartilhas e da doutrina cristã. A gramática não era ensinada pelo professor, devido à sua falta de formação, reconhecida por ele próprio conforme o relatório enviado: “não ensino por não saber-a perfeitamente, pois sou professor provizorio e não examinado para então ocupar a cadeira relacionada”¹⁴⁵. O método Lancaster, tão recomendado na época, favorecendo um ensino mútuo era idealizado, mas pela falta de material uniformizado os professores ficavam impossibilitados de adotá-lo.

Originalmente a escola e também casa do professor Escobar era bastante modesta e a precariedade era descrita em seus relatórios, assim como as suas condições financeiras: “sou pobre e subzistome do mesquinho ordenado de professor”¹⁴⁶.

Sobre os alunos que freqüentavam a escola, de acordo com o Mapa de Movimento referente ao ano de 1852, estavam matriculados 60 alunos. O documento traz dados interessantes como a idade das crianças, a naturalidade, a filiação, a condição, a cor, a posição financeira e o número de faltas obtidas no referido ano.

De acordo com essas informações, conseguimos traçar o perfil dessa escola, estando todas as crianças na condição de livres, apenas nove delas declaradas como pardas. Trinta e duas são classificadas como pobres e a maioria nascida em São José, sendo apenas uma estrangeira de Portugal e quatorze nascidas em outras cidades (todas do interior Paulista: Jacareí, São Carlos, São Paulo, Santa Branca e Paraibuna). O grupo era constituído por primos e irmãos, parentescos confirmados pelos sobrenomes existentes. Menos da metade dos alunos da escola eram reconhecidos pelo professor como pobres e a maioria das faltas existentes eram justamente desta parcela de alunos, assim como os desistentes faziam parte deste grupo. O volume de correspondências remetidas ao Governo solicitando material era grande e constante, pois a carência de materiais afetava as crianças da escola. A título de ilustração:

¹⁴⁵ Relatório de Francisco Ribeiro d’Escobar – Professor da Cadeira de Primeiras Letras do sexo masculino da Vila de São José. Manuscrito datado do ano de 1852. APESP.

¹⁴⁶ Idem.

V S.^a não ignora a pobreza dos habitantes d'esta Villa que poucos são os que podem dar a seus filhos o necessário para seus estudos de que rezulta a necessidade de fornecer a vários alumnos papel, tinta, pena e como isto a bem de não ser da obrigação do suplicante e até mesmo não possa continuar com essas despesas¹⁴⁷

De início, os professores forneciam esse material por conta própria, mas a ameaça de “cortar” essa despesa foi uma constante em seus relatórios. Num dado momento tal promessa é de fato posta em prática pelo casal de professores da Vila e o número de crianças que deixam de freqüentar a escola é muito significativo. Os mapas de movimento seguem com ressalvas a essa falta de atenção das autoridades competentes.

Conforme o número de crianças aumentava, os materiais enviados, inclusive as mobílias tornaram-se insuficientes. Soluções como empréstimos eram comuns, porém nem sempre se tratavam de doações, e como afirmava o professor Escobar, “se a escola for interrompida não será minha culpa”¹⁴⁸. Em meio a essas correspondências que revelavam a pobreza dos alunos e professores do período, tomamos conhecimento inclusive de temporalidades diferentes no que concerne à escola daquele momento, ou seja, encontramos referências às férias escolares da Quaresma, na qual as crianças tinham aulas suspensas por cerca de quinze dias no período da Semana Santa e esse período era marcado pelas procissões, missas e demais atividades promovidas pelo pároco.

Essa religiosidade presente dentro e fora da escola pode ser encontrada até mesmo nos Regulamentos das Aulas, os quais eram documentos emitidos pelos professores ao Inspetor Geral, em que deveriam constar o programa ensinado e a “liturgia” da escola. Até mesmo o pedido de licença para pagar promessas em Aparecida, Guaratinguetá, aparece em meio às correspondências emitidas pelos professores. Portanto a escola, se não vivia em função da Igreja, estava pelo menos lado a lado com ela.

¹⁴⁷ Relatório do Professor Francisco Ribeiro d'Escobar ao Inspetor Geral da Instrução Pública de 01/08/1853. APESP.

¹⁴⁸ Relatório de Março de 1853. APESP.

A maneira como os alunos deveriam se dirigir ao professor dentro e fora da escola, a obrigação de comparecer aos domingos na escola com a melhor roupa para irem juntos à missa, são algumas das revelações encontradas em meio a esses documentos.

Outra temporalidade mencionada na documentação diz respeito às estações do ano, o inverno e o verão alteravam a rotina escolar, o primeiro atrasava em meia hora as atividades da escola.

A disciplina era bastante rígida conforme os Regulamentos¹⁴⁹ e para mantê-la os professores estavam autorizados a aplicar castigos. Na Escola Masculina fazia-se uso da palmatória e na Escola Feminina, os castigos eram aplicados dobrando os afazeres. Em um de seus relatórios o Inspetor de Paróquia, referindo-se à Escola regida pela Professora Josephina Escobar, relatou o seguinte: “até hoje não tem empregado a palmatória mesmo ao gênio pachorrento que tem”¹⁵⁰.

O ensino era pensado de acordo com o sexo das crianças e os regulamentos tratavam de esclarecer sobre a formação do bom cristão, que também seria excelente negociante para continuar o trabalho do pai. Para as meninas, a preocupação era a de formar excelentes mães e esposas que soubessem se comportar dentro e fora de casa. Os próprios pais enviavam as filhas para a escola e diziam o que queriam que lhes fosse ensinado. A disciplina “prendas domésticas” fazia parte da “grade curricular” da escola feminina.

O número de meninas que freqüentavam a escola era sensivelmente menor em relação à escola masculina. No ano de 1854, constava a matrícula de apenas 18, sendo que quatro delas não freqüentavam e uma havia sido expulsa pela professora “por ser-vos publico que tinha comportamento immoral”¹⁵¹.

A professora Josefina mostrava-se bastante indignada com a atitude dos pais que não enviavam suas meninas à escola: “querem ver suas filhas em brinquedos pelas ruas como moleques, do que mandarem receber o melhor dote

¹⁴⁹ Vide Anexos os Regulamentos das Escolas regidas pelo Professor José Gonçalves de Moura Guimarães e Francisco Ribeiro d’Escobar.

¹⁵⁰ Relatório do Vigário Jacintho Manoel de Andrade 02/10/1855.

que pode-se dar a uma filha: a educação”¹⁵². O vigário ao fazer referências à escola feminina, mencionava o aprendizado de costura, prendas próprias, reuniões, danças e maneiras de fazer visitas. Afirmava também que lá ganhavam merenda da professora e que muitas das alunas não desejavam voltar à casa paterna.¹⁵³ Com tais exigências, cabia ao Vigário solicitar materiais próprios e decentes, pois as meninas com seus vestidos não podiam continuar sentadas em esteiras improvisadas, pelo desconforto e indecência da cena.¹⁵⁴

A adoção dos materiais pelos professores era reflexo do tipo de educação que ofereciam. A repulsa pelos periódicos era grande entre os primeiros professores joseenses. Os jornais eram vistos como perigos diante das mentes dos jovens “por levarem ao conhecimento dos alumnos as paixões púliticas”¹⁵⁵.

A fala dos professores culpava o Governo por não fornecer os subsídios necessários para que as escolas fossem mantidas e também sugeriam o estabelecimento do ensino obrigatório e a conscientização dos pais.

A escola era um local permeado também por tensões que muitas vezes, eram resolvidas na paróquia ou nas praças públicas. As brigas entre os alunos colocavam os professores em situações complicadas. Quando não era pela falta de material, ou pela distância da escola, pelos conflitos que ali aconteciam que, muitas vezes, os pais tiravam os filhos da escola:

tendo resultado por isso alguns pais sem conhecimento ficarem contra o professor por não tolerar richas e turbulências entre os allunos tanto na aula como fora d’ella, alguns doas quaes tem tirado os filhos da aula¹⁵⁶

Um caso interessante de “resistência” à escolarização, relatado pelo Professor Escobar, nos chamou atenção. O pai da criança quando indagado sobre

¹⁵¹ Relatório da Professora Josefina Cathaló d’Escobar 22/10/1854.

¹⁵² Idem.

¹⁵³ Relatório do Vigário Jacintho Manoel de Andrade 02/10/1855.

¹⁵⁴ Relatório da Professora Josefina Cathaló d’Escobar 02/08/1855.

¹⁵⁵ Relatório do Vigário e Inspetor Municipal Jacintho Manuel de Andrade – 22/1/10/1854.

APESP

¹⁵⁶ Idem.

o motivo pelo qual não estaria mandando seu filho à escola, surpreendeu e revoltou o professor, ao proferir as seguintes palavras: “não quero que meu filho saiba ler para que ele não sirva ao rei”¹⁵⁷.

As escolas particulares foram motivos de intensa disputa na pequena Vila de São José no final da década de 50 do século XIX, quando se deu início a uma série de pedidos de licença para abertura de escolas particulares. O primeiro deles era para uma escola masculina e o Vigário, responsável pela emissão dos atestados de capacidade, autorizou o pedido de João Evangelista do Carmo e Souza.

Acompanhando a trajetória desta escola, percebemos que um ano após sua abertura, a mesma funcionava com 16 alunos e já não era exclusivamente destinada aos meninos, como consta no relatório da Professora Josefina: “duas alumnas que sairão da minha escola”¹⁵⁸. Essa que parece ser uma simples informação rotineira em um relatório, já apresentava indícios das denúncias, envolvendo a única Escola Pública existente. Afirmações como as de que os alunos encontravam-se apertados, privados de aprender por pobreza ou por falta de acomodação, começaram a aparecer nos relatórios do Inspetor.¹⁵⁹ Concomitantemente pedidos de abertura de escolas particulares começaram a ser apresentados. Algumas com proposta de funcionamento dentro de capelas, outras na residência de alguns moradores, como foram o caso respectivamente de João Pereira Bicudo e Antônio Joaquim de Sant’Ana. Algumas vezes, nesses trâmites, intermediários atuando como procuradores¹⁶⁰ ou com suas cartas de recomendação, indicavam pessoas para exercer o magistério. Esse foi o caso de Dona Deolinda Maria de Andrade, que teve, além de sua conduta exemplar apontada como virtude, o fato de ser “viúva, maior de trinta, com filhos, pobre

¹⁵⁷ Relatório do Professor Escobar de 15/10/1855.

¹⁵⁸ Relatório da Professora Josefina Cathaló d’Escobar. 05/10/1859.

¹⁵⁹ Relatório do Vigário Jacintho. 28/06/1859

¹⁶⁰ Francisco dos Anjos Gaia atuou como procurador de Joaquim Sant’Anna. 04/02/1863. A Família “Anjos Gaia” continuará como protagonista nas questões relacionadas à Educação até meados do século de XX gozando de concessões de cargos públicos durante um bom tempo, até pelo menos a década de 20, quando por quirelas com o Coronel e Prefeito da época sofre punições por questões políticas.

(...)”¹⁶¹.

Um atestado emitido pelo Vigário bastava para que a aula particular fosse aberta, vez ou outra uma Banca Examinadora era convocada para atestar a capacidade dos candidatos à regência de Escolas Públicas. Constituía parte da prova conhecimentos da Doutrina Cristã, Leitura de manuscritos e de livros, Gramática, Definições de Aritmética e ditado com letras bastarda e cursiva. A formação dos professores leigos, quando avaliada, como no caso de Dona Deolinda, relatou que seus conhecimentos sobre as quatro operações eram sofríveis; em compensação, no quesito prendas domésticas a candidata mostrou-se habilidosa na costura e em vários pontos de bordado. Esse primeiro “concurso” aprovou Caetano José de Souza e Deolinda Maria de Andrade para ocuparem as cadeiras de primeiras letras junto à Freguesia do Patrocínio.¹⁶²

A autorização de licença para ministrar aulas de latim foi apresentada por algumas pessoas como o Sr Francisco de Paula Ribeiro.¹⁶³ Alguns eram modestos em seus projetos, enquanto outros, como o Sr Ovídio Borches sinalizavam a pretensão de abrir uma escola secundária e sua proposta era a de ensinar língua latina e francesa, além de aritmética e geografia para os alunos.

mas como o número de alumnos que este município pode fornecer é muito limitado e por conseguinte pouco vantajoso, deseja mais acrescentar uma aula de ensino primário onde se aperfeiçoem os alumnos antes de passarem para o secundário¹⁶⁴.

Com quatro meses de existência a escola de Borches contava com 12 alunos e 2 alunas e seus planos não paravam por aí, tratava-se da criação de um colégio, reunindo outras escolas particulares, mostrando-se assim um empreendedor da área do ensino: “requerendo como faço a V E.º a criação de um Collegio em lugar da aula, tenho junto com o Professor João Evangelista de Carmo e Souza, reunir os alumnos da sua aula primária a aceital-o como professor a desistir elle

¹⁶¹ Correspondência de 01/12/1863.

¹⁶² Correspondência de 18/07/1861. Vigário e Inspetor Jacintho Manoel de Andrade.

¹⁶³ Correspondência de 07/04/1864.

¹⁶⁴ Correspondência de José Ovídio Borches. Agosto de 1864.

em favor de um moço habilitado que actualmente rege a mesma aula (...)”¹⁶⁵

O movimento de migração dos alunos das escolas públicas, masculina e feminina regidas pelo casal Escobar, foi se intensificando por vários fatores. Entre eles a abertura de aulas particulares. Como vimos, a carência de materiais e a necessidade de trabalhar afastavam algumas crianças da escola, colocando-as em afazeres domésticos e colheitas. Outras razões, como boatos a respeito da conduta do professor, foram responsáveis por algazarras e algumas inclusive culminaram em processos judiciais.

No Distrito do Buquira, a escola regida pelo Professor Manoel Antônio dos Santos Silva, ficou difamada, quando o professor durante uma aula foi “recrutado” por policiais e conduzido à Capital. Muitos pais começaram a ficar com medo de mandar seus filhos à escola. Reflexos puderam ser sentidos na Vila de São José, a ponto do Professor Francisco Escobar remeter cinco cartas ao Distrito de Buquira a fim de verificar a procedência dessas informações.

Em outro momento, um processo recaiu sobre o professor Escobar, depois que uma denúncia sobre a sua conduta abriu precedentes. Uma verdadeira avalanche que se arrastou por mais de um ano culminou na remoção forçada do casal de professores e na redução drástica do número de alunos matriculados. A confusão foi tão grande que o professor chegou a enviar o croqui de sua residência, onde também funcionava a sua Escola e a de sua esposa. No relatório de sua defesa, afirmava, que ao chegar na Vila de São José, na década de 1850, logo se espalhou sua fama de “adiantar bem os alunos” e começou a atrair em sua modesta e pobre escola-casa, crianças das famílias mais abastadas: “vários meninos vêm para a minha casa, entre eles um netto do Barão de Santa Branca, enteado do Dr Pereira Jorge, um filho do Dr Daniel Augusto Machado”¹⁶⁶. Graças a esses e outros ilustres alunos, a escola do professor Escobar, ganhou estrutura física. A escola “pública” nasceu dentro de um espaço “privado”:

não posso deixar de mencionar a ajuda do Dr Pereira

¹⁶⁵ Requerimento de José Ovídio Borches de 08/11/1864.

¹⁶⁶ Relatório de Francisco Ribeiro d ‘Escobar. 01/10/1858.

Jorge, do Vigário e Inspetor, do Delegados João Honório Correa d'Abreu, do Subdelegado Francisco de Paula Diniz Galvão, dos Juizes de Paz, Tenente José Caetano de Mascarenhas Ferras, Fazendeiros Luciano José das Neves, Capitão Francisco Alves Fagundes, Capitão Manoel Joaquim d'Andrade, Major Luis Antônio da Silva Fidalgo, Victoriano José Leme e outros cidadãos para poder acabar minha caza com os commodos necessários para receber meninos morando comigo¹⁶⁷

Toda essa influência foi posta em cheque através da denúncia que apontava para a moral, os bons costumes e até mesmo a competência do professor para exercer o cargo. Uma outra face do professor Escobar é apontada na fala de Francisco Leite Machado, que se refere ao professor da seguinte maneira:

cuja conducta nada regula d'esde o principio tiveram muito tempo supportados porque pelo menos não se descuidava muito na instrucção intellectual dos meninos (...) tendo a classe pobre (bem numeroza) n'este município, o desprazer e sentimento de dó ao ver seus filhos sem princípios de leitura (...) expondo-os aos mãos exemplos (...)¹⁶⁸

O estopim da confusão em torno da escola/casa dos Escobar, deu-se pelo fato de ter o professor mantido relações extra-conjugais com uma mulata escrava. O fato da criança gerada nessa relação freqüentar as aulas deixou perplexo o denunciante, que solicitou com urgência que o Inspetor Geral mandasse o Inspetor Paroquial averiguar o caso. O documento apresenta-se rico em detalhes que revelam o preconceito e a intolerância:

uma filha adultera na casa de sua mulher a qual não podendo tolerar tal infâmia obrigou a retirar esta prostituta de sua companhia (...) e seu honesto homem, digo, marido, continua finalmente a trazer o fruto d'esta segunda união de nossa espécie à sua casa (...) fazendo alarde da immoralidade (...) Será pois esta casa onde os homens honestos mandarão educar suas filhas em companhia d'esta criança, que para fazer numero de

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ Correspondência (Denúncia) de Francisco Leite Machado 01/02/1866). APESP.

matricula, de nome e mais outro que faz muitos annos que já não estão na escola, e até algumas já casadas?¹⁶⁹

A denúncia segue, respingando inclusive sobre a esposa do professor, já que a escola feminina era apontada como uma “escola-fantasma”, atendendo somente às necessidades financeiras do casal, sendo um prejuízo aos cofres públicos: onde se encontra a sua filha adúltera, duas tuteladas de quem chupa os poucos bens e mais duas creanças de quatro annos, não tem de assistência quatro meninas, e nem terá no successivo anno¹⁷⁰.

Embora o carácter do documento tenha tônica moral, outras denúncias com respeito às atividades extra-escolares do professor¹⁷¹, também estavam contidas no documento: “serve-se de todos os meios illicitos para conseguir seus fins e se alguns tem de fortuna tem adquirido estes mesmos provam de enganos e abusos da boa fé de pessoas idiotas que n’elle confião”¹⁷².

Em resposta à denúncia quanto à sua conduta moral, nada mencionou de maneira direta, descrevendo que moravam em sua casa, que também era escola: “minha família: composta de 14 pessoas, minha mãe viúva e bastante idosa, uma irmã solteira, minha mulher, filha, sobrinhas e afillhadas xx”¹⁷³. Interpretou as críticas como mera perseguição por sua posição financeira e revelou mais um de seus negócios, hotelaria:

esta minha propriedade está dividida em 3 casas independentes e só comunicáveis pela rua ou pelos fundos (...) o que causa inveja de meus inimigos um pequeno jardim que não receio dizer ser o primeiro bem plantado que existe dentro da cidade (...) em março de 1866 foi que cedi a casa para estabelecerem-se o Hotel e desde esse tempo nunca me passou pela lembrança que isso incommodaria a meus desaffectedos¹⁷⁴.

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ Idem.

¹⁷¹ Observamos que além de comerciante, Escobar era também escrivão do Juizado de Paz do Município. No início de sua múltipla carreira exonerou-se do cargo de Fiscal da Câmara por ter sido multado pelo acúmulo ilegal de cargo. Na ocasião alegou ignorância diante dos fatos justificando-se: “que não havia crime sem intenção de o praticar” (Correspondência à Inspetoria Geral em 22/05/1855). Num intervalo de pouco mais de dez anos, identificamos o Professor da Cadeira de Primeiras Letras em quatro atividades diferentes além do magistério, uma dessas atividades era um hotel que funcionava em sua residência/escola.

¹⁷² Idem.

¹⁷³ Idem.

Portanto, da maneira como as informações se encontram nos documentos, a abertura do hotel era um fato, como dito na denúncia enviada à Inspeção Geral. O resultado não poderia ser outro, a remoção forçada do professor, principalmente, naquele momento em que uma “febre” de escolas particulares emergiam na cidade. A escola pública não se mostrava nada pública e a imagem do professor como empreendedor desagradava alguns grupos que faziam eco a essas críticas, travestidos e apoiados no discurso moralista e religioso.

Prova de que foram fortes os impactos dessas acusações, é que a escola pública da cidade, tanto a masculina, quanto a feminina sob regência dos Escobar, somavam juntas no ano das denúncias, o total de 22 crianças. Enquanto que a escola particular do professor Evangelista funcionava com 21 alunos matriculados e o já mencionado Professor Borches, ensinava em sua escola, ao lado de sua esposa professora Etelvina Leite Borches, acolhendo os alunos que se afastaram da escola pública.¹⁷⁵

Aliviada, quase dois anos após o início da turbulência a esposa do Professor Escobar desabafa:

no ano próximo passado não houve exame em minha escola talvez as intrigas que houveram foram para retirarem as meninas da escola; este ano pois estando tudo em paz, minhas alumnas se apresentaram (...) **consta-me que fecharam as escolas particulares**, e que os professores, marido e mulher servem particularmente em algumas casas¹⁷⁶.

Apesar das denúncias que recaíram sobre os regentes da escola pública, esta não foi fechada. Entre a Inspeção Geral e a comunidade, havia a Inspeção Paroquial, que avalizou o retorno dos Escobar e a manutenção da escola pública. O Vigário, em sua prestação de contas do ano de 1868, comunicou a inexistência de escolas particulares, e apresentou o total de 79 alunos matriculados, sendo 52

¹⁷⁵ Relatório do Inspetor Jacintho Manoel de Andrade. 08/10/1867.

do sexo masculino e 27 do sexo feminino, afirmando que: “as escolas foram colocadas próximas da Igreja, todos os dias posso frequentar-as, para melhorar é preciso o fornecimento de material aos pobres e mais mobília”¹⁷⁷.

Gradualmente a questão da alimentação dos alunos começou a ser discutida. O turno até então era dobrado constando de duas horas e meia pela manhã e o mesmo no período da tarde. Aliando o problema da distância da casa das crianças à escola, somada à falta de recursos, observou o professor: “muitos tomam só o café da manhã vem a aula e só almoçam das duas da tarde em diante! Alguns deles tem adoecido (...) cahio por falta de alimento no caminho”¹⁷⁸.

No Mapa de Movimento do ano de 1878, percebemos o crescimento das atividades escolares no município; sendo 216 o total de matriculados, dos quais 148 eram do sexo masculino e 68 do sexo feminino, distribuídos na área central e na vila de Santa Cruz. Inclusive verificamos a existência da proposta de criação de aulas noturnas para crianças e adultos.¹⁷⁹

Durante o Império não havia uma política sistematizada e planejada para a educação. A Constituição de 1824 instituiu a criação de *Cadeiras de Primeiras Letras*. Com o Ato adicional de 1834, houve a descentralização do ensino, as Províncias ficaram responsáveis pelo ensino elementar e secundário e o Poder Central responsável pelo ensino superior. Enquanto as Províncias tentavam às suas próprias custas manter as cadeiras de primeiras letras, o ensino secundário era restrito e a principal referência da época era o Colégio Pedro II. Outras iniciativas ficaram praticamente a cargo de ordens religiosas nas demais províncias, como observou Alessandra Schueller: as determinações legais acerca da educação pública, tomadas no coração do Império, eram progressivamente seguidas por outras regiões, com algumas variações e especificidades locais¹⁸⁰.

Em São José dos Campos, constatamos a existência de um ensino

¹⁷⁶ Relatório da Professora Josefina Cathaló d’Escobar. 12/10/1868.

¹⁷⁷ Relatório do Inspetor Padre Jacintho Manoel de Andrade. 01/10/1868

¹⁷⁸ Relatório do Professor Francisco Escobar. 01/10/1869.

¹⁷⁹ Vide Anexo – Programa da Escola Noturna

¹⁸⁰ SCHUELLER, Alessandra F. Martinez. *Crianças e escolas na passagem do Império para a República*. In: Revista Brasileira de História. ANPUH SP: Humanistas Publicações, vol 19 n.º 37, 1999.

elementar, basicamente ler, escrever e contar. Uma prática do período era a admissão de preceptores para o ensino dos filhos das famílias mais abastadas: enquanto as classes privilegiadas mandavam seus filhos para Colégios e Liceus a escola pública e obrigatória era o espaço governamental destinado aos filhos das classes desfavorecidas. Foi instituída quando os professores foram convertidos em funcionários do Estado¹⁸¹.

Em São José dos Campos, a indigência econômica daqueles que formavam a elite da cidade os impedia de arcar com as despesas de preceptores. Por isso, reivindicavam a escola para si, pois o professor era pago pelo Estado, podia instalar-se em qualquer lugar.

A escola pública joseense deste período era marcada pela precariedade; mesmo assim, o número de crianças que passavam por ela foi aumentando. Aqueles com melhores condições econômicas permaneciam mais tempo na escola. Mas graças a essas “primeiras letras” novos professores, leigos ou não, foram surgindo, assim como administradores de negócios, dinamizando a pacata São José, iniciando as atividades da imprensa, ocupando cargos públicos, enfim, marcando a transição de uma sociedade - onde pelo menos para os mais ricos ou aqueles cuja sorte permitia - engrossar o tímido exército dos letrados, da sociedade recém saída da escravidão. No ano da abolição da escravatura, São José dos Campos possuía mais de uma dezena de professores espalhados pelos seus bairros, vilas e distritos.

Na República

Com a Proclamação da República, alguns professores pareciam otimistas em relação ao futuro do país. O tratamento de “cidadão” começou a ganhar espaço nos cabeçalhos das correspondências oficiais. O espírito republicano que veio com o 15 de Novembro se encarregou de fazer das escolas o berço do novo tipo de povo que se queria para o país.

A abertura de escolas, fechamento e transferência de professores era

¹⁸¹ MENEZES, Maria Cristina. *A origem peculiar da Escola Brasileira*. DM PUC-SP 1994

bastante comum. A falta de professores, de materiais e de infra-estrutura era um problema grave que assolava praticamente todos os municípios do interior. Expectativas diante do novo regime político puderam ser observadas:

com o novo regimen republicano esperamos que melhore a Instrução Pública e sejamos melhor recompensados; muito apreciamos o decreto que cancelou o ensino religioso das escolas, foi mais um progresso¹⁸²

O Governo Federal aprovou a Reforma do Ensino para o Distrito Federal, denominada Benjamin Constant ou Regulamento da Instrução Primária e Secundária, deixando livre a particulares a criação desses cursos. Além disso, a educação primária foi declarada como livre, laica e gratuita. Previu a escola mista para crianças de até 8anos de idade e a construção de prédios específicos para a educação.¹⁸³

O ano de 1892 foi emblemático. A partir da aprovação de uma Reforma de Ensino no Estado de São Paulo, os professores, mesmo os do interior, inclusive os leigos, cujas escolas estavam distantes de serem “escolas”, começaram a tomar contato com o projeto da Reforma e a pressionar as instâncias municipais para obter melhorias em suas condições de trabalho.

A priori, os impactos da Reforma encheram de esperança e otimismo os professores e os republicanos convictos como Hummel¹⁸⁴ que atribuía o aparente sucesso do Projeto Educacional ao sepultamento da monarquia:

com prazer vemos que a instrução pública no novo regimen tem merecido a atenção de nossos legisladores e com o tempo atingiu o grão de progresso que merece e

¹⁸² Relatório do Professor Sebastião Hummel em 25/01/1890 – APESP.

¹⁸³ Para que a Reforma fosse colocada em prática, principalmente no que se refere às despesas, criou-se o Fundo Escolar. Ver: MARCÍLIO, Op. Cit. p.132

¹⁸⁴ Oficialmente, pelos registros da Prefeitura Municipal, o primeiro professor da cidade que ministrava aulas em uma sala adaptada, na área central da cidade, foi o Professor Sebastião Hummel, titular da primeira cadeira do sexo masculino. Pelo que pudemos encontrar em seus relatórios, era um republicano que defendia o ensino laico. Seus alunos tinham o ensino religioso com o vigário aos sábados nas dependências da igreja. Conforme livro de Registro de Concessão para exercício de funções Médico, Boticário e Professor de 1862 a 187. APMSJC Fundo Secretaria da Administração Municipal, série documentação diversa, ref 007251, tomo de origem 23.

que o nosso Estado comporta ¹⁸⁵.

Alguns meses mais tarde, o mesmo professor mostrou-se indignado com a demora dos reflexos da Reforma em sua escola, o que foi explicitado em um relatório semestral. A “promessa” por dias melhores não aconteceu, como o fornecimento de materiais que estavam previstos na lei. Além disso, o professor fazia questão de relatar em seus informes à Diretoria Geral de Instrução Pública que o prédio da sua escola era alugado às suas próprias custas:



Fig.8 Professor Sebastião Hummel



Fig9. Residência e Escola do Professor Sebastião Hummel

ainda estamos ensinando no antigo regime, isto é, com os recursos que trazem os próprios alunos visto que até hoje ainda não se estendeu por toda à parte os benefícios da actual Reforma ¹⁸⁶.

¹⁸⁵ Relatório do Professor Sebastião Hummel de 31/05/1893. APESP

Se havia algum descontentamento manifesto ou não por parte dos professores em relação às condições de trabalho, após a República e a Reforma, não podemos afirmar. Mas é certo que o relatório do inspetor municipal, de maio de 1893, relatava seu espanto com uma situação inusitada e registrava:

encontrei dificuldades em fazer funcionar as aulas do professor Fidêncio Lopes Trigo e sua mulher, não por falta de pessoa competente, mas por ter aquele professor bem como sua mulher fechado casa em que se achavam os móveis escolares, sem que o conselho soubesse onde passava a tal chave do prédio¹⁸⁷

As mudanças propostas pela Reforma foram sendo, à medida do possível incorporadas pelos professores. Hummel passou a assinar “Professor Público Intermediário” e o teor de seus relatórios ressaltava a lentidão com que foram sendo aplicadas as mudanças no âmbito da Educação: “continuamos a esperar o fornecimento de livros escolares e outras vantagens prometidas pelas leis actuais que regem a instrução pública”¹⁸⁸.

Graças aos Relatórios de professores conseguimos ter uma percepção de como foram plurais as experiências escolares no município. Sobre a demanda, sabemos que, se por um lado tínhamos escolas funcionando com cerca de trinta alunos, por outro, a escola regida pelo Professor do Bairro da Pernambucana, tinha matriculado no ano de 1889, apenas sete alunos.¹⁸⁹

As rotinas das escolas isoladas puderam ser investigadas por conta dos registros administrativos. A educação estava sob responsabilidade do Conselho Municipal de Instrução Pública, que encaminhava os mapas de movimento¹⁹⁰ à Diretoria Geral de Instrução Pública. A este Conselho prestavam conta

¹⁸⁶ Relatório do Professor Sebastião Hummel. 21/1/0/1893 APESP.

¹⁸⁷ Relatório de Francisco Raphael de Araújo e Silva. Inspetor Municipal 05/05/1893.

¹⁸⁸ Relatório do Professor Sebastião Hummel de 31/05/1894. APESP.

¹⁸⁹ Relatório do Professor Lindorf de Araújo Ferraz em Maio de 1889 – APESP.

¹⁹⁰ Tais documentos forneciam dados como, por exemplo, número de alunos matriculados, número de alunos freqüentes, médias de freqüência, grau de adiantamento da sala em geral.

mensalmente os inspetores municipais, enquanto que os inspetores gerais esporadicamente compareciam às escolas, praticamente a eles cabia a aplicação dos exames finais.

Os professores por sua vez, ficavam encarregados de emitir um relatório semestral que era remetido por intermédio do Conselho Municipal. Os professores aproveitavam essa oportunidade, na verdade, uma obrigação, prevista pelo Regulamento de Instrução Pública¹⁹¹, para formalizar suas queixas ao governo do Estado, já que os inspetores municipais mensalmente passavam pelas escolas e sabiam da carência delas, mas alegavam a falta de verbas do Fundo Escolar para suprir as escolas.

A intensificação de queixas sobre as condições de trabalho aconteceu após o ano de 1892, quando aconteceu a Reforma do Ensino no Estado de São Paulo e, aos poucos, os professores foram tomando contato com os planos do governo para a Educação e angustiados percebiam que no interior o ritmo dessa Reforma era demasiadamente lento. Mesmo antes disso, encontramos algumas reivindicações de professores, como Glicério e Luiza Marcelina “continuamos a almejar a superar uma nova reforma que melhore nossos vencimentos, nos dê moveis e caza para aula, visto que o Fundo Escolar não satisfazem essas necessidades”¹⁹², as dificuldades e embaraços que se apresentam ao professor, mormente no interior onde os meios de que dispõe são escassos e às vezes mesmo defficientes¹⁹³

Uma crítica do Professor Sebastião Hummel, solicita que a causa do magistério seja melhor avaliada, já que a preocupação agrícola e industrial constituem prioridades dos legisladores “com pesar vemos que se está dando no magistério uma desertação, vindo os professores aplicarem sua actividade em outras funções mais remunerativas, devido a isso a sermos mal recompensados”¹⁹⁴

Alterações na rotina escolar eram registradas sempre que alguma acusação

¹⁹¹ Regulamento de Instrução Pública de 22/08/1887

¹⁹² Relatório do Professor Glicério Rodrigues de 01/11/1890 – Escola do Pararangaba – APESP. O interesse dos professores do interior em alcançar os benefícios da Reforma também foram observados no pedido de cópias do Regulamento da Escola Normal da Capital. Encontramos o pedidos de dois professores ao Conselho Municipal, na época presidido por Francisco dos Anjos Gaia e secretariado por Synnésio Marcondes Resende.

¹⁹³ Relatório da Professora Luiza Marcelina – 01/06/1893 APESP

recaía sobre os professores e comissões eram encarregadas de apurar os casos e solucioná-los. A exemplo disso, verificamos que, em 1890, um processo de infração foi movido contra a Professora Maria Custódia, por não estar em dia com seus relatórios e livros de matrícula. O Conselho Municipal convocou uma comissão para verificar a escola da segunda cadeira do sexo feminino e a encontraram em estado de abandono. Todavia se havia necessidade de uma visita mensal dos inspetores municipais, isso demonstra que ou o número de inspetores era insuficiente ou que as visitas aconteciam num intervalo maior de tempo, ficando os relatórios semestrais como únicos testemunhos das condições em que se encontravam as escolas. A comissão encarregada surpreendeu-se ao encontrar a professora quase cega (por isso não preenchia mais a escrituração de sua escola desde meados do ano anterior) e em estado de não poder continuar no exercício de suas funções. A providência tomada pela comissão foi a de indicar uma professora como substituta.¹⁹⁵

No período entre a Proclamação da República e a elaboração da Reforma Educacional, os Conselhos Municipais foram palcos de disputas políticas. Denúncias solicitando o desligamento de membros ou pedidos de exoneração foram encontrados:

deve ser exercido por pessoa preparada suficientemente e que tenha além de interesse em bem desenvolver a instrução pública pensando igualmente que esse serviço público não é conveniente fazer-se política, conservando-se como presidente um homem completamente destituído de dotes intelectuais, proponho, abem da instrução pública deste município; que seja dispensado o atual presidente Felisbino Pinto da Cunha, que pode ser substituído pelo Doutor Flávio Augusto de Oliveira Queiroz. Espero de vossa senhoria solicitude e muito interesse pela instrução popular que esta proposta será tomada na devida consideração de modo que a substituição seja feita com a máxima brevidade¹⁹⁶

¹⁹⁴ Relatório do Professor Sebastião Hummel 05/11/1890 – APESP.

¹⁹⁵ Essa visita ocorreu em março de 1890, e a indicada como substituta era a normalista Adelaide de Azevedo. Relatório do Conselho Municipal de Instrução Pública. Arquivo Público do Estado de São Paulo. 15/04/1890 – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

¹⁹⁶ Ofício encaminhado pelo Presidente da Câmara Municipal de São José dos Campos, Sr Francisco Alves Fagundes em 01/07/1889. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

não mais convindo-me exercer o cargo de Presidente do Conselho Municipal de Instrução Pública desta Cidade, Estado de São Paulo, peço-vos exonerar-me do referido cargo para o qual fui nomeado por acta do Governo Provincial¹⁹⁷

A Professora Maria Custodia, por exemplo, regia a segunda cadeira do sexo feminino e no final de 1889, afirmava que suas alunas encontravam-se em ótimo grau de adiantamento, não necessitando de utensílios para a sua escola. É notável que a homogeneização desses dados não levava em conta as dificuldades dos alunos individualmente, criavam sempre uma impressão de que a escola ia bem. O relatório que era escrito pelos professores e inspetores levava mais em conta a questão do número de alunos que freqüentava a escola do que a qualidade do ensino em si.

Os relatórios desses professores continham o número de alunos matriculados, os eliminados ao longo do mês, além das faltas e a média de freqüência, sendo raros os dados sobre o aproveitamento dos alunos.

A professora responsável pela primeira cadeira do sexo feminino, Januária Basilides de Andrade concluiu um de seus relatórios da seguinte maneira: “tanto quanto em minhas débeis forças me esforço o possível para cumprir o meu dever”¹⁹⁸.

Na documentação as faltas dos alunos raramente são justificadas, quando isso acontecia, geralmente elas eram motivadas por epidemias que inviabilizavam as aulas. Como se verificou em 1889, durante uma epidemia de sarampo em São José dos Campos. Segundo Souza “a escola espaço de encontro coletivo, vivia ameaçada, sendo comum o fechamento por algumas semanas, e às vezes, meses, em virtude do aparecimento de algum tipo de doença entre os alunos ou nas proximidades da mesma”¹⁹⁹.

A carência material, também foi apontada como motivo da baixa freqüência às aulas, considerada entre os docentes como reflexo cultural dos pais

¹⁹⁷ Correspondência de Felisbino Pinto da Cunha – Manuscritos TR Instrução Pública Ofícios do Governo Inspetor Geral Anos 1890-93 – Caixa 8 Ordem 4991 – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

¹⁹⁸ Relatório de Maio de 1889 enviado por Januária Brasilides – 1.

¹⁹⁹ SOUZA, Rosa Fátima. P. 97

dos alunos:

durante esse semestre tem sido a freqüência mui pequena devido à falta de amor a instrução por parte dos Paes que sem a obrigatoriedade jamais mandarão suas filhas a escola” (...)“lutando sempre com muita dificuldade nos bairros onde ainda não compreendem as vantagens da instrução”²⁰⁰.

A distância que as crianças percorriam até as escolas contribuía também para a baixa freqüência. A freqüência na escola feminina era mais baixa²⁰¹ ainda, pois não contava com o apoio de fazendeiros que cediam instalações e mobília “na falta da caça, móveis e assiduidade das alumnas, na freqüência, porque infelizmente nem todos conhecemos as vantagens da instrução, razão porque os progressos que alcançamos no ensino são tão poucos”²⁰². Não bastassem todas essas dificuldades, a carência de materiais básicos ao ensino eram relatadas:

tenho falta absoluta de utensílios para a escola como sejam lençol e o mais que é necessário, pois que sendo em um bairro não se encontra o que muitos o que necessita uma escola espera que os objetos de que necessito sejam providos”²⁰³.

Na virada do século XIX para o XX, um discurso sobre a higiene já preconizava a necessidade da separação entre o espaço público da escola e o espaço privado da residência do professor. As instalações das escolas até então eram variáveis, elas ainda não tinham uma idade arquitetônica. O professor Glicério Rodrigues, da escola masculina do Bairro de Pararangaba registrou em seu relatório:

exerço as funções do cargo público em sala

²⁰⁰ Relatório da Professora Hermínia Silva Mesquita, da Escola de Santa Cruz em 01/06/1894. APESP.

²⁰¹ O Bairro do Capivary possuía duas escolas, a masculina regida pelo Professor Bento e a feminina regida pela Professora Anna Joaquina, cujas realidades eram distintas segundo seus relatórios.

²⁰² Relatório da Professora Anna Joaquina Silveira 31/05/1891 - Escola Feminina do Capivary . Arquivo Público do Estado de São Paulo.

²⁰³ Relatório anexo ao mapa semestral das escolas públicas me maio de 1889 – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

relativamente insuficiente, sem condições de satisfazer qualquer exigência hygienica; isso por que ella – a sala – custa a soma de uma parte de meus recursos particulares, demasiado pequeno para poderem melhorar a sorte de discipulos”²⁰⁴.

Esse não era um problema isolado:

a escola sob minha direção ressent-se da falta intolerável duma mobília hygiênica, pois que a que possuo consiste em: 10 carteiras, em forma das norte-americanas. A sala que constitui parte integrante da casa em que residio não prima pelas condições hygiênicas como seja a falta de luz. Pela falta sensível de livros próprios e ao alcance das intelligencias infantis, além de que não existe, por enquanto um ponto de apoio para o desenvolvimento do actual programa das escolas preliminares como ainda pelos milhares de obstáculos que tenho encontrado no desenvolvimento do referido programma, impossível é actualmente uniformizar o ensino em classe²⁰⁵

As queixas acima da professora Adelaide Trigo, são parecidas com a do marido, também professor, Fidêncio Lopes Trigo quando afirma que: “dificilmente se accomodam na sala (...) alguns outros objectos forão adquiridos às minhas despesas”.²⁰⁶

Dúvidas sobre a aquisição de materiais didáticos era comum entre os professores, pois os livros para fins didáticos avaliados pelo Conselho Superior passavam pelo crivo de seus membros e mesmo esse material nem sempre chegava às escolas.

tendo em vista a necessidade de existir uniformidade na adopção desse utensil de ensino a fim de que torne-se mais fácil a sua obtenção; enfim; consideramos que, entre as variedades de methodos e compendios existentes no mercado. Nenhum há obtido ate hoje preferênciã absoluta dos meus colegas, venho respeitosaente consultar-vos sobre essa duvida que occorre me no exercíciõ de minha profissãõ para o fim de saber se existe alguma resoluçãõ desse conselho a tal respeito e quando exista, quaes os livros preferidos ou se é facultativa aos professores a

²⁰⁴ Relatório do Professor Glicério Rodrigues, da Escola masculina de Pararangaba em Junho de 1890 – APESP.

²⁰⁵ Relatório da Professora Adelaide de Azevedo Trigo. 01/11/1893 APESP.

²⁰⁶ Relatório do Professor Fidêncio Lopes Trigo 01/11/1893. APESP.

adoção dos mesmos²⁰⁷.

A falta de consenso entre os professores sobre a preferência por determinado título esbarrava também na dificuldade de lidar com diferentes níveis de ensino ao mesmo tempo, Exigia-se que o professor fosse polivalente em meio a tantas condições adversas.

A Professora Adélia de Castro, da escola do Bairro de Santa Cruz, em seu relatório semestral, deixou claro a heterogeneidade de sua turma, mencionando inclusive alguns dos materiais didáticos²⁰⁸ aos quais tinha acesso. Um grupo principiante fazia uso no ano de 1891 das “Cartilhas Maternais” e ensaiava os primeiros passos na escrita. Outro grupo começava a leitura corrente e fazia exercícios da “Cartilha Galhardo” e algumas lições de aritmética. Esta escola estava distante de cumprir as exigências legais constantes no Regimento Interno das Escolas Públicas e da grade curricular da época, o que seria justificado pela professora devido “a falta de preparo intelectual dos alumnos senão também pelo pequeno lapso de tempo em que acho-me no exercício desta cadeira”²⁰⁹.

²⁰⁷ Correspondência do Professor Fidêncio Lopes Trigo enviada ao Conselho Superior em 03/08/1893. APESP.

²⁰⁸ Esse material também foi encontrado em alguns inventários de material escolar das escolas rurais de São José dos Campos. Nos chamou atenção o fato de um dos autores do material fazer parte da Diretoria Geral de Ensino do Estado, evidenciando que a aquisição de material didático pelas escolas públicas estava permeada por negócios particulares.

²⁰⁹ Relatório da Professora Adélia de Castro de 01/06/1891. APESP.



Fig.10 e 11 Materiais didáticos localizados no Acervo da Escola Normal Caetano de Campos (mencionados nos inventários das Escolas de São José dos Campos)

A obrigatoriedade do ensino era considerada pelos professores uma necessidade, como José Alexandre de Souza Vieira, responsável pela cadeira masculina do Bairro Cabeça de Boi, afirmava em seu relatório:

se o governo desvelado como tem sido em derramar a instrução sobre o povo não desvelar o ensino forçado nunca poderemos ser uma nação adiantada. É meo ardente desejo e tenho esperança de ver decretada essa resolução ²¹⁰

O professor Sebastião Hummel, no início tão otimista com a causa republicana, com sua escola localizada na zona central, deixava evidente, as condições da educação no município, denunciando o escasso repasse de verbas, sugerindo a mobilização dos professores:

os móveis que possuo forão me dados há mais de 20 annos e estão todos emprestáveis. O Fundo Escolar tem aqui pouco produzido e por isso não tem se prestado para o fim que foi instituído os indivíduos colletados na maior parte tem deixado de pagar, visto que o governo tem

²¹⁰ Relatório do Professor José Alexandre de Souza Vieira 01/06/1891 Escola Masculina do Cabeça de Boi Arquivo Público do Estado de São Paulo.

sempre transferido o ultimo prazo do pagamento e a aplicação das multas pelo que os contribuintes tem abusado. Os Conselhos depois que suprimirão os secretários têm se tornado nulos nas suas funções. É necessário que tragão secretários com alguma retribuição e isso pode ser feito por professor alternadamente sem prejuízo do magistério²¹¹

O trânsito de professores no interior era constante. As escolas ficavam vagas por falta de professores na região e a Comissão Municipal enviava inúmeras correspondências, reforçando a emergência do provimento de cargos, cuja demora levava ao desaparecimento daquela escola.

Achando-se há tempos as escolas de instrução primária para o sexo masculino dos Bairros das Pernambucanas e Santa Bárbara do Rio do Peixe, neste município, por não terem aparecido concorrentes a ellas nos diversos concursos a que tem sido submetidos, sendo de urgente necessidade o provimento das mesmas cadeiras²¹².

O professor da segunda cadeira do sexo masculino, também teve de se afastar do cargo para tratamento médico na capital e passou a ser substituído. Essas substituições não aconteciam instantaneamente. Mesmo mediante a indicação e disposição de outro professor, havia a necessidade do consentimento da Diretoria Geral de Instrução Pública que estava subordinada ao Secretário de Negócios do Interior. Esse trâmite levava um certo tempo e as aulas nesse período ficavam suspensas, por isso era comum o número de alunos ser reduzido, quando um novo professor aparecia no bairro, pois a escola se dispersava.²¹³

O professor da terceira cadeira do sexo masculino, que assumiu a escola no mês de setembro, revelou que não conseguiu obter mais alunos e que a indisciplina deles estava associada à disposição física em que a escola se encontrava. Portanto, uma única mesa, com muitas crianças sentadas ao redor, não

²¹¹ Relatório do Professor Sebastião Hummel 31/05/1891 Arquivo Público do Estado de São Paulo.

²¹² Correspondência de Antônio Clemente de Moares – Membro do Conselho Municipal de Instrução Pública em 25/12/1893. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

²¹³ O Professor indicado para ficar no lugar de José Francisco Marcondes foi Antônio Justino França.

permitia o bom desenvolvimento de suas atividades:

esta cadeira poucos móveis consta e duas mesmo sendo feitos, ainda por um systema muito antigo e conseqüentemente sem preceitos nenhum de hygiene que se pode observar numa escola. Estes defeitos trazem além de conseqüências mais graves, a má disciplina escolar²¹⁴

As diferenças de idade entre os alunos de uma mesma sala, somadas à carência de materiais também configuraram motivos de queixas de professores:

em geral todos tem aproveitado as lições conforme se vê pela classificação que vae no mappa. Alguns que devido ao pouco tempo que tem de aula e a pouca idade, ainda não abrangeram todo o programma de maneira a não poder faze-los figurar em todos os alumnos. Quanto ao que diz respeito a mobília, esta escola ainda continua a ser provida de moveis mui antigos de modo a não preencher o preceito pedagógico²¹⁵

Segundo os preceitos pedagógicos, não só o aparato metodológico, mas também as condições de instalação da escola deveriam ser observadas pela municipalidade, no entanto, quase todas as escolas isoladas estavam literalmente isoladas. Nas palavras da Professora Hermínia, “funcionam as aulas em uma sala particular por não ter a municipalidade edifício próprio para escolas”²¹⁶. Ou como afirmou em relatório a professora Anna Joaquina: “(...) até hoje ainda não estou provida dos móveis necessários tendo apenas promessa do Conselho”²¹⁷. No bairro de Santa Bárbara, distrito de São Francisco Xavier, a Professora Francisca Eugênia também registrava a carência dos alunos de sua escola: “tenho sido obrigada a fazer o sacrifício incompatível com minhas forças de fornecer as alunas pobres e a escola objectos necessários para esse ramo de serviço público”.

²¹⁸.

²¹⁴ Relatório do Professor Fidêncio Lopes Trigo de maio de 1889 – APESP.

²¹⁵ Relatório do Professor Fidêncio Lopes Trigo de 01/11/1890 – APESP.

²¹⁶ Relatório da Professora Hermínia Silva de Mesquita 06/07/1892 . APESP.

²¹⁷ Relatório da Professora Anna Joaquina Silveira – Escola do Capivary e, 31/10/1890 – APESP.

²¹⁸ Relatório da Professora Francisca Eugênia da Escola Feminina do bairro de Santa Bárbara,

Ao assumir a cadeira, o Professor Lindorf de Araújo, de acordo com o inventário do material escolar, encontrou, em sua escola, uma mesa com duas gavetas e dois bancos, seis bancos grandes e um regulamento interno. Sobre seus alunos, foi possível perceber a heterogeneidade, constando 16 alunos da primeira série, 11 da segunda e 6 da terceira.²¹⁹ O mesmo aconteceu na terceira cadeira do sexo feminino, quando a professora Maria Thereza Marcondes obteve licença para matricular-se na Escola Normal da Capital e sua substituta, assumiu a escola contendo: uma mesa para a escrita, uma para o uso da professora, uma cadeira de braços, um banco comprido e dez bancos americanos em bom estado de uso²²⁰.

A maioria dos relatórios dos professores constava de solicitações de materiais didáticos. Em apenas um o professor relata o recebimento de material enviado pelo Conselho Municipal. Nos protocolos de envio de material didático, não localizamos remessas para o município de São José dos Campos, no período entre 1890-1910. Temos o registro de recebimento de material pela escola regida pela Professora Luiza Marcelina, que recebeu, no ano de 1892, seis Cartilhas Nacional, um exemplar do segundo livro de leitura, três exemplares do terceiro livro de leitura, seis manuscritos, seis livros da Pátria e dever, seis gramáticas da infância, seis aritméticas, além de seis lousas e duas resmas de papel.²²¹

A criação de escolas fazia parte de um critério bastante subjetivo. Acompanhamos um caso em 1890, em que um abaixo assinado foi encaminhado ao Conselho Municipal solicitando a abertura de uma “cadeira” destinada ao sexo feminino no bairro do Humaytá. Pelo abaixo assinado²²², constava um total de 23 meninas e de 26 meninos interessados em estudar. A avaliação do Conselho Municipal foi a seguinte: de acordo com o artigo 49 §2.º do actual Regulamento da Instrução Pública” entende que essa cadeira melhor serve os interesses sendo mixta e não de um só sexo, por isso, respeitosamente propõe-se a criação nesse

distrito de São Francisco Xavier. 01/11/1891. APESP.

²¹⁹ Relatório do Professor Lindorf de Araújo em 0/06/1890 – APESP.

²²⁰ A Professora Maria Thereza Marcondes é substituída por Luiza Marcellina de Faria, que faz o inventário da Escola em 01/08/1891 fornecendo essas informações quanto à mobília escolar.

²²¹ Relatório da Professora Luiza Marcelina de 01/06/1892 . Arquivo Público do Estado de São Paulo.

²²² Os responsáveis por esse abaixo assinado foram Casemiro Rodrigues Bastos e Benedicto de

sentido²²³.

No entanto a resposta da instância superior, a Diretoria Geral, foi negativa, alegando que o referido bairro estava compreendido no perímetro desta cidade, a cerca de um quilômetro de onde já funcionava uma escola pública.

Um caso diferente foi o da escola masculina do Capivary que tinha como patrono o fazendeiro Francisco Nogueira Cardoso. O professor Bento Vieira de Souza, ao assumir essa cadeira, informava em relatório que a infra-estrutura era fornecida por moradores locais. Provavelmente movidos pela comodidade de oferecer estudo aos seus filhos, providenciando o local para as aulas. Ao mesmo tempo, houve por parte do professor o cuidado de ressaltar que o Conselho Municipal também teria feito a sua parte, oferecendo a ajuda que fosse necessária. Contudo, o teor dos relatórios dos professores, insistia na falta de apoio por parte do governo, denunciando que este ficava apenas como promessa. Encontramos mais detalhes sobre a mesma escola, em que a amizade do professor e de um fazendeiro local fica evidente:

encontrão quatro bancos fixos, uma meza também fixa em que os alumnos escrevem, uma outra que me serve para os serviços escolares e uma cadeira. Todos esses objetos serão fornecidos por mim e a casa pelo meu amigo Sr Francisco Nogueira Cardoso, porém foram estes fornecimentos feitos de minha espontânea vontade, porque o digno Conselho de São José dos campos offereceu-me tudo o que fosse necessário para a escola²²⁴

estou provisoriamente dando aula em uma das salas da fazenda de meu amigo o Sr Francisco Nogueira Cardoso que offereceu-me gratuitamente pelo espaço de tempo que eu quiser me utilizar della, entretanto pretendo construir uma casinha para nella funcionar minha aula. (...) As condições higienicas não são más, porque a sala é bastante espaçada e situada em um local sem humidade alguma; existe constante renovação de ar fresco podendo

Souza Mesquita em 07/11/1890.

²²³ Conselho Municipal de Instrução Pública em correspondência de 13/11/1890 – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

²²⁴ Relatório do Professor Bento Vieira de Moura – Escola Masculina do Capivary em 10/11/1891 Arquivo Público do Estado de São Paulo.

ser respirado por bastante alumnos ²²⁵.

Em meados de 1890, São José contava com as seguintes escolas públicas em funcionamento:

Professor	Escola	Bairro
Sebastião Hummel	1. ^a cadeira do sexo masculino	Região Central
Januária Brazilides de Andrade	1. ^a cadeira do sexo feminino	Região Central
Antônio Justino de França (substituto de José Francisco Marcondes Domingues)	2. ^a cadeira do sexo masculino	Região Central
Adelaide de Azevedo (substituindo a Prof. ^a Maria Custódia da Rocha)	2. ^a cadeira do sexo feminino	Região Central
Fidêncio Lopes Trigo	3. ^a cadeira do sexo masculino	Região Central
Maria Thereza de Jesus (substituída por Luiza Marcellina de Faria)	3. ^a cadeira do sexo feminino	Região Central
Lindorf de Araújo	Escola Masculina	Santa Cruz
Antônia Ferreira de Castro	Escola Feminina	Santa Cruz
José Alexandre Vieira de Souza	Escola Masculina	Cabeça de Boi
Brasílio Ramos de Toledo e Silva	Escola Masculina	Bom Jesus do Buquira
Anna Joaquina da Silveira	Escola Feminina	Capivary
Glicério Rodrigues	Escola masculina	Pararangaba

Professores particulares também eram autorizados a criar escolas pela Comissão Municipal de Instrução Pública. Em 1889, foi autorizada a abertura de uma escola particular do sexo feminino regida pela filha de um fazendeiro local. Numa carta dirigida ao Conselho Municipal, a professora apresentava o horário de funcionamento das aulas e o regulamento interno das escolas públicas, que seria seguido dentro de suas possibilidades. O programa do curso era: “leitura, calligraphia, principios elementares de arithmetica, systema métrico de pesos e medidas, licções essenciaes de grammática portuguesa, doutrina da religião do Estado e princípios da moral christã” ²²⁶. Outras escolas particulares funcionavam, como a do Professor Antônio Câmara Godoy, que era destinada ao sexo masculino. Desta inclusive consta o endereço, Rua da Quintanda, n.º 05 ²²⁷.

A sugestão de abertura de uma escola noturna na cidade, chegou ao Diretor Geral de Instrução Pública, acompanhada da recomendação de um professor para o provimento do cargo, deixando reticente o processo de

²²⁵ Relatório do Professor Bento em 06/08/1891 Escola Masculina do Capivary em 10/11/1891 APESP.

²²⁶ Relatório da Professora Anna Eufrásia Mascarenhas remetido em 07/02/1889. APESP.

²²⁷ Autorização do Presidente do Conselho Municipal de Instrução Pública Felisbino Pinto da Cunha em 01/10/1889.

contratação desses profissionais. Bastante interessante é a justificativa utilizada pelo inspetor, que redigiu o documento, demonstrando certo desconforto em relação ao comportamento das crianças da localidade. No entanto esse pedido ao que parece não foi atendido, sendo negada a abertura desta escola.

creanças há que ocupadas durante o dia poderiam dedicar horas da noite a aprendizagem das coisas necessárias à vida de um cidadão. (...) apresento-vos essa idéia e ao mesmo tempo o nome do professor normalista José Antônio de Paula Santos.²²⁸

A ocupação de cargos entre membros de uma mesma família era bastante comum. Assim como o primeiro casal de professores, ainda no período do Império²²⁹, algumas escolas funcionavam de manhã para meninas e à tarde para meninos, sendo os professores casados; ou irmãos, como o caso dos irmãos Bento Vieira de Souza e José Alexandre de Souza. No Conselho Municipal a indicação de nomes preservava graus de parentesco, como por exemplo, com a exoneração do Sr Francisco José das Neves, do Conselho Municipal de Instrução Pública foi incluído o Sr Inácio Marcondes Resende, irmão do secretário do mesmo Conselho.²³⁰

Após a Reforma do Ensino e a criação dos Grupos Escolares e Escolas Reunidas, novas atribuições recaíram sobre os professores, pois, acima deles passou a existir um chefe imediato, o diretor; enquanto que nas escolas isoladas os professores ainda gozavam de certa autonomia, pois sozinhos respondiam por tudo o que dissesse respeito à escola e aos seus alunos.

Manter a disciplina na classe que reger, segundo o sistema indicado pelo diretor; receber a classe no pátio e conduzi-la à sala na forma que pelo diretor for determinada; impor aos alunos a pena que lhe competirem; concretizar o ensino adotando os processos

²²⁸ Correspondência de Francisco Moraes de Araújo e Silva, enviada à Diretoria Geral de Instrução Pública em 15/08/1893. APESP

²²⁹ Francisco Ribeiro d'Escobar e Josephina Cathaló d'Escobar.

²³⁰ Correspondência remetida à Diretoria Geral de Instrução Pública em 18/06/1889 pelo Major Francisco dos Anjos Gaia.

intuitivos e evitando quanto possível, o modo individual e a aprendizagem puramente de memória; comparar às festas escolares determinadas pelo diretor; utilizar os livros didáticos que forem determinados pelo diretor.²³¹

Da escola idealizada à escola legal e à escola real, existiram variações que o corpo documental nos mostrou, oferecendo um caleidoscópio cuja temática central girou em torno das maneiras de fazer e de pensar a escola.

A regulamentação exigida para as escolas estaduais, criou inúmeros impasses administrativos que foram resolvidos através de adaptações do regulamento, quanto ao tipo de prédio, ao programa a ser ensinado e ao tipo de profissional, já que professores leigos não tinham condições de ministrar todo o programa previsto no regulamento, nem tampouco possuíam materiais didáticos.

Entre os membros do Conselho Municipal de Instrução Pública, não havia consenso na solução de alguns casos, como por exemplo, na acusação de que o professor Fidêncio Lopes Trigo, teria expulsado alunos de sua escola sem justificativas. Ao secretário do Conselho coube formalizar tal acusação, que foi considerada pelos demais como infundada ou mera perseguição ao professor. Esses casos, quando não resolvidos em instância municipal, eram encaminhados à Diretoria Geral de Instrução Pública, que nem sempre via gravidade nas denúncias e sim caprichos pessoais:

a referida accuzação e completamente inexacta segundo as indagações a que procede ao secretario deste conselho com referencia a outros pontos da accuzação este conselho deixa de informar não só por sua futilidade, como também por ver nessa mesma accuzação uma perseguição ao dito professor
accuzação completamente infundada, por isso que nenhuma expulsão houve na escola do referido professor que zeloso como é perfeitamente cumprindo com seus deveres.

Mas independentemente disso, essa medida teria de passar pelo crivo do Conselho Municipal, a fala do professor mostra-se ao menos curiosa ao afirmar

²³¹ Decreto n.º 1253, de 28/11/1904.

que os alunos foram retirados de sua escola pelos próprios pais, já que “não aceitavam preceitos de civilidade”²³². O que entendiam por civilidade e se os pais foram coagidos a retirar seus filhos fica em aberto.

Observamos que o Conselho Municipal foi presidido por cinco pessoas diferentes num intervalo de quatro anos. A questão só foi resolvida quando a Reforma de 1892 extinguiu os Conselhos Municipais e passou as suas atribuições aos Inspectores Literários²³³. O próprio Inspetor não parecia estar certo sobre as suas atribuições legais e enviava correspondências contendo inúmeras dúvidas. Como por exemplo:

Professor intermédio cuja cadeira digo escola contar frequência de alumnos superior a 30 tem direito a adjunto? No caso afirmativo o adjunto tem de ensinar todas as matérias a que são obrigados o professor preliminar? Independente de pedido do professor, pode o inspetor reconhecendo a conveniência pedir a contratação do adjunto? Não tendo o Inspetor Competência para atestar o exercício do professor como corrigir abusos de atuação falsa e negação de atestado por parte de intendentos municipais quando taes casos se derem? Pode um professor sob qualquer pretexto deixar de aceitar alumnos em sua escola?²³⁴

Uma rede pública começava a se formar e a uniformização de métodos foi sendo adotada. O sucesso da Reforma pode se dizer ficou restrito à capital, a ponto de suas idéias servirem de modelo para as outras unidades da federação. Entretanto o interior paulista não apresentava os mesmos resultados. Apesar de tudo, a escola como lugar configurou-se e passou a exercer o importante papel de imprimir as marcas da República no comportamento dos alunos, de seus familiares, implementando práticas que Rosa Fátima de Souza intitulou de “liturgia republicana”.

Os professores, por sua vez, ficaram perdidos sobre como prestar contas de suas atividades administrativas. A Professora Adelaide de Azevedo Trigo, da 2.^a

²³² Professor Fidêncio Lopes Trigo, acusado pelo secretário Manoel Portes de Araújo. Novembro de 1890. Correspondência Arquivo Público do Estado de São Paulo.

²³³ O Inspetor Literário de São José dos Campos, respondia também por outros municípios e a sua seção era formada por Taubaté, Caçapava, São José e Jacareí.

²³⁴ Correspondência do Inspetor Literário Olympio Catão à Diretoria Geral de Instrução Pública e,

cadeira do sexo feminino para fazer cumprir suas obrigações de envio de relatórios semestrais, na ausência do Inspetor remeteu o relatório diretamente à Diretoria Geral de Instrução Pública: “por que não há Inspetor Literário para o districto e não sabendo neste caso a quem entregal-os resolvi endereçar-vos directamente”²³⁵.

O desencontro diante de tantas novidades parece ter provocado diferentes reações. Se, por um lado, alguns professores enviaram o relatório sem que passasse pelas mãos de um inspetor, outros professores atrasaram o envio e receberam críticas dos membros do Conselho, como no presente trecho:

em cumprimento da circular que me fora dirigida, remetto-vos nesta data os mappas dos professores correspondentes a este mês. Certo é que nem todos vão, devido ao desleixo dos professores na remessa de mapa a este Concelho²³⁶

Com certeza, todas essas questões fizeram parte do cotidiano do inspetor que não sabia ao certo até onde ia a sua autonomia e mesmo sentindo a necessidade de intervir, ao menos para contratar mais professores, diante de uma numerosa sala, ficava de mãos atadas. As respostas às suas dúvidas não foram localizadas nos maços de correspondências. Apenas uma das questões enumeradas pelo Inspetor Catão foi respondida: “somente a escola preliminar com Normalista” poderia contar com professor adjunto, ou seja, professores leigos ou com outras formações deveriam prosseguir suas atividades conforme pudessem.

Sobre suas visitas às escolas, as correspondências do Inspetor Olímpio Catão teciam uma série de elogios ficando nas formalidades. As queixas dos professores não eram levadas a seus superiores imediatos:

indicação que faço de um voto de louvor à referida professora pelas boas provas exibidas, principalmente nos exames de suas alumnas, sendo certo que a mesma professora de reconhecida dedicação e intelligencia e moralidade, cumpriu de notar que é um dos nomes que

24/10/1894. APESP/

²³⁵ Relatório da Professora Adelaide Trigo 01/11/1893. APESP

²³⁶ Relatório do Presidente do Conselho Municipal 08/02/1893. APESP.

observa todo o programma do ensino preliminar em sua escola²³⁷.

Até que o Primeiro Grupo Escolar começasse a funcionar de maneira efetiva, em 1910, e a frequência à escola passasse ser obrigatória de fato, foram pelo menos trinta anos, durante os quais uma parcela ínfima da população frequentou as escolas. As escolas anteriores ao Grupo Escolar geralmente não diplomavam, pois não era uma exigência legal. Com as Reformas Educacionais republicanas surgiram modalidades de escolas e níveis de ensino que se consolidaram ao longo do tempo.

Capítulo III

Escola:

Espaço de caridade e poder.

*Meu pai era um gigante caçador, de léguas
um feroz domador de onças pretas,
terror do mato, assombração das borboletas...
Hoje sou gente grande
Sou comissário de café. Tenho viadutos
encantados
minha cidade é esse tumulto colorido que aí
passa
levando as fábricas pelas rédeas pretas de
fumaça!*

(Cassiano Ricardo. Martim Cererê, 1928)

²³⁷ Relatório do Inspetor Literário Olympio Catão, referindo-se à Professora Adelaide de Azevedo Trigo em 19/12/1894. APESP.

A participação da federação paulista no início da República foi comparada pelo brasilianista Joseph Love a uma locomotiva a puxar os demais vagões, dinamizando as cidades, dando o tom das mudanças que pretendiam o progresso, entregando aos engenheiros e médicos a transformação da estrutura física dos centros urbanos²³⁸ e à educação o caráter reformador da sociedade. No âmbito da educação, o paradigma construído foi o do Grupo Escolar.

As escolas atravessaram o final do Império obedecendo a uma estrutura bastante simples, sendo dirigidas por um único professor, geralmente destinadas a um único sexo e misturando-se com o cenário da residência do professor ou ainda com a extensão da fazenda. Esse formato de escola passa a ser abandonado, principalmente dentro da área urbana, no momento em que são criados os Grupos Escolares, que na prática, significava a reunião de quatro a dez escolas num único prédio. Eles eram criados a partir da concepção da obrigatoriedade do ensino e essa é a origem da sistematização e burocratização da educação, pois a partir deles diretores, serventes, porteiros, merendeiros e a reunião de alunos por séries passam a ser o modelo de escola. Crescia aos olhos, em meio à paisagem urbana um prédio destinado exclusivamente à educação e este passa a ser objeto de desejo de políticos, pais e alunos.

Com modelo de escola idealizado pelos republicanos, percebemos que, na cidade de São José dos Campos, grupos sociais se reuniram desejando a implantação de um Grupo Escolar. Nossas fontes foram capazes de revelar uma teia de relações de poder. A distribuição de cargos nesta fase em que se profissionalizava o magistério, trazia a coexistência de pessoas de diferentes formações²³⁹. Por outro lado, sendo o Grupo Escolar gerido pelo município, os conflitos sociais e os interesses de alguns grupos nele refletiam. O tripé educação, política e poder será dissecado a fim de compreender em que medida a escola e a educação se apresentavam para alguns segmentos como direito e para outros

²³⁸ Sobre o Código Sanitário de 1894, Decreto 233 02/03/1894, preocupação em conter insalubridades e Código Sanitário de 1911, em função das novas necessidades a partir do aumento da densidade demográfica. ROCHA, Op. Cit. p. 36 e 38.

²³⁹ Professores leigos, professores normalistas e professores formados em escolas complementares, sendo esses últimos os que predominavam pela escassez da oferta de vagas em Escolas Normais.

como privilégio ou ainda como favor e benevolência. Como Rosa Fátima analisa:

Motivações políticas podem ser apontadas como justificativas para a criação dos grupos escolares em determinadas localidades. Evidentemente, a legislação previa a concessão de prioridade às localidades que contribuíssem com terrenos e donativos para a instalação das escolas. No entanto, a autorização do Conselho Superior, tendo em vista os critérios de prioridade, era subestimado, uma vez que a determinação da criação de escola constituía um ato do governo. Observando a distribuição regional da criação dos primeiros grupos escolares, nota-se que ele acompanha, de certa forma, o caminho percorrido pelo café²⁴⁰.

As escolas emprestavam à cidade um novo perfil, um fator de progresso como podemos observar nos semanários da época, uma marca de comprometimento com o futuro, um sinal de evolução da cidade.



O Regimento Interno das Escolas Públicas Municipais, publicado no Código de Posturas, era uma adaptação do Regulamento Interno das Escolas Públicas Estaduais para a realidade local. Na sessão da Câmara Municipal de 22 de janeiro de 1901 foi decretado o Regulamento para a Instrução Municipal, segundo o qual a educação no município seguiria o regulamento e as leis que regiam o Estado “na parte que lhes for aplicável”²⁴¹. Dentre as adaptações, o provimento de escolas através de concursos públicos era uma necessidade que parecia não estar ao alcance da Câmara Municipal, existindo muitos professores provisórios no quadro do magistério municipal. Nesses concursos eram exigidos do candidato conhecimentos como leitura em prosa e verso, de letras impressas e manuscritas, caligrafia, redação de cartas comerciais e particulares e noções gerais de aritmética. De acordo com o Artigo 3.º, § 2. ficava acrescido ao programa dos exames a instrução cívica e civilidade.

²⁴⁰ SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos da Civilização: A implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo*. SP: Unesp, 1998. p.93

²⁴¹ Artigo 1.º do Regulamento para Instrução Municipal. In: Códigos de Postura do Município – Livro 401 do Acervo Público Municipal – Fundo da Administração Municipal.

O programa previsto pelo Regimento Interno das Escolas Públicas Estaduais²⁴², apresentava uma grade curricular diferenciada para o Curso Preliminar, outra para as Escolas Intermediárias e uma bem mais reduzida para as Escolas Provisórias. Pelo visto, a maior parte das escolas de São José dos Campos estavam enquadradas neste último caso, evidenciando o quão frágeis e precárias eram. Contudo, o Governo Estadual não desconhecia esse fato. Prova disso está no artigo 15.º, que orientava para que, na ausência de edifícios apropriados para as escolas, os inspetores escolhessem edifícios com o maior número possível de condições exigidas. Cada escola deveria ainda conforme sua categoria afixar uma identificação legível: Escola Pública para Meninos, Meninas ou Mista, Noturna para adultos e Grupo Escolar. O único registro iconográfico que encontramos a esse respeito não permitiu saber em qual bairro estava localizada essa escola, mas a imagem, de certo modo, aponta uma realidade bastante precária, denunciando um abismo entre a escola ideal, a legal e a real:

o privilegiamento dos núcleos urbanos não estava somente na adoção de uma instituição de melhor qualidade como eram os grupos. O maior problema estava no descaso do governo para com as escolas isoladas, embora fossem consideradas imprescindíveis para a instrução pública do Estado²⁴³.

²⁴² Arquivo Público do Estado de São Paulo, fundo da Instrução pública – Regimentos Internos das Escolas Públicas - Ordem: E 01085

²⁴³ SOUZA, Rosa Fátima de. P. 51



Fig 12. Escola Isolada (década de 1930)

As escolas públicas municipais eram abertas nos bairros em que se encontrassem 30 meninos menores de 16 anos e maiores de seis anos, o mesmo valia para as meninas. Não atingindo esse *quórum* poderia ser montada uma escola mista, desde que à frente dela estivesse uma professora. As escolas que não fossem freqüentadas por pelo menos 15 alunos não seriam mantidas, devendo ser imediatamente removidas para outro bairro. Desse modo, fica claro compreender o quão difícil era criar Grupos Escolares.

Não eram todos os municípios que possuíam o desejado Grupo Escolar. No Vale do Paraíba Paulista entre 1894-1908 foram criados nove Grupos nas cidades de Guaratinguetá, Jacareí, Lorena, Paraibuna, Pindamonhangaba e São Luis do Paraitinga (1895), São José dos Campos, Taubaté (1896) e Bananal (1900).

A construção do Grupo Escolar de São José foi marcada por inúmeros imprevistos e interrupções de suas atividades durante o período de 1896 a 1910.

Após a aprovação da Reforma do Ensino em São Paulo (1892), a

Secretaria do Estado dos Negócios do Interior solicitou informações sobre prédios na cidade para o funcionamento de escolas públicas e não obteve resposta positiva por parte do Conselho Municipal de Instrução Pública. Para conseguir do governo um Grupo Escolar para o município a Câmara Municipal alugou um prédio residencial no centro da cidade, a antiga residência da Família Mascarenhas, localizada próximo ao largo da Matriz.

Enquanto em cidades mais importantes economicamente²⁴⁴ os Grupos Escolares ganhavam dimensões palacianas e eram projetados por engenheiros e arquitetos de renome, como Ramos de Azevedo, a cidade de São José dos Campos criou e instalou seu Primeiro Grupo Escolar em um prédio com poucas condições de uso, por isso sua história foi marcada por interrupções.

A figura do diretor como um gestor das atividades docentes, significando a imposição de um novo ritmo para essas atividades, encontrou resistência por parte dos professores. Nas escolas isoladas, os professores tinham autonomia no cumprimento de seus horários, currículos e prestação de contas. Agora, reunidos no Grupo Escolar, sobre a batuta do diretor, estavam sujeitos a um olhar mais controlador, em todos os sentidos. Talvez por isso tenha ocorrido o conflito, em novembro de 1896, entre o diretor e alguns professores, que veio a público em jornal da capital.

Em 7 de novembro de 1896, o Correio Paulistano publicou um artigo intitulado “Anarquia no Grupo Escolar”, assinado por cinco professores do Grupo Escolar Olímpio Catão, de São José dos Campos. Consultando o dossiê do processo, pudemos constatar que o descontentamento provinha do fato de alguns professores não aceitarem os novos regulamentos, no que dizia respeito principalmente à justificativa de faltas, sendo os mesmos prejudicados na folha de pagamento.

As faltas passaram a ser controladas e justificadas para os casos de

244 Sobre a pouca expressividade econômica de São José dos Campos no início do século, ver capítulo 1, pág. 22-24. Uma das maneiras de perceber a pujança econômica das cidades e relacioná-las à sua posição econômica é observar os Municípios de foram recebendo Grupos Escolares com prédios próprios (não foi o caso de SJC). Rosa Fátima de Souza elaborou uma tabela com as datas de instalação e situação dos prédios dos Grupos escolares de 1894 a 1908. ver:

moléstia, nojo ou casamento. A partir da adoção de formulários específicos, não havia como enquadrar outros tipos de falta. O estopim da confusão que mobilizou o Inspetor Literário, o Delegado de Polícia, a Diretoria Geral de Instrução Pública e dividiu opiniões entre o corpo docente do Primeiro Grupo Escolar, foi o fato de o diretor não ter aceitado, como motivo para a falta de um professor, a declaração “motivo de força maior” por não constar nos casos previstos pelo regimento.

A professora Adelaide de Azevedo Trigo, sentiu-se prejudicada e conseguiu o apoio do marido professor Fidêncio Lopes Trigo e dos professores José Francisco Marcondes Domingues, Maria Thereza Marcondes e Galvão de França Rangel. Foram estes cinco que escreveram o artigo no jornal da capital e, quando acareados pelo Inspetor Literário, amenizaram o descontentamento pelo ocorrido.

Em carta à Diretoria Geral de Instrução Pública, o Inspetor Olímpio Catão assim se refere aos acontecimentos:

foi então que me appareceu o professor José Francisco Marcondes Domingues, mostrando-se muito apaixonado contra o director do grupo; sem contudo articular uma queixa em termos precisos e por escripto. Cumpre-me notar que a visita do professor Marcondes teve por fim pedir-me que não me magoasse com o que acontecesse d’aquelle dia em diante, pois que iria desenvolver uma guerra ao professor Paula Santos ²⁴⁵

O Inspetor mostrou-se solidário com o diretor do Grupo Escolar “o diretor Paula Santos é exacto no cumprimento de seus deveres. Restricto na organização da folha de pagamento, creio que por parte d’ahí o descontentamento por parte dos professores” ²⁴⁶

Em correspondência de 29/03/1899 a Secretaria de Negócios do Interior, solicitou o recolhimento de material do extinto Grupo Escolar Olympio Catão, passando a ser então uma Escola reunida. Como possuir um Grupo Escolar era

SOUZA, R.F. p. 117 1 119

²⁴⁵ Relatório do Inspetor Literário Olímpio Catão 19/11/1896 APESP.

²⁴⁶ Idem.

sinônimo de progresso, amor à cultura e instrução e um sinal concreto de civilidade, em 1901 São José conseguem novamente permissão para o funcionamento de seu Grupo Escolar.

A Ata da Câmara Municipal de 15/01/1900 notifica o envio de felicitações à Câmara de Jacareí. A cidade vizinha ganhava seu primeiro Ginásio, o “*Nogueira da Gama*”. Contrastes marcaram a história da educação no país e na região. Se por um lado, algumas cidades mais favorecidas economicamente tinham cursos de níveis diferentes sendo oferecidos à sua população, outras, como São José dos Campos, não conseguiam sustentar suas escolas básicas herdadas do Império. Na mesma ata da Câmara, era notificada uma circular da Secretaria de Negócios do Interior, que comunicava que, a partir daquele mês, as despesas com as escolas provisórias ficariam a cargo das Câmaras Municipais. A solução encontrada pela edilidade joseense, já que não tinha recursos, foi a demissão dos professores provisórios.

Um hiato de dez meses marcou a próxima sessão que tratou especificamente da educação no município. Em sessão de 02/10 foi proposta a criação de uma comissão para elaborar um regulamento para as escolas municipais. O projeto foi discutido e aprovado em 15 do mesmo mês e na sessão de 29/10 o Inspetor Municipal apresentou o recenseamento da população escolar do Buquirinha, Pinheiros, Pernambucanas, Rio do Peixe, Taquari e Vargem Grande.

Em 22/01 de 1901, a Câmara Municipal dedicou a sessão para tratar da contratação de professores. Foi acordado que haveria um concurso em 29 do mesmo mês.

A demanda por escolas era grande também na zona rural. As escolas eram vistas como caminhos para mobilidade social, enquanto que, para o fazendeiro tratava-se de simples benesse, como observou Zeila Demartini:

a escola era importante para atrair o interesse do colono pela fazenda dando a ela aparência de um lugar muito civilizado denota a relevância sociocultural da escola no

meio popular (...) era forte a interferência do chefe político no campo, notadamente em relação à nomeação de professores. Nesse sentido, a política local muito contribuiu para a expansão do ensino, uma vez que o chefe político, diante das reivindicações pela escola, empenhava-se em criá-las e em contrapartida obtinha o apoio da população”²⁴⁷

A existência de escolas no perímetro rural estava sempre ligada à “bondade” do fazendeiro que permitia o funcionamento das aulas em sua propriedade e desse modo garantia a educação de seus filhos e, por tabela, a de alguns funcionários e agregados. Na área urbana, o Grupo Escolar foi se mostrando como uma vitrina que projetava a todos os que de algum modo contribuíssem com a permanência dos pobres na escola. Além de fazer o bem, ganhavam como bônus a projeção social e política.

No cenário urbano de São José dos Campos, as atividades do Grupo Escolar Olympio Catão foram conturbadas entre 1901 e 1902. As Atas da Câmara não registraram os pedidos feitos às autoridades estaduais, mas percebemos que por duas vezes, houve uma tentativa de mudança de nome do Grupo Escolar, em função da intervenção das autoridades em prol do grupo. Foram indicados por monção como patronos do Grupo Escolar, pela Câmara Municipal, os senhores Claudino Pinto e Dino Bueno.

O Grupo Escolar foi formado em 1896, quando ocorreu a união de escolas isoladas que se encontravam na região central e no Bairro de Santa Cruz. Em 1899 teve suas atividades suspensas, voltando a funcionar como escolas isoladas reunidas em um mesmo prédio. Em 1901, voltou a funcionar até 1908, na antiga residência dos Mascarenhas, quando suas atividades foram novamente interrompidas por falta de condições do prédio, sendo re-inaugurado em 1910 na antiga residência dos Baracho.²⁴⁸

²⁴⁷ Apud: SOUZA, Rosa Fátima. O Direito à Educação. Lutas populares pela escola em Campinas. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.p.53

²⁴⁸ Pedro de Paiva Baracho foi um abastado fazendeiro e Juiz de Direito, foi em 1870 nomeado para a Comarca de São Simão. Construiu uma mansão no centro do município, em terreno próximo ao prédio da Câmara e Cadeia (atual Praça Afonso Pena). Passou por uma crise financeira, saindo da cidade na primeira década do século XX. Em 1909, esta casa foi adquirida pelo Governo Estadual e restaurada (sendo gasto 107 mil réis) onde se instalou o Grupo Escolar



Fig. 13 Grupo Escolar Olímpio Catão (Ex residência Família Baracho)

Após a sua reinauguração, o primeiro quadro docente do Grupo Escolar Olímpio Catão era composto por oito professores, sendo duas professoras normalistas, quatro complementares e dois professores do sexo masculino. Era, portanto um quadro de maioria feminina. O grupo contava ainda com uma professora substituta efetiva e três empregados, sendo um porteiro e dois serventes. Havia 321 alunos matriculados, no ano de 1910, todos de nacionalidade brasileira, sendo que o número de matriculados era equilibrado em relação ao sexo dos alunos.²⁴⁹

O aumento pela procura de vagas no Grupo Escolar foi acontecendo à medida em que a cidade se expandia. Com o início da fase Sanatorial, a cidade passou a receber um grande número de profissionais ligados à Saúde, sobretudo médicos, enfermeiros e farmacêuticos, envolvidos no tratamento da tuberculose e também dos enfermos e seus familiares.

Os filhos desses novos moradores, que passaram a fazer parte da cidade,

Olímpio Catão, inaugurado em 14 de Setembro de 1910. A partir de negociações entre a Câmara Municipal e o Governo do Estado, escolheu-se "a Mansão dos Baracho". A Festa de inauguração foi um grande evento social, realizado na própria escola, recebendo as autoridades locais e algumas estaduais, além dos representantes da "elite" joesense. Durante os quarenta e sete anos em que foi sede da escola, formou centenas de pessoas da cidade, inclusive vários políticos e artistas locais, como por exemplo, Cassiano Ricardo.

forçaram a criação de escolas, reflexos também da maior fiscalização sobre a obrigatoriedade da matrícula, pois, sob a ameaça de multa, os pais enviavam seus filhos e, ao mesmo tempo, começaram a considerar a escola como parte da rotina das crianças, reconhecendo-a como uma necessidade.

Ao discutir sobre quem eram os destinatários da política de expansão do ensino primário, Souza considera que por trás do pressuposto da educação popular estavam em voga interesses de vários grupos sociais e aponta alguns caminhos para compreender e identificar tais grupos através de características como idade, condições econômicas e nacionalidade²⁵⁰. Não encontramos livros de matrícula que trouxessem informações, tais como filiação e profissão dos pais dentro de nossa baliza cronológica; mas um relatório do então diretor do Grupo Escolar, de 1906, revelou-nos um pouco sobre a clientela do “Grupo Olympio Catão” em seus primeiros anos de funcionamento. Embora o relatório focalize mais os pobres, sabemos que na época para os mais ricos as opções de ensino na cidade também eram restritas²⁵¹:

(...) são filhos de proletários e de outras famílias menos abastadas razão por que com mais ardor devemos ministrar-lhes o ensino, olhando-os com carinho. Atendendo ao estado de pobreza de cada um, embora modestamente tenho-os obrigado a irem as aulas com asseio e decência, o que a principio não se dava, havendo muitos que se apresentavam quase que andrajosamente, unhas mal cortadas, cabelos compridos, etc. revelando incúria e desmando por parte daqueles a quem afeta a sua educação²⁵²

Entretanto conseguimos perceber através dos nomes e sobrenomes dos alunos, que o Grupo Escolar era freqüentado por pessoas que possuíam uma posição social distinta na cidade. Esse quadro foi mudando à medida que os turnos dos Grupos Escolares foram aumentando sua capacidade de absorver a população mais pobre e escolas de iniciativa particular, como o Externato São José, foram

²⁴⁹ Anuário do Ensino de 1914.

²⁵⁰ SOUZA, página 22.

²⁵¹ O Almanaque de 1905 (pág 105), aponta a existência de dois professores particulares: Luiza Marcelina de Faria, Theotonio Miragaia. Havia também três professores de música: Alfredo Augusto de Barros César, Luiz Antônio da Câmara, Francisco dos Anjos Gaia.

²⁵² Relatório do Diretor do grupo Escolar 1906 – Ordem 6935 – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

surgindo.

A convivência dessa clientela diversificada economicamente era promovida pela mistura da prática da lei de obrigatoriedade do ensino primário, somada a doses de apadrinhamento que favoreciam o acesso à educação dos mais pobres. Segundo Souza, nos Grupos Escolares do Estado de São Paulo, entre 1890 e 1910, estavam: crianças filhos de açougueiros, alfaiates, advogados, barbeiros, comissários, cocheiros, engraxates, fotógrafos, cozinheiros, escrivães, trabalhadores urbanos e até mesmo alguns trabalhadores rurais²⁵³.



Fig. 14 Grupo Escolar Olímpio Catão em seu 1.º prédio²⁵⁴ (entre 1900-10)

O aumento da oferta de vagas estava diretamente relacionado à lei de qualificação de eleitores, de 08/02/1890, pela qual a alfabetização era condição para o voto. Essa perspectiva era estimulada pelo coronelismo local.²⁵⁵

²⁵³ SOUZA, pág., 112.

²⁵⁴ Inicialmente instalado no prédio de propriedade da Família Mascarenhas, localizado ao lado da Igreja Matriz (atualmente existe no local o Hotel San Remo).

²⁵⁵ Desde a colônia os coronéis dominaram as terras. Desde o Império comandam a política. A República é uma ampliação do seu domínio, pois a quebra do poder Moderador permite que eles próprios escolham seus representantes em todos os graus. CARONE, Edgar. *República Velha*:

... tão acostumados estamos com os seus actos de generosidade para todas as grandes realizações de benemerência, de civilização, de progresso (...) representa um benefício de subido apreço a toda colletividade, sob o ponto de vista educativo-religioso, realizando assim o objectivo grandioso de disseminar a instrucção no seio do povo, com as lições admiráveis da nossa religião, formando creaturas aptas para desempenharem no lar e na sociedade, os deveres que a moral e a razão impõem como um verdadeiro dogma de grandeza social²⁵⁶.

A iniciativa do primeiro estabelecimento particular de ensino foi aplaudida e intitulada como brilhante. Não bastassem toda propaganda e adjetivação, as condições para a instalação do colégio, a apresentação de seus diferenciais e os setores envolvidos revelaram um momento de divórcio da educação pública com as pessoas mais abastadas da cidade. O curioso é que todos os incentivos de ordem fiscal garantidos pela edilidade deixaram transparecer o uso do dinheiro público para o benefício somente de uma parcela populacional.

A mescla entre categorias de análise como público e privado estão no bojo da discussão que apresentaremos adiante. Para isso, recuperar a idéia da educação e da ilusão liberal, investigando a gênese da escola pública joseense nos elucidará como se deu o acesso à escola pública e por trás de qual discurso consolidou-se a escola de iniciativa particular, separando a educação entre ricos e pobres.

Essas ilustres senhoras cuja ascendência social é de saliência, todas portadoras de dotes exímios de bondade, numa feliz associação de ideias se congregaram para prestar o mais decidido e eficaz auxílio em prol da realização plena, integral e perfeita dessa iniciativa digna dos maiores elogios e que virá beneficiar extraordinariamente a nossa cidade e sua população²⁵⁷.

Embora a apresentação da idéia de implantação do Colégio fosse aparentemente uma obra de caráter popular, a instituição, na verdade, destinou-se a um público bastante seletivo e específico, ou seja, meninas, católicas e cujas

Instituições e Classes Sociais. SP: Difel, 1975.p.154

²⁵⁶ Jornal "Correio Joseense" 24/08/1924

famílias tivessem poder aquisitivo relativamente alto para manter esse custo.

É válido registrar que até a década de 1920 não existia nenhuma escola nos moldes que hoje conhecemos por escola em São José. Todas eram casas e casarões adaptados, sendo pioneiro o prédio do Segundo Grupo Escolar.

As administrações da cidade, pelo Coronel João Alves da Silva Cursino, no período de 1908 a 1910 e posteriormente entre 1919 a 1930, estiveram marcadas por negociações que imprimiram um caráter diferente à Educação. A ele são atribuídas de maneira memorável as instalações do Segundo Grupo Escolar, da Escola Normal, do Teatro Municipal, entre outras obras de melhoramento e embelezamento da cidade. Seu trânsito com os Governadores de Estado era bom e sua participação local era marcante, sendo durante muitos anos chefe do Partido Republicano em São José, além de ser amigo do dono do principal (pra não dizer único) jornal do município.

Inúmeros dos seus atos da década de 20 apoiaram a instalação de fábricas e garantiram a isenção de impostos a empresários e a donos de sanatórios que tiveram grande parcela de responsabilidade na atração de investimentos que proporcionaram uma diversificação do comércio e de serviços no município na primeira metade do século XX.

Uma série de artigos publicados em um jornal da cidade de Lorena, a “Gazeta do Povo”, levou a uma troca de acusações este e o “Correio Joseense”, defendendo este último, o então prefeito da época, Coronel João Cursino: “com fito único de collocar em situação melindrosa perante seus pares”²⁵⁷. A “Encrenca Musical” como foram intitulados os artigos produzidos em série durante os últimos meses de 1921, teve início com o não comparecimento da Banda Oficial “Coronel João Cursino” na inauguração da pedra fundamental do Mercado Municipal. A versão do jornal joseense apresentou como motivo a enfermidade do regente, ocasionando falta de ensaios e logo havendo recusa por parte dos membros de se apresentarem para o evento. Há uma brecha em que percebemos o tipo de vínculo que o prefeito possuía com esse grupo “nunca

²⁵⁷ Jornal “Correio Joseense” 30/11/1924

²⁵⁸ Jornal “Correio Joseense” 09/10/1921.

recusou seus serviços aquelle cavalleiro, Coronel João Cursino, quer como particular, quer como chefe político”²⁵⁹. Anteriormente, uma outra banda, que carregava o nome do prefeito da época, também se recusou a tocar para uma visita ilustre, exigindo da Câmara o dobro do que fora acordado de última hora, fazendo com que uma banda da cidade vizinha fizesse o serviço.

A “briga” na imprensa persistiu por várias edições e anonimamente, artigos da Gazeta, tratavam de esquentar o cenário político local. Colaboradores de o “Correio Joseense” chegaram a expor um trocadilho, denominando o jornal vizinho de “A Gaveta”. Essas querelas levaram à publicação de um Ato pelo Prefeito Municipal, extinguindo os auxílios à escola particular de música e ao mesmo tempo retirando o cargo de inspetor municipal de ensino do Sr. Francisco dos Anjos Gaia. A prática de nomeações no setor educacional naquele momento histórico devia-se mais às alianças convenientes do ponto de vista político do que escolhas que visassem à promoção da educação propriamente dita.

Quando pensamos em permanências e rupturas no processo histórico, verificamos como o nepotismo, os “cabides” de emprego, o autoritarismo e a necessidade de fazer de cada inauguração uma grande festa para o povo assistir bestializado, têm suas raízes históricas. No caso de Anjos Gaia²⁶⁰, havia ainda acúmulo de funções – regente da orquestra e inspetor de ensino e ainda contava com ajuda financeira dos cofres públicos para a manutenção de uma escola particular de música, que talvez nunca tivesse existido, já que os mapas de movimento não apontaram a sua existência.

Acto n. 118

De 25 de Outubro de 1921

O Tenente Coronel João Alves da Silva Cursino, prefeito deste município de São José dos Campos.

Faço saber que a câmara Municipal de São José dos Campos, em sessão ordinária de 22 do corrente mez decretou e eu promulgo a seguinte lei:

A Câmara Municipal de São José dos Campos, decreta

²⁵⁹ Idem, p.3

²⁶⁰ O mesmo Sr Gaia, havia presidido anteriormente o Conselho Municipal de Educação em 1891, antes que o cargo de inspetor literário fosse criado, evidenciando que de longas datas possuía regalias na Administração Pública.

Artigo 1.º - Fica o Prefeito municipal autorizado a liquidar o debito da municipalidade com Francisco dos Anjos Gaia, proveniente de auxílios à escola particular de música da direção deste, cessando desde o momento da liquidação o pagamento do mencionado auxilio pela desistência feita segundo proposta do referido Francisco dos Anjos Gaia, podendo para isto a prefeitura fazer as indispensáveis operações de crédito.

Artigo 2.º - Da data da promulgação desta lei em deante, fica extinto o auxilio ao addido a ex fiscalização municipal de ensino.²⁶¹

Durante o governo do Coronel João Cursino, uma série de medidas foram decretadas como visto acima. O Caso da Escola Particular de Música de Anjos Gaia, não foi um caso isolado. As iniciativas particulares eram com freqüência apoiadas pela edilidade e o discurso era sempre o de busca pelo progresso e amor a educação. É nesse contexto que surge a primeira grande instituição particular do município de São José, que já nasce com terreno próprio e prédio apropriado para as atividades escolares. Pela leitura do decreto, percebe-se uma parceria entre o governo local e a Ordem Salesiana. Possivelmente essa prática foi bastante comum em várias cidades²⁶², uma espécie de terceirização da educação:

A Câmara Municipal de São José dos Campos, decreta:

Artigo 1.º - Fica o Sr Prefeito Municipal autorizado a passar escriptura de doação gratuita de um terreno pertencente à municipalidade, sito nesta cidade, fazendo frente para as ruas 15 de novembro – no trecho da antiga Rua dos Bambus – e João Tuca à Ordem Salesiana, com com obrigação de fundar na nesta localidade, um collegio destinado ao sexo feminino, para os cursos de instrução primária, secundária e profissional, segundo os programmas pedagógicos adoptados em idênticos estabelecimentos da mesma Ordem existentes em nosso Estado.

Artigo 2.º - o edifício do Colégio Salesiano, construído, no referido terreno, e seus annexos, gozará de isenção de imposto predial e de viação, e das taxas de águas e exgottos emquanto estiver occupado naquelle fim.

Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

²⁶¹ Jornal “O Correio Joseense” 30/10/1921.

²⁶² Lyceu Coração de Jesus em São Paulo, Gynásio São Joaquim em Lorena, Colégio Maria Auxiliadora em Campinas, são alguns exemplos de colégios ligados à ordem salesiana na virada do século XIX e início do XX no Estado de São Paulo. Ver: Jornal “Correio Joseense” 17/08/1924.

O diretor da secretaria da Câmara e secretario da Prefeitura a faça publicar.²⁶³

Durante a pesquisa, a influência e as obras do Coronel João Cursino o revelaram como uma figura bastante autoritária e centralizadora. Para não desviar nossa atenção da questão educacional, fomos cuidadosamente separando alguns atos que revelaram-no como um articulador entre as camadas mais abastadas, desde a imprensa, os negociantes, a igreja e os profissionais liberais.

O principal Jornal existente no município na década de 1920 era o “*Correio Joseense*” de propriedade de Napoleão Monteiro, que era tesoureiro da Câmara Municipal na gestão do Coronel João Cursino. Esse membro do Diretório do Partido Republicano Paulista, apoiava, através de seus artigos, todas as iniciativas do coronel, divulgando o “progresso” que a cidade alcançava através do seu administrador. Essa aliança com a imprensa foi duradoura, somente no ano de 1926, com uma dissidência do Partido Republicano local, Napoleão Monteiro passa a denunciar o mandonismo do Coronel Cursino.

Quanto ao favorecimento da administração de Cursino com a Igreja, fica evidente que, em todo momento festivo da vida política ou religiosa, o vigário Padre José Francisco Monteiro e o coronel se mostram presentes.

As concessões feitas à Ordem Salesiana em São José dos Campos no âmbito da educação, podem ser entendidas como reflexos de uma política nacional da Igreja Católica, após a ruptura entre Igreja e Estado, formalizada na Constituição de 1891. Segundo Scott Mainwaring no período compreendido entre 1890 a 1916 a Igreja passou a consolidar reformas internas, preparando políticas de romanização do Catolicismo Brasileiro “A nova missão da Igreja era cristianizar a sociedade, conquistando maiores espaços dentro das principais instituições e imbuindo todas as organizações sociais e práticas pessoais de um espírito católico”²⁶⁴. Nesse sentido emergiram grandes colégios católicos, voltados principalmente para a elite. A esse respeito Maria Luiza Marcílio observou que:

²⁶³ Lei n.º 148 de 26 de Agosto de 1924 . Jornal “*Correio Joseense*” de 31/08/1924.

²⁶⁴ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil 1916-1985*. SP: Brasiliense. 2004.

os bispos do Brasil começaram a estimular a vinda de numerosas ordens religiosas, ligadas à educação da infância e da juventude na Europa, para aqui instalarem grandes colégios. Viera, com esse fim, religiosos especialmente da Itália e da França²⁶⁵

A educação formal continuava sendo um tabu para a maioria da população, uma vez que as principais atividades não necessitavam de alto grau de escolaridade. A Igreja passou a nesse momento criticar o modelo de educação oficial, defendendo um ensino cristão. A imprensa local, através do seu principal jornal e órgão aliado ao Partido Republicano, mostrou-se sensibilizada com a necessidade do ensino religioso:

Em verdade para o estudo das matérias do curso preliminar, possuímos as escolas publicas em grau de aperfeiçoamento e de êxito surprehendentes , porém, o ensino ahi se restringe ao programma laico, e a creança, em matéria de religião nada aprende, muito embora os seus mestres sejam religiosos. A disciplina escolar vedalhes fallar de Deus. Num meio religioso como é o nosso, como é o meio brasileiro em geral, surge naturalmente a necessidade de sanar esta falta na educação do espírito, na formação da alma das creanças, de modo a fazer desaparecer esse vácuo no coração humano das ternas creaturas.²⁶⁶

O processo de romanização repercutiu no município e encontrou apoio financeiro na população; dando condições para que as crianças das famílias mais abastadas freqüentassem uma escola onde os preceitos pedagógicos da nova pedagogia fossem aplicados junto com uma formação religiosa. Para isso, houve a doação de terreno e foi decretada a isenção de impostos à Ordem Salesiana.

Uma grande quermesse foi organizada para a arrecadação de fundos para a construção do Colégio Salesiano. É interessante frisar que houve a mobilização de alguns grupos em torno da igreja. No lançamento da pedra fundamental do Externato lê-se:

²⁶⁵ MARCÍLIO, Op. Cit. P. 202

²⁶⁶ Jornal “*O Correio Joseense*” 24/08/1924

hoje às 17 h, com toda solenidade, será assentada a pedra fundamental do confortável prédio. Esse acto não é mais que uma formalidade, uma praxe estabelecida em casos dessa natureza, porquanto, a realidade se nos apresenta com adiantamento das obras, por onde o público poderá melhor julgar o seu valor. Consigamos prazerosamente nestas páginas a nossa administração illustre do senhor prefeito Coronel João Cursino, pela dedicação que vem tratando os negócios do município, elevando o seu patrimônio. São José dos Campos sente-se no indeclinável dever de elevar o nome do Senhor Coronel João Cursino na altura de um dos seus mais dignos filhos

²⁶⁷

O apoio oferecido à iniciativa particular esteve relacionado ao sucesso verificado em alguns países como Estados Unidos, Alemanha, França, Inglaterra e Portugal, que sinalizavam as experiências de escolas confessionais particulares e leigas como ideais e para a formação das elites.²⁶⁸

Por outro lado, não podemos dizer que a Escola Pública ficou desamparada. Ao contrário, em 1919, alianças se firmaram para que o Segundo Grupo Escolar fosse construído. Pela Ata de lançamento da pedra fundamental, percebemos que tratava da instalação de uma Escola Reunida, que veio a se tornar o Segundo Grupo Escolar. Documentos como esses ignoram algumas negociações entre grupos sociais, que posteriormente apareceriam em forma de conflitos de maneira explícita²⁶⁹, quando o terreno destinado à construção do Grupo foi motivo de disputa. O doador do terreno passou a reivindicar indenização da Prefeitura²⁷⁰.

A década de 1920, no que concerne à Educação em São José dos Campos, foi marcada pela inauguração de um Colégio particular (Externato São José) para

²⁶⁷ Jornal “*Correio Joseense*” 07/07/1924.

²⁶⁸ Ver: SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada em São Paulo*. SP: Unesp, 1998. p. 29

²⁶⁹ Os documentos tendem sempre a registrar alguns nomes e fazer referência a cargos superiores como o presidente da República, os governadores, etc. Para Michel de Certeau, a sociedade vive praticando “operações de demarcação”, toda literatura é marcada por essas práticas sociais, uma estratégia narrativa que “representa apenas uma parte ínfima (aquela que se escreve em pontos litigiosos) da narração oral que não cessa, trabalho interminável, de compor espaços, verificar, confrontar e deslocar suas fronteiras (...) os relatos cotidianos contam aquilo que, apesar de tudo, se pode aí fabricar e fazer. São feitura de espaço”. Pág 207 e 208.

²⁷⁰ Conforme *Correio Joseense* 27/05/1923

servir às elites locais. Inaugurou-se o Segundo Grupo Escolar e criou-se a Escola de formação de professores, que posteriormente passou a oferecer o curso ginásial no município.

Sobre o Segundo Grupo Escolar, pudemos constatar que, a priori, pretendia-se uma Escola Reunida que posteriormente tornou-se um Grupo Escolar, para atender preferencialmente crianças oriundas dos bairros de Santana e de Santa Cruz (Alto da Ponte). Da inauguração do Grupo Escolar Olimpio Catão para a inauguração deste Grupo em questão, foram duas décadas de espera.

O paradigma trazido pela Reforma do Ensino Paulista de 1892 o “Grupo Escolar” mostrou-se caro para o governo e seus idealizadores, já que a demanda escolar crescia e o interesse em alfabetizar a população estava relacionado à política eleitoral, ao mesmo tempo, a uma questão de nacionalismo, que emerge após a Primeira Guerra Mundial. A solução encontrada foi baratear o modelo idealizado, optando-se pelas Escolas Reunidas (categoria de escola imediatamente inferior aos Grupos).

Ao nosso ver, o Segundo Grupo Escolar de São José, independentemente da terminologia eleita em seu projeto (Escola Reunida) ou na sua inauguração (Grupo Escolar), sob o ponto de vista físico, pode ser considerado a primeira escola do município dentro do que estava se projetando como escola ideal desde 1892. Foi o primeiro a ser construído especificamente para a finalidade educacional, já que o Primeiro Grupo esteve duas vezes ocupando prédios residenciais adaptados à realidade escolar e suas atividades foram interrompidas por falta de verbas durante alguns meses.²⁷¹

A inauguração desses prédios alimentava a *Belle Epoque* joseense e consolidava duas propostas de ensino daquele momento histórico: uma pública e outra particular, ambas apresentando-se como ícones da modernização do

²⁷¹ Existem lacunas na história do *Grupo Escolar Olimpio Catão* que nossa documentação não foi capaz de responder. Foi na gestão do Secretário de Negócios do Interior Bento Bueno que São José re-obteve seu Grupo Escolar, a re-inauguração do grupo ocorreu em 14/09/1910. O Grupo manteve-se em atividade neste prédio até meados do século XX, quando no ano de 1954 foi interdito pelo Secretário da Educação; os alunos foram transferidos para outras escolas. O prédio passou a pertencer ao município, em 1956 foi decidida a demolição do prédio pelo Governo do Estado. Em 1957 foi demolido e no seu terreno construído o atual prédio que abriga a Escola

município em seu cenário urbano. Ambos foram noticiados de maneira festiva chamando-se a atenção para as construções imponentes da cidade, na década de 20. O Segundo Grupo Escolar: “obtido planta do governo de acordo com os mais rigorosos preceitos pedagógicos vae sendo executado com escrúpulo e dentro de poucos meses teremos inaugurado o confortável templo de ensino”²⁷², e da mesma maneira o *Colégio Salesiano*:

(...) dentro de pouco tempo há de esplendor magestoso no apuro de suas linhas emprestando a nossa urbs mais um factor de progresso predial. Isso na feição material essa edificação planejada sob moldes inteligentes e adequados ao fim que é destinado, reunindo todas as condições hygiênicas e pedagógicas mais adeantadas²⁷³.

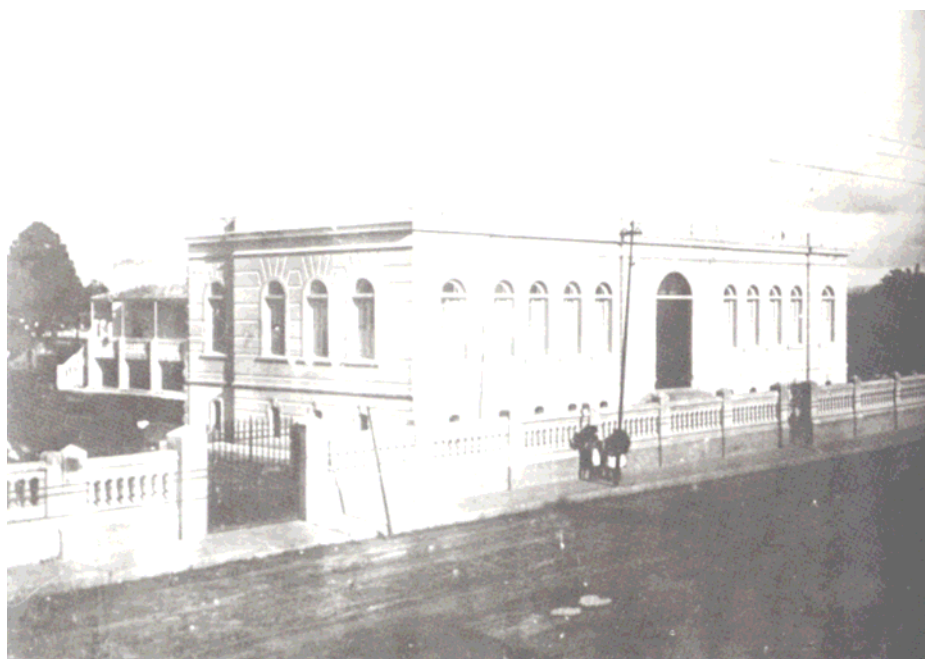


Fig. 15 Externato São José (1926)

Estadual Olympio Catão, inaugurado em 23/05/1959.

²⁷² Jornal Correio Joseense 25/01/1920

²⁷³ Jornal Correio Joseense 16/11/1924



Fig. 16 Segundo Grupo Escolar de SJC (1920)

O bairro de Santana conseguiu a aprovação do Segundo Grupo Escolar, porque obteve a doação de um terreno ao lado da matriz, essa era uma região valorizada na cidade, pelo fato de a mesma ter sido palco da instalação das primeiras indústrias de São José. A passagem de Oscar Thompson²⁷⁴ pela região sinalizou o grau de importância e representatividade que o bairro tinha naquele momento. Por isso, a autorização do Segundo Grupo foi recebida com grandes festejos pelos moradores:

recebida a boa nova por telegramma, foram queimados innumerables foguetes provando assim a satisfação que tiveram em ver realizado esse grande projecto. Cumpre agora aos senhores paes comprheender a grande vantagem que esse melhoramento nos trouxe, fazendo não só com que haja sempre frequência no grupo não dando o cuidado em deixar a mercê do distincto corpo docente os seus idolatrados filhinhos²⁷⁵

Essas alianças que promoveram a criação desta instituição serão

²⁷⁴ Secretário de Negócios do Interior.

posteriormente motivos de embates entre os grupos envolvidos. Por ora, interessamos compreender que, com o término da Primeira Guerra, a alta burguesia paulista começa a movimentar-se em torno de causas que foram eleitas como fundamentais para aquele momento histórico. Sobre essa perspectiva da sociedade, Jorge Nagle observou que esses grupos “independentes de qualquer credo político, religioso ou filosófico, se uniam destinados a congregar sentimentos patrióticos dos brasileiros de todas as classes”²⁷⁶ do mesmo modo Edgar Carone observou que estavam “destinados a transmitir a outras classes a moral burguesa”²⁷⁷.

Todo esse sentimento patriótico era fruto do movimento inaugurado em 1915 por Olavo Bilac, a Liga de Defesa Nacional²⁷⁸. As finalidades da Liga de Defesa Nacional inspiraram diversos grupos que gozavam de poder aquisitivo para, em nome da pátria, comprometerem-se com questões nacionais como a educação, o estímulo ao patriotismo, a erradicação do alcoolismo, entre outras causas defendidas por esses grupos.

No município de São José dos Campos, percebemos vários reflexos desse movimento nos jornais da época. Como não podia deixar de ser, uma cidade que abraçava a função sanatorial, foi palco ideal para que médicos e pacientes abonados se reunissem em prol dos doentes da tuberculose.

²⁷⁵ Jornal “Correio Joseense” 09/05/1920 p. 02

²⁷⁶ NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. SP: Edusp, 1974. p. 171-172.

²⁷⁷ CARONE, Edgard. *A República Velha Instituições e Classes Sociais*. SP: Difel, 1975. Coleção Corpo e Alma do Brasil 164

²⁷⁸ Segundo o Jornal o Estado de São Paulo de 24/10/1915 e 08/08/1915. Uma das maneiras encontradas por esses grupos para divulgar seus ideais era através de conferências, alguns temas de conferência citados por Edgar Carone (op. Cit) foram: Idéia de Pátria, Idéia de Justiça, A Educação Nacional, A instrução profissional, a importância do esporte na vida nacional, a defesa da língua nacional, o culto ao heroísmo militar e cívico, a nação e o exército, o serviço militar como benefício físico e moral para o indivíduo, entre outros.

CORREIO JOSÉENSE

ASSIGNATURAS
Por 12 mezes \$8000
Por 6 mezes \$5000

REDACÇÃO E OFFICINAS — RUA S. JOSÉ N.º 17
DIRECÇÃO DE *Napoleão Monteiro*

ASSIGNATURAS
Por 12 mezes \$8000
Por 6 mezes \$5000

LIGA PAULISTA CONTRA A TUBERCULOSE Relatorio do dr. Clemente Ferreira

Publicamos, abaixo, uma parte do relatório do dr. Clemente Ferreira, thsiologo no laevo, para que os nossos leitores avaliem da terrivel devastação que a tuberculose faz na especie humana. A gravidade desse perigo, justifica plenamente os esforços que temos desenvolvido, nesta folha, contra a propagação da terrivel calamidade.

Diz o dr. Clemente Ferreira, quando leu o seu relatório perante a Liga Anti-Tuberculose, que é enorme as devastações causadas pelo brutal flagelo em nosso paiz, particularmente neste Estado,

papel na direcção de tão auspiciosa e meritoria cruzada, ser, sem mais delongas, executado um programma completo e methodico de combate à tuberculose, que representa vasta mancha negra no quadro dos nossos progressos hygienicos e sanitarios.

**Aos habitantes
- deste Estado -**

da Nação por occasião do 71.º anniversario da sua independencia. Já é tempo de não se ver nos recenseamentos ou nas estatísticas, como sua unica utilidade ou fim, servir de base à qualificação militar ou para a aggravação de impostos, pois que independente disso aquella vai sendo feita com base no Registro Civil ou por informações de varias fontes e para honra nossa não deixará de ser abraçada pela mocidade, desde que ella se convence de que servir a Patria, como soldado, é a demonstração a mais elevada de seu patriotismo; e qualquer aggravação tributaria independente tambem das estatísticas, sendo decretada como até agora sempre que a Nação

Inta a operação do ce so decretada.

a) No dia 1.º de Setembro de 1923 far-se-á em todo o territorio nacional o Recenseamento Geral da população conjuntamente com os recenseamentos da Agricultura e das Industrias.

b) Serão recenseados todos os habitantes do Brasil no lugar e domicilio em que se acharem. Além das pessoas presentes no domicilio, serão incluídos no boletim censitario, não só as que estiverem temporariamente ausentes, no dia 1.º de Setembro de 1920, como tambem as que embora não morando no domicilio tenham ali passado a noite de 31 de Agosto para 1.º de Setembro.

c) A Recenseamento de po-

Fig.17. Fragmento do Jornal Correio Joseense (1920)

Questões envolvendo a exaltação da pátria e a mobilização de crianças e adolescentes em função de uma coesão nacional foram ganhando corpo. Em São José dos Campos o grupo de Escoteiros e os Tiros de Guerra tiveram atividades intensas. Na imprensa e dentro das escolas a presença desses grupos se fazia forte consolidando uma idéia de pátria. A entrega das carteiras de reservistas, as festas e desfiles ligados às datas cívicas eram noticiadas com euforia pelo “*Correio Joseense*” e se fazem presentes nas memórias da cidade:

As festas do Grupo Escolar eram sempre à tarde porque reservavam a manhã para os desfiles sempre iniciados com os escoteiros sob o comando do sargento Deodato Ramos, o instrutor, que concentrava seus comandos no recreio grande, onde fazia a chamada em formatura, para em seguida, com a cadência mantida por cornetas e tambores se concentrar no Largo da Cadeia, onde já estariam os soldados dos Tiros de Guerras 183 e 545, sob comando respectivamente dos sargentos Florismundo de Paula Moreira e Dário Nunes. As bandas musicais de Santana e de São Benedito, com a primeira abrindo o desfile e a segunda encerrando-o, entremeavam pelas marciais e dava tempo para a fanfarras de cornetas e

tambores dos escoteiros²⁷⁹

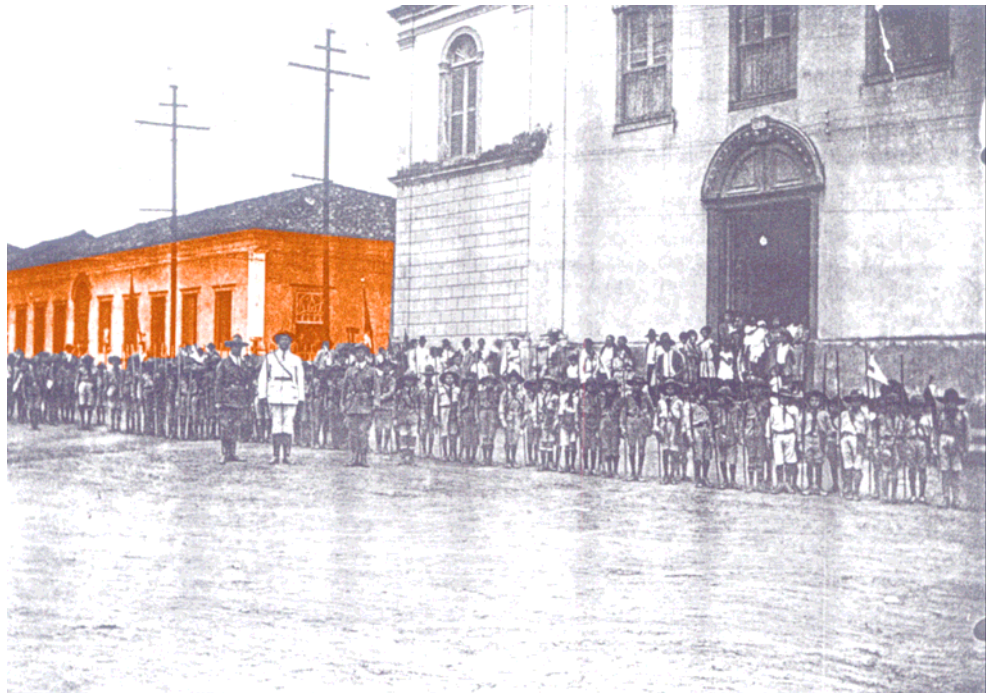


Fig. 18 Grupo Escolar Olímpio Catão (início do século XX)



Fig.19 Grupo de Escoteiros do Grupo Escolar Olímpio Catão (sem data)

Esses rituais em torno da questão pátria, se mostram presentes nas falas de cronistas e memorialistas de São José. O envolvimento dos maiores de idade em serviço obrigatório para a formação de reservas para o exército e dos menores que

²⁷⁹ SIQUEIRA, Jairo César de. *Nossa Cidade de São José dos Campos*: FCCR, 1991. p. 95

estavam em idade de escolarização, unia esses grupos de diferentes faixas etárias, em torno das cores da nação.

nossa cidade sabia festejar o dia Sete de Setembro. Eram marciais os desfiles dos Tiros de Guerra 183 e 545, com soldados em fardas cáqui e espingardas com baionetas caladas, marchando ao som de cornetas e tambores sempre seguidos pelo Batalhão de Escoteiros do Grupo Escolar, comandado pelo então sargento Deodato Ramos, que impunha rigor e disciplina e os instruíva no sentido cívico de amor à pátria e inculcava em nossa compreensão a virtude da preparação física e moral. Gostávamos de ser escoteiros e orgulhávamos do nosso instrutor (...) A formação cívica dos meninos joseenses tinha o verdadeiro sentido de amor à Pátria e era bem definido, bem marcante e indelével²⁸⁰

Se por um lado, a liturgia republicana se mostrava nos Grupos Escolares como forma eficaz de inculcar valores do novo regime, as festividades em torno do dia da Bandeira e da data da Independência eram momentos eufóricos na vida das crianças que frequentavam o Grupo Escolar. Elas se preparavam realizando trabalhos que ficariam expostos no final do ano letivo. As comemorações em torno do 15 de novembro ainda sofriam resistências na comunidade. Foi necessário recriar vultos e heróis de modo a agradar o maior número de pessoas possível:

O sete de setembro de cada ano sempre foi festejado por nossa gente que, no entanto, era indiferente a data de 15 de novembro porque no recesso do coração de cada adulto e de muitas crianças perdurava o amor e respeito ao sofrido e filósofo imperador do Brasil, como era muito natural em toda nossa região populada por monarquistas²⁸¹

Nessa movimentação das elites em torno de Ligas e novas instituições que se comprometeram com a construção de uma pátria brasileira e republicana, a Igreja era um ponto de encontro de diversos grupos. Nesse espaço, ricos e pobres estavam amparados pelo discurso cristão. E será esta instituição que convencerá e

²⁸⁰ SIQUEIRA, Op. Cit. p 70.

²⁸¹ Idem, p. 71

mobilizará a comunidade a abraçar projetos e, ao mesmo tempo, servirá de vitrina para a elite local:

Cada vez que a primavera chegava haviam quermesses. Eram festas movimentadas que provocavam intenso movimento popular com a finalidade social e religiosa de beneficiar a matriz e a gente pobre e necessitada. A generosidade das principais famílias locais contribuía com materiais e grande esforço individual para o sucesso dessas festas coletivas que, por ser de praxe, eram realizadas no Jardim da Preguiça, onde armavam barracas ornamentadas com os mais variados coloridos²⁸²

A Escola e a Igreja foram espaços permeados por representações diversas, cada uma a seu modo, traduzindo civilidade, progresso, caridade e benfeitoria. As duas constituíram na São José dos Campos das décadas de 20 e 30 um espaço disputado pelas famílias mais abastadas para mostrar a caridade e também o poderio econômico.

Identificamos uma prática bastante comum por parte dos jornais da época, a de registrar em listas os nomes das pessoas que contribuía para quaisquer atividades na cidade, em especial as esmolas dadas à igreja e as ajudas à Caixa Escolar²⁸³. Nessas listas, além do nome do doador aparecia a quantia doada.

²⁸² Idem, p. 71.

²⁸³ As Caixas Escolares eram sociedades civis, organizadas por professores, comerciantes e pais de alunos que se encarregavam de doar ou conseguir arrecadações que promovessem o acesso e permanência de crianças pobres na escola, oferecendo principalmente merenda, uniformes e materiais escolares.

Aos Corações Nobres

Da primeira reunião entre os professores do 1.º Grupo Escolar desta cidade, em favor dos alumnos pobres, do mesmo estabelecimento, ficou definitivamente constituída uma comissão destinada a angariar adeptos e donativos, em benefício da novel associação.

Muito lisongeiro tem sido o acolhimento de tão nobre e humanitaria idéa no seio de nossa culta sociedade, sempre prompta em auxiliar as boas obras, maxime quando se trata de um estabelecimento como este, cujo fim é a pratica da caridade, o mais sagrado e grandioso preceito do Christianismo.

Não houve uma só recusa ao nosso apello; todas as vozes se levantam em apoio, para applaudir e oferecer o seu apoio; e como ellas sabem bem de perto avaliar quanto é

A comissão provisoria, composta das nossas distinctas educadoras, de cujo meio partiu tão nobre idéa, está desenvolvendo toda a sua energia, adquirindo não somente adeptos, mas também, roupas usadas, dinheiro e objectos de uso individual como sejam: calçados, chapéus, etc., os quaes serão adaptados por uma comissão de senhoritas, nas salas do Grupo Escolar, ás creanças pobres que alli estão matriculadas.

Ao pessoas generosas que desejarem auxiliar as pobresinhas das creanças, poderão desde já mandar as suas offerendas em casa de uma das professoras do Grupo Escolar «Olympio Catão».

A verdadeira caridade não é dar esmolas aquelles que as procuram; recolhidos nas suas casas ha outros que não pedem e precisam mais...

As vossas roupas, umas grandes e pequenas,

Grupo Escolar» receberá qualquer coisa que V. S. mandar; e Deus saberá agradecer.

Vão se approximando a estação invernos; todos correm ás lojas em busca de agasalhos que protejam seus filhinhos dos rigores do inverno. Quantas creanças haverá por ahí, que somente tem uma camisa transparente sobre o corpo e soffrem os horrores do frio? V. S. não terá, por acaso, um agasalho, do anno passado, que possa mandar a esses infelizes?... Quem dá aos pobres empresta a Deus.

A «Associação Protectora das Creanças do 1.º Grupo Escolar», vai ser constituída pelas principaes damas da nossa culta sociedade e, enquanto não for eleita a Direcção definitiva, as Exmas. professoras do Grupo, estão encarregadas de receber qualquer auxilio em prol daquella sociedade.

Fig. 20 Correio Joseense Fundação da Caixa Escolar do 1.º Grupo Escolar. (1920)

Lista das pessoas que contribuíram com esmolas para a festa do Mez de Maria

Continuação

Assignatura de 5000

- Mario Dias de Moura, Benedicto Priante, Iracema, Olga Monteiro, Bernardino Rezende, Benedicto Lopes Chaves, Diogo Pinto da Cunha, Francisco Nunes de Paula Laudelino de Souza, Francisco Marciano Leite, José Pereira Braz, Philadelpho Fagundes, Barretto, Pedro Pinto da Cunha, Palmyra Sant' Anna, Euzebia Cursino, Maria B. Cará, José Vieira Fróes, Anninha Sampaio, Ignacia Domingues, Durvalina Simões, Vicente de Barros, Philomena Nogueira, Castillho, P.e Francisco Rosa, Belmiro Robim, Olga Ramos de Souza, José Locatelli, Joanna A. Gonçalves, Arthur Ubatuba, B. Gloria, Helena Rodrigues dos Santos, M. B. França, João B. Penelluppi, Uma devota, Ruth Pestana, Sebastião Barretto, Gide Pas-

- li, Olympio Romeu, Maria Alexandre, Zizinha Santos, Elvira Guimarães, Lucia Gonçalves, José Bagunhá, Benedicta Cassia, José Maria da Costa, Hercilia Maia, Maria Emilia M. Aguiar, Maria do Carmo M. Aguiar, Divina Sebastiana, Minervina de Medeiros, Francisca de Medeiros Lemes, José Lobo Filho, Uma devota, Francisco de S. Arouca, José Lopes, de Toledo, Monteiro, Cecilia C. Aguiar, Sylvia Portella, Maria Toledo, Gentil Grillo, Maria Cezaria de Abreu, Esther Rocha, José de Mello, Piedade Martins, Nina e Mellita, Uma devota, Emilia Fernandes, Sebastiana M. Oliveira, Honorio Cursino, Maria Eugenia Lopes, Benedicta Furquim, Cesaria Alves Borbana Berling, Francisca Rocha, Yole, Devoto, Devoto, Maria Fachini, Maria Eras, Padaria Estrella, Anna Ellydia, Lecticia Miragaia, Ramos Leite, Anonyma, Maria App. Ramos, Joaquim A. Moreira, Bento de Moraes, Bededicta M. Camara, Anna Maria de Jesus, Nelson AssEFF, Esmeralda Pinto, Alfredo Pereira, Joaquim Figueira, Angelo Daniel

Fig. 21 Correio Joseense Arrecadação de Esmolas para a Festa de Maria (1920)

Embora o Primeiro Grupo Escolar da cidade tenha surgido ainda no século XIX, seus registros efetivos nos jornais e a Caixa Escolar, só passaram a existir na década de 1920, juntamente com a inauguração do segundo Grupo Escolar. No

“*Correio Joseense*”, os membros das Caixas Escolares de ambos os Grupos apareciam com seus nomes, cargos, ações, em uma disputa explícita para se promover nas colunas sociais.

A maior parte desses membros era mulheres, professoras ou esposas de profissionais liberais ou pequenos comerciantes. Suas ações em prol das crianças pobres envolviam também a Igreja, principal espaço de socialização das comunidades do interior.

As festas promovidas pela Igreja auxiliavam os cofres das Caixas Escolares. No ano de 1921, o leilão da Festa de Santa Cruz, no Alto da Ponte, obteve a quantia de 180\$700 que foram repassados ao Segundo Grupo Escolar.

A criação da Seção das Caixas Escolares estava prevista em lei e regulamentava a necessidade de recolher poupanças de alunos, que, depositadas nas Caixas Econômicas do Estado, seriam utilizadas para a ajuda de alunos pobres, na compra de calçados, vestuário e material escolar. Para saber sobre as crianças que se encontravam em idade escolar e não estavam nas escolas foi estabelecido o Recenseamento Escolar, em 1920. Na ocasião foram apontadas 230 crianças em idade escolar, em São José dos Campos, sendo que 182 estavam matriculadas em alguma escola, ou seja, 20% estavam fora da escola.²⁸⁴

A Caixa Escolar do Segundo Grupo de São José dos Campos começou as suas atividades logo após a fundação do Grupo. Uma iniciativa particular, que partiu do Sr. Manoel Rodrigues de Moraes e Sr. Elisário Guimarães Claro, e que contava com a presença de alguns distintos cavalheiros, quase todos comerciantes do bairro de Santana. A denominação adotada pelo grupo foi “Caixa Escolar Beneficente de Sant’Anna” e o objetivo desta associação, conforme o “*Correio Joseense*” era “prover auxílio material as crianças pobres que não podiam freqüentar escolas”²⁸⁵. O Sr Elisário esteve envolvido no Recenseamento Escolar juntamente com o Professor Felício Savastano, conforme cruzamento de informações que estabelecemos nos acervos. Além dessa pequena nota divulgada

²⁸⁴ Dados gerados a partir de uma nota do Jornal “O Correio Joseense” de 16/03/1920.

²⁸⁵ Jornal “*Correio Joseense*” de 23/05/1920.

no jornal local, foram emitidos ofícios ao Secretário de Negócios do Interior, à Câmara Municipal, à Liga Nacionalista, às redações dos jornais e às pessoas gradas. Na cerimônia, estiveram presentes professores e negociantes do bairro; muitos dos nomes inclusive estiveram ligados à construção da matriz de Santana, formando uma comissão para esse fim.²⁸⁶ Revelando o quão esse grupo possuía influência naquele bairro.

Todo esforço era pouco para garantir o ensino básico para a maioria das crianças, as dificuldades no ingresso e na permanência das crianças na escola iam desde os motivos financeiros, que as faziam trabalhar, principalmente na agricultura ou ainda a falta de materiais básicos para freqüentar as aulas, sem mencionar a oferta de vagas, que não atendia a todos.

Identificamos muitas estratégias traçadas por diversos grupos sociais em torno da questão educacional. Os exemplos a serem analisados contribuíram para o esclarecimento de como apoio à Educação servira para a fiscalização e o acompanhamento da educação dos filhos dos grupos subalternos, que faziam uso dessa escola, além de eventualmente contribuir para ascensão social desses sujeitos na medida em que eles se identificassem com o projeto político daqueles que os beneficiavam.

As Caixas Escolares além da arrecadação mensal dos pais dos alunos contava com o auxílio da Câmara Municipal. A arrecadação da Caixa Escolar de Santana, conforme consta no Correio Joseense, até 31 de dezembro de 1920, foi de 907\$500, dos quais foram gastos 542\$700 com 38 ternos, 143 dias de lanche,

²⁸⁶ De acordo com informações do Departamento de Patrimônio Histórico do Município durante a Exposição “Patrimônio Perdido” organizado pelo DPH, pela Fundação Cultural, a construção da referida Igreja começou 1917, para substituir a antiga, que se encontrava em ruínas. Até 1922, a mesma estava em construção. A antiga matriz foi construída pelos primeiros moradores para abrigar a Imagem de Santana, entre eles Felício José Sant’Anna, Francisco dos Santos, João Baptista dos Santos, Antônio Vieira de Souza Neves. Datava de 1883, sendo iniciada em 1869, sendo o marco de fundação do bairro. Em 28 de Outubro de 1915 uma comissão composta dos srs. Benedicto S. Ramos, João Elias de Carvalho, Miguel Eras, prof. Virgílio Rosa e Audemo Veneziani procurou o vereador Padre José Francisco Monteiro, vigário da paróquia, propondo a construção de uma nova igreja. Esta comissão tornou-se a responsável pela construção da Igreja, sendo delegado para presidente Benedito Ramos. Fez-se, então, o assentamento da pedra fundamental no dia 19 de Agosto de 1917. Com várias contribuições recebidas, por donativos e festividades, esta foi sendo construída aos poucos. Na década de 40, sob a responsabilidade do Padre Luís Gonzaga Cavalheiro, foi proposta a demolição da mesma. No final da década de 40, foi

além de impressos e de cortes de cabelo, restando o saldo de 364\$800 para o ano de 1921.²⁸⁷ Já o balancete da Associação Protetora das Crianças Pobres do Grupo Escolar Olympio Catão, arrecadou 1:078\$600 com suas mensalidades e donativos, declarando uma despesa com roupas e lanches de 476\$500.²⁸⁸

A organização das escolas submeteu-se a uma série de negociações, que merecem ser analisadas como meio de compreender as maneiras pelas quais grupos sociais distintos instrumentalizaram a educação e a escola, ora como forma de ascensão social, ora como forma de promoção social.

Com a ampliação do número de escolas, reflexo da Reforma de Sampaio Dória, quando no ano de 1921 propôs um curso aligeirado e simples nas escolas primárias, diminuiu-se sensivelmente o número de analfabetos, valendo-se de uma espécie de promoção automática nas séries iniciais e criando uma escola meramente alfabetizante, esse era o curso previsto pela Lei da Obrigatoriedade.

A aprovação da Lei de Obrigatoriedade²⁸⁹ do ensino primário do município faz parte dos reflexos da Campanha Nacional contra o analfabetismo, quando muitas associações foram criadas, entre elas a Liga Nacional Paulista que remeteu ofícios às Câmaras Municipais para que fossem criados dispositivos legais na esfera municipal a fim diminuir o número de analfabetos no Estado de São Paulo. A Câmara joseense acatou a causa e o editor do jornal “*Correio Joseense*”, manifestou otimismo diante da atitude da edilidade local e sua esperança em fazer valer a mesma “Depende agora unicamente da acção dos poderes competentes a fim de que possamos cooperar com farta messe da effectividade da lei ora votada”²⁹⁰ Uma maneira de conseguir melhores resultados através da lei foi criando premiações tanto para o alunado quanto para os

demolida, sendo substituída pela Igreja de Santana atual.

²⁸⁷ Jornal “Correio Joseense” de 25/01/1921.

²⁸⁸ Jornal “Correio Joseense” de 19/02/1922.

²⁸⁹ Embora essa lei tivesse sido idealizada por Leôncio de Carvalho, ainda no Império (1879), a sua prática foi lentamente sendo estendida, na medida em que a escola e a educação se consolidavam nas cidades. A Lei de Obrigatoriedade a que nos referimos na década de 1920 foi fruto de movimentos como a Escola Nova, a Associação Brasileira de Educação e das Ligas que reuniram a burguesia em torno de causas nacionais.

²⁹⁰ Jornal “O Correio Joseense” de 28/03/1920 p.1.

professores, de acordo com ela o melhor aluno de cada uma das escolas públicas seria recompensado por um prêmio intitulado “Estímulo”, na quantia de vinte mil réis. E aos professores, aquele que apresentasse ao fim do ano letivo o maior número de alfabetizados seria gratificado em cem mil réis.

Prevendo que a demanda fosse grande, o governo assegurou algumas medidas para contê-la. Sendo assim, as crianças de 9 e 10 anos eram prioridade e, na sobra de vagas, crianças de 11 e 12 anos poderiam ser atendidas. O terceiro e o quarto anos não eram obrigatórios e possuíam uma taxa de matrícula. As famílias que não podiam arcar com essa despesa, solicitavam através de requerimento a isenção dentro de um prazo estabelecido por lei. Só estavam dispensadas das aulas as crianças cujos pais, tutores ou responsáveis apresentassem provas e justificativas previstas na Lei da Obrigatoriedade.²⁹¹

O perímetro da obrigatoriedade tinha elementos físicos e subjetivos. Identificamos que as exceções diante dessa obrigatoriedade recaíam sobre meninos que morassem há mais de três quilômetros da escola e meninas que residissem há mais de dois quilômetros da escola.

Morar perto da área de abrangência da escola não era a única condição levada em conta para o ingresso à mesma. A capacidade física e intelectual também eram condições para a entrada na escola, só não sabemos como essas capacidades eram avaliadas. A saúde pesava no acesso dessas crianças, pois, caso sofressem de moléstia contagiosa ou repugnante, a elas não seria permitido frequentar a escola. Portanto mais uma vez os tipos de moléstias e os critérios de repugnância ou não estão nas entrelinhas, permitindo interpretações variadas.

As escolas rurais só aparecem nos jornais em uma pequena nota anual, quando se dá a publicação das datas dos exames finais, ocasião em que o Inspetor comparecia para verificar o grau de adiantamento dos alunos dessas escolas. Os Grupos Escolares apareciam quase que em todas as edições do semanário, mostrando não só a rotina cívica desses espaços como também articulações que algumas camadas sociais, como a igreja e a incipiente burguesia joseense,

²⁹¹ Jornal “*O Correio Joseense*” de 25/12/1921 e Lei de 08/12/1920, Artigo 9.º Os pais poderiam ser multados de 20 a 100\$000 ou sofrer prisão a critério da autoridade escolar.

estabeleciam com os mesmos.

O funcionamento de pequenas escolas, com grande rotatividade de professores e de alunos de maneira não sistêmica perdurou durante muitos anos. A restrição nas entrelinhas do acesso às escolas municipais, parece ter causado impacto anos mais tarde, quando um jornal local denuncia o problema da falta de professores, do aumento do número de analfabetos e da falta de vontade política de resolver a questão. Encontramos apenas dois exemplares do pequeno periódico “A Escola – órgão humorístico e literário infantil”, que ao que parece era destinado aos alunos e familiares, mas produzido por professores, pois sua linguagem apresenta-se extremamente formal. Um artigo nos chamou a atenção e parece representar o eco do otimismo pedagógico radicado na capital paulista que ganhou inúmeros adeptos ao longo da década de 20. Referia-se a que as quantias aplicadas na educação eram “avultadas” e que mesmo assim o número de analfabetos crescia:

É este em verdade o assumpto que tem feito queimar as pestanas e dar reviravoltas o espírito de muitos homens d’Estado, no afam de achar para o mesmo uma solução de effeito rapido e eficaz. Sendo este assumpto de grande importancia para nós e a todos despertando geral interesse, faremos aqui uma rapida resenha sobre o momentoso caso. Ninguem ignora e a todos nós é dado saber que tanto o governo do Estado como a União, **dependem annual e mensalmente avultadas sommas para a manutenção de innumerables e diversas escolas, urbanas e ruraes.** Principalmente nesta cidade existem diversas dessas escolas, sendo que há dias **foram creadas mais duas e entretanto o numero de analphabetos cresce cada vez mais**, havendo neste municipio nove ou dez escolas districtaes vagas. Imaginem dez escolas no maior abandono e as pobres creanças privadas de receber os beneficios da instrucção, por meio da qual possam um dia virem-se livres do malfadado jugo da ignorância! Mas, perguntamos nós: por ventura, não poderá o governo do estado ou quem faz suas vezes ordenar novamente o provimento dessas escolas dando as pobres creanças o **incontestavel direito que lhes assistem de frequentar as suas aulas diariamente?** Cremos que pode. Si porem o governo não quer ou não pode provel-as por falta de verba, então há outro meio que consiste em supprimir certas verbas, empregadas em algum

empreendimento de pouco interesse a causa publica e applical-a na manuttenção de escolas e de outros estabelecimentos de ensino – por certo actualmente vagos – que **é uma das cousas mais necessárias à humanidade em geral**. Assim procedendo o illustre homem que tem nas mãos as redeas de poder governamental, será mais uma vez digno da gratidão publica e o seu glorioso nome, será alvo dos mais justos e incondicionaes applausos.²⁹² (*grifos nossos*)

A distribuição dos cargos públicos na pasta da educação estava permeada de interesses e acordos. A instalação do Grupo Escolar de Santana foi possível graças à doação de um terreno. Documentos sobre a doação do terreno não foram encontrados, mas a reivindicação por indenização anos mais tarde foi encontrada nos jornais. Curiosamente, o sobrenome ²⁹³da família que havia doado o terreno era o mesmo de um dos inspetores municipais de ensino.

Teria sido uma troca de favores políticos que posteriormente transformara-se em desavença? Tal fato não seria impactante, caso tivéssemos tempo para levar adiante essa hipótese, afinal os cargos relacionados aos serviços públicos de um modo geral, em especial a educação, foram tornando-se específicos e exigindo profissionalização aos poucos.

Os cargos públicos da educação foram ampliando-se, pelo aumento de escolas e pela complexidade que elas passaram a representar, envolvendo novas figuras como o diretor, o servente, o porteiro, a merendeira, os professores de disciplinas específicas. No início do século XX, tais cargos ficavam sob responsabilidade de muitas pessoas que não tinham a formação do magistério, até por que a profissionalização do magistério foi um processo lento, por isso era comum a presença de leigos, principalmente nas escolas rurais. No caso de São José, a primeira escola de formação de professores foi inaugurada em 1929. Antes disso, os futuros professores necessitavam dirigir-se a Campinas, Guaratinguetá ou à Capital para fazer o Curso Normal.

A Escola Normal Livre de São José dos Campos pode ser considerada a última obra articulada sob liderança do Coronel João Alves da Silva Cursino.

²⁹² Jornal “A Escola” de 25/05/1919 p. 01

Mesmo com a dissidência do Partido Republicano²⁹⁴, o Coronel Cursino continuou estabelecendo alianças, sendo desligado do poder em função do cenário político de 1930.²⁹⁵

Na ocasião da sessão de 23/11/1929, no salão nobre da Câmara Municipal, o Coronel Cursino propôs a criação de uma Sociedade Civil denominada “Escola Normal Livre de São José dos Campos”²⁹⁶. Foram quarenta os membros da reunião, entre eles médicos, o vigário e comerciantes e fazendeiros, com o intuito de:

criar, manter e fazer funcionar com toda regularidade uma escola normal livre, nos moldes e nos termos da lei do Estado de São Paulo sob o n.º 2269, de 31/12/1927, a fim de preparar pessoas de ambos os sexos para o professorado público das escolas primárias do Estado²⁹⁷.

Uma comissão nomeada pelo Coronel João Cursino, formada pelos Doutores Nelson Silveira D’Avila, Adelmar Ferreira e Antônio de Paula Ferreira, ficou

²⁹³ O Sr Lindolpho Sant’Ana em inspeção no ano de 1919 no Bairro do Butá.

²⁹⁴ Em 1925 começou a dissidência, João Cursino não conseguiu seu almejado cargo de deputado da Assembléia. O Partido Republicano local passa a denunciar através do jornal Correio Joseense a administração autoritária e os favorecimentos pessoais. As novas alianças do Coronel Cursino acontecem principalmente com os médicos que chegam a São José dos Campos nesse período (fase sanatorial). Nelson D’Avila foi aliado político de Cursino. O Partido Democrático em SJC foi formado pelos ex-aliados de Cursino: Capitão José Dellias, Capitão Antônio Fernandez Cruz, Coronel José Monteiro, principalmente comerciantes antigos.

²⁹⁵ A década de 20 foi marcada por uma predominância política no cargo da presidência, exercida por mineiros e paulistas, essa alternância foi denominada de política do café-com-leite. Além disso uma crise provocada pela existência de projetos diferenciados, como por exemplo as elites civis defendendo uma descentralização e os militares uma centralização do poder, somada à crise de 1929 e o descontentamento popular, ameaçaram a hegemonia paulista e mineira no cenário nacional. Nas eleições de 1930 esperava-se por parte do Governados Washington Luís, a indicação de um candidato mineiro, mas isso não ocorreu, sendo indicado outro paulista Júlio Prestes. Alianças políticos entre estados sinalizaram apoio ao candidato gaúcho (Getúlio Vargas) que teve seu candidato à vice, assassinado. A Posse de Prestes não acontece. Getúlio assume o Governo Provisório. Período marcado por decretos, sem a existência do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras Municipais. Foram nomeados interventores para os Estados e juntas para as Administrações municipais. O Governo provisório de Vargas aprovou como Junta Governativa de SJC: Dr Rui Dória, Arnaldo Cerdeira e Austin Tibiriçá.

²⁹⁶ As Escolas Normais em 1920 no Estado de São Paulo eram em número de 10, sendo 9 delas com cursos de 3 anos de duração e a Escola Normal da Praça da República (Caetano de Campos) de cinco anos de duração. A III Conferência Nacional de Educação (1929) debateu sobre o Ensino Normal e propunha que a formação de professores fosse entregue a particulares sob o argumento do alto índice de analfabetismo no país. O Estado de São Paulo havia se antecipado nessa discussão e deixou aberta a possibilidade de abertura de Escolas Normais particulares ou municipais.

²⁹⁷ Ata de Constituição da Escola Normal Livre de São José dos Campos. Acervo Escolar da

encarregada de regidir os estatutos da Sociedade e providenciar o reconhecimento da mesma junto ao Governo do Estado de São Paulo. A segunda Assembléia aconteceu no intervalo de dois dias, sendo os Estatutos da Sociedade Civil Escola Normal Livre de São José dos Campos aprovados sem objeções. A Diretoria da Sociedade²⁹⁸ foi votada conforme previsto no Estatuto, o primeiro presidente eleito foi o Coronel João Cursino.

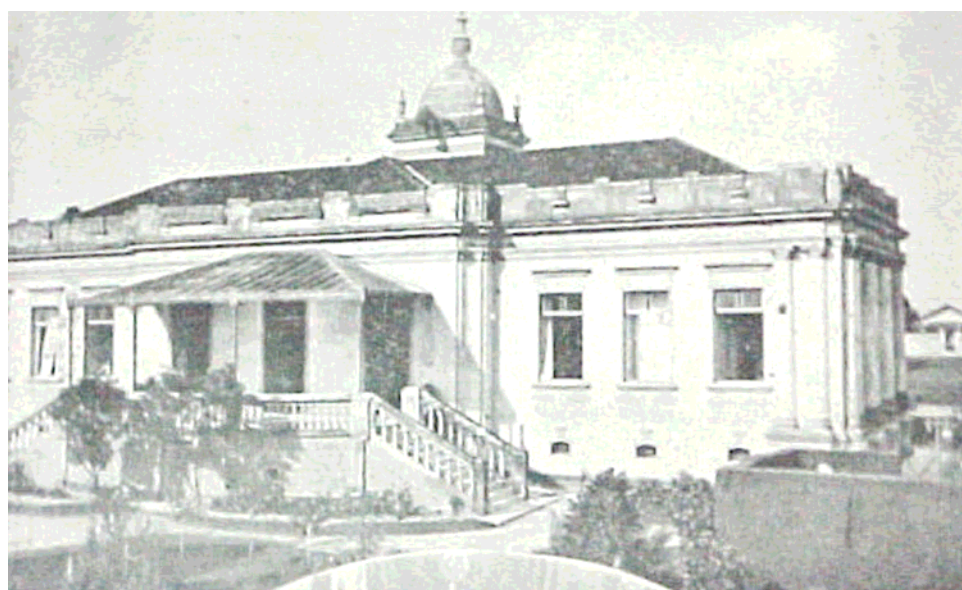


Fig.29 Jardim interno e varanda dos fundos da Câmara Municipal (Escola Normal)

O prédio escolhido para a instalação da Escola Normal foi o mesmo em que já funcionava a Câmara Municipal²⁹⁹. A presidência votou a aprovação de três vagas gratuitas, sendo uma para o sexo masculino e duas para o feminino “aos quais sejam de reconhecida pobreza e revelem capacidade para os estudos”³⁰⁰.

Ser professor representava muito, na época; o magistério, na primeira metade do século XX, passa a representar prestígio social e praticamente ser carreira

Escola Estadual João Cursino. 23/11/1929.

²⁹⁸ Conforme Ata da terceira Assembléia (26/11/12929) foram eleitos: Presidente: Coronel João Alvez da Silva Cursino, 1.º Vice-Presidente: Dr Néelson Silveira D’Avila, 2.º Vice-Presidente: Dr Ademar Ferreira, 1.º Secretário- Mário de Araújo César, 2.º Secretário – Donato Mascarenhas Filho, 1.º Tesoureiro – Antônio da Silva Santos, 2.º Tesoureiro- Elisiario Guimarães Claro, 1.º Bibliotecário- Antônio de Paula Ferreira, 2.º Bibliotecário- Joaquim Figueira de Andrade.

²⁹⁹ Ata da Sessão da Câmara Municipal de São José dos Campos, Lei n.º 217 de 30/11/1929.

³⁰⁰ Ata da quarta Assembléia Extraordinária 30/11/1929. Acervo Escolar da EE João Cursino.

quase que obrigatória para jovens abastados ou aqueles que desejassem ascensão social:

Nessa época, a Escola Normal era a “escola onde os pais punham suas filhas para uma educação completa e bem orientada, mesmo que, ao depois, não se dedicassem elas ao magistério: estavam bem preparadas para o matrimônio também. Os rapazes, cujos haveres não lhes permitiam cursar o ginásio, faziam a Escola Normal como um meio de se prepararem, culturalmente, para ingresso na escola superior e, profissionalmente, para irem ensinando, enquanto não terminavam seus estudos profissionais posteriores³⁰¹

A feminização do magistério constitui objeto de pesquisa de vários autores que em geral abordam como, no final do século XIX, um discurso que propunha diferenças naturais entre homens e mulheres, acabou por legitimar e fazer delas as responsáveis pela educação e socialização das crianças. A moralização da sociedade era aspiração dos homens ilustrados da época. Procurava-se balizar o comportamento social e emocional dos homens por rígidos padrões. E a mãe, primeira educadora dos filhos, era naturalmente a primeira a influenciar o comportamento da prole.³⁰²

A criação da Associação Protetora das Crianças Pobres foi uma expressão de como a sociedade jossense se mobilizava em torno da educação e da importância do papel feminino para as articulações de cunho social e, por que não, político. A começar pelo nome da Associação, que na ocasião estava diretamente ligada ao primeiro Grupo Escolar. Chamou-nos a atenção pelo seu caráter assistencialista e, ao mesmo tempo, paternalista. Cada uma de suas ações era acompanhada passo a passo e registradas nas colunas dos jornais, desde a data de suas reuniões às suas decisões. A segunda reunião noticiada pelo Correio Joseense mencionou os nomes dos presentes e as suas doações. Toda essa descrição minuciosa ocupava parte de uma coluna do jornal local, que na época constava de quatro páginas, o que

³⁰¹ Apud: MARCÍLIO, M. L. (Op Cit) p. 219 - RUDOLFER, Noemi Silveira. Escola Centenária.

³⁰² Ver: SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. Profissionalização do Magistério Feminino: uma história de emancipação e preconceitos. Revista da Associação Nacional de Pós Graduação e

evidencia o quão se tornava visível todo e qualquer ato em prol dos pobres da cidade:

A Senhora Cassilda Galvão, ofertou aos alunos pobres 2 ternos de brim, 1 terno de casemira, 1 boné azul marinho, 1 gorro azul marinho, 2 palhetas, 3 ceroulinhas, 1 camisa e para as meninas 1 vestido preto de lã, 2 vestidos claros, 2 camisas, 1 corpete de lã, 3 calças, 4 saias brancas, 6 blusinhas, 2 casacos para frio, 2 pares de sapato, 1 saia de lã³⁰³ como a compra de peças de brim ou chita para as suas ofertas aos “pobres”.³⁰⁴

Além das professoras e professores, algumas senhoras e senhoritas faziam parte da diretoria da Associação Protetora das Crianças Pobres. Percebemos que as famílias influentes da cidade faziam se presentes no espaço escolar e imprimiam as suas marcas de bons cristãos. É interessante inclusive refletir sobre o modelo de educação e a posição que era destinada às mulheres, percebendo como havia determinação de papéis sociais, cabendo a elas representar seus pais e maridos nas atividades sociais.

A pobreza ora é apresentada como uma oportunidade para praticar as virtudes cristãs, ora como um caso de polícia. A prática pública da caridade é feita pela igreja, pelo Estado e pelas pessoas distintas da cidade.

Da primeira reunião entre professores do Primeiro Grupo Escolar para a fundação da Associação, o discurso cristão embasou a ação do grupo, ao descrever a sociedade joseense como uma sociedade “prompta em auxiliar as boas obras, máxime quando se trata de um empreendimento como este, cujo fim é a prática da caridade, o mais sagrado e grandioso preceito do Christianismo”³⁰⁵. Ao mesmo tempo, um apelo ao delegado de polícia solicitando providências para por fim à mendicância: “muitos indivíduos que por ahi andam explorando a caridade publica”³⁰⁶. Uma distinção entre os pobres existia, pelo menos na imprensa:

Pesquisa em Educação. 23ª reunião anual. Caxambu – MG: 2000.

³⁰³ *Jornal “Correio Joseense”* 06/03/1920.

³⁰⁴ *Jornal “Correio Joseense”* 06/03/1920.

³⁰⁵ *Jornal “Correio Joseense”* 06/03/1920.

quanto aos verdadeiros pobres, aquelles que efectivamente precisam e devem ser socorridos pela caridade pública, devemos nos empenhar o mais possível para amenizar-lhes os soffrimentos, dando-lhes pão e roupa ³⁰⁷.

Várias Comissões exerciam funções assistencialistas. Encontramos registros de atividades como o Asilo de Mendigos e a Casa de Caridade.

Nas escolas, a prática da caridade, ou melhor dizendo, as associações de auxílio mútuo, funcionavam com uma arrecadação voluntária, geralmente mensal. O que nos inquietou ao longo da pesquisa foi a grande “publicidade” em torno das arrecadações e benfeitorias, que na prática serviam para reforçar a representatividade e prestígio de algumas famílias.

Identificamos dois grupos atuando nas chamadas Caixas Escolares, um ligado à região central, angariando fundos para os alunos matriculados no Primeiro Grupo Escolar “Olympio Catão” e outro atuando no então bairro de Santana, responsável por assistir às crianças do Segundo Grupo Escolar. Ambos marcavam presença em “*O Correio Joseense*”. Seria por motivação de alguma lei específica ou simplesmente por uma disputa interna da cidade na busca de promoção política e social de algumas famílias que pareciam fazer da escola uma vitrina? ³⁰⁸

A dificuldade de encontrar documentos específicos sobre a regulamentação da Caixa Escolar, seja em arquivos de grande porte ou nos acervos escolares, parece manter essa interrogação na pesquisa. O discurso utilizado por esses grupos, pelo menos nos jornais, constitui nossa principal

³⁰⁶ *Jornal “Correio Joseense”* 28/05/1920.

³⁰⁷ *Jornal “Correio Joseense”* 28/05/1920.

³⁰⁸ Certeau ao trabalhar as estratégias de demarcação, nos relatos de espaço cotidiano, tocou nas questões da multiplicação das “histórias de família” e das “biografias” como meios de legitimar algumas práticas sociais e abrir campos de atuação. “pouco a pouco desancoradas dessas histórias particulares, justificações públicas transformadas em boatos cegos se mantem no entanto ou ressurgem, selvagens, nos confrontos de classes ou nos conflitos. Polivalente, enfim, porque a mistura de tantos micro-relatos lhes atribui funções que variam ao sabor dos grupos onde circulam. Essa polivalência não toca entretanto as origens relacionais da narratividade: o antigo ritual criador de campos de ações pode ser reconhecido em cacos’de relatos plantados em torno de limiares obscuros de nossas existências; esses fragmentos escondidos articulam inconscientemente a história ‘biográfica’ cujo espaço fundamentam(...) todo poder é toponímico e instaura a sua ordem

ferramenta para compreender a atuação dessas camadas sociais.

A pequenina semente lançada ao seio da sociedade santannense encontrou, como era de se esperar, bom terreno e hoje a árvore formada em pouco mais de um mez frondeja robusta abrigando sob seus galhos protectores um punhado de meninos pobres³⁰⁹.

Na seqüência, consta um agradecimento aos negociantes do bairro de Santana: Pedro Rachid e Benedito Ramos, cujas contribuições permitiram a confecção de 12 terninhos de brim “para cobrirem a nudez de outros tantos meninos que o seu estado de pobreza negara-lhe receber instrução (...) e a confecção foi feita gratuitamente por distintas senhoras do nosso escol social”.³¹⁰ Pode-se dizer que em todo estado de São Paulo, foram creadas associações dessa natureza, mantendo-se condignamente; e facultando a disseminação do ensino a esses infelizes, sem roupa e sem pão³¹¹.

Para ajudar aos pobres eram promovidas festas, bazares, quermesses, leilões e festivais. É interessante notar que, mesmo com a tendência ao ensino laico, advindos dos ideais republicanos, em São José dos Campos a presença da igreja na escola e vice-versa foi constante. Nos eventos promovidos, deixar de mencionar o nome de algumas pessoas era um sério risco que os redatores corriam, tendo de lidar com as queixas que, em seguida, recaíam à redação do jornal. Cada uma das doações ou concessões feitas deveria ser cuidadosamente relatada, na ocasião um grande festival em favor dos alunos pobres do Primeiro Grupo Escolar, parece mais uma vez reforçar o quanto a educação era vista como uma oportunidade de prestígio e *status*. Ecos de uma solenidade noticiada pelo “*Correio Paulistano*” foi motivo de descontentamento:

a noticia incerta de Correio Paulistano pelas ommissões injustificadas que fez deixando de mencionar o concurso valioso dos emprezarios do Theatro São José, cedendo

de lugares dando nomes” ver: CERTEAU, M. p. 211 e 216.

³⁰⁹ Jornal “Correio Joseense” 16/05/1920.

³¹⁰ Jornal “Correio Joseense” 16/05/1920.

³¹¹ Jornal “Correio Joseense” 23/04/1922.

essa casa de diversões, bem como a sua optima banda de musica, para abrilhantar a festa, e ainda, o absoluto silencio sobre a comissão de distintas senhoras promotoras desse, certamente causou desgosto e mereceu a critica da opiniao publica ³¹².

Toda essa publicidade estava diretamente relacionada à instrumentalização do espaço escolar por grupos sociais, isto tanto em relação aos Grupos Escolares, quanto as Escolas Reunidas ou Isoladas.

Outra questão que não podemos esquecer refere-se ao direito ao voto, que só era possível aos alfabetizados; portanto, à medida que o número de vagas das escolas aumentou houve também um crescimento significativo do número de eleitores. A notícia de que o Juiz de Direito da Comarca de São José teve de dividir a mesma em cinco seções de eleitores indica o aumento de alfabetizados.³¹³

Ao propor uma análise da escola como um espaço de práticas de caridade e de disputa pelo poder, na verdade buscamos elucidar as tensões sociais que estavam no seio da sociedade envolvendo a questão educacional. Ora no espaço escolar propriamente dito, ora na Câmara Municipal, ora na imprensa, nos deparamos com querelas diversas, de cunhos pessoais, revelando apadrinhamentos, acordos e desavenças.

À medida que aumentou o acesso de pessoas à Educação, criou-se também a necessidade de diferenciar a educação a ser oferecida. O que não quer dizer que a partir da instalação do externato São José as camadas mais abastadas tenham abandonado definitivamente os bancos dos Grupos Escolares, mas é inegável que se, naquele momento histórico, somente havia na rede pública a oferta do curso preliminar, ou seja, primário, a continuidade dos estudos esbarrava diretamente na questão financeira, criando assim uma divisão entre ricos e pobres através do grau de instrução.

Assentadas as primeiras poeiras da primeira República, temos no relatório

³¹² Jornal “Correio Joseense” 24/07/1921.

³¹³ Jornal “Correio Joseense” 10/02/1924. As eleições eram organizadas no espaço do Primeiro Grupo Escolar de São José e eram utilizadas cinco salas para a votação naquela época.

do inspetor sanitário João Flório, ao visitar vários prédios públicos joseenses, entre eles as escolas, evidenciou a disparidade e o estado lamentável das escolas públicas, em relação ao Externato São José e à Escola Normal.

Sobre o Externato São José, João Flório, além da descrição física, deixou como observação que as ótimas condições de higiene e boas condições de alimentação ocorriam em virtude dos alunos pertencerem a famílias de bons recursos pecuniários. Enquanto que para o Primeiro Grupo Escolar de São José “Olympio Catão” ele registrara: más condições de higiene e de alimentação, ressaltando que “existe grande interesse por parte da Diretoria em melhorar as condições de higiene do estabelecimento, tudo dependendo das altas autoridades”³¹⁴. Quanto ao segundo Grupo Escolar de Santana, Flório relatou que embora o mesmo tivesse prédio próprio, “as condições de higiene eram sofríveis, apesar da grande campanha desenvolvida pela direção da casa e do corpo docente”.³¹⁵

A Escola Pública tornara-se um local por onde aqueles que desejavam se instruir passavam. O inspetor João Flório deixou registradas suas queixas sobre a falta de dados estatísticos sobre a Educação no município. Através de suas fichas, conseguimos ter ao menos uma idéia sobre como estavam distribuídas as vagas das escolas centrais. Se considerarmos somente a zona urbana, num total de 1864 alunos matriculados, apenas 361, ou seja, 19,36 % avançavam além do primário, evidenciando o quão restrito era esse acesso aos níveis mais elevados de ensino, ficando a maioria da população com o ensino primário.

³¹⁴ FLÓRIO, João. Relatório de Inspeção Sanitária de São José dos Campos, 1930. Arquivo Público Municipal. Páginas 95 a 97

³¹⁵ FLÓRIO, João. Relatório de Inspeção Sanitária de São José dos Campos, 1930. Arquivo

Considerações Finais

A educação no Brasil durante todo o século XIX foi marcada por uma política descentralizada, não havendo professores habilitados nem espaços destinados às práticas do ensinar e do aprender.

Independentemente das condições financeiras da população, já que a República tinha como preocupação o formar cidadãos e a nação, no final do século XIX e início do XX, a educação passou a ser discutida e pensada como uma necessidade. O estabelecimento da primeira lei de obrigatoriedade do ensino (1879) não assegurou a frequência das crianças nas escolas, por uma série de motivos como falta de material escolar, distância das escolas, precoce ingresso no mundo do trabalho, falta de professores, entre outros. Esse quadro não trata de uma especificidade local; ao contrário, era generalizado, fazendo da educação um privilégio para poucos.

Com a descentralização do poder, advinda da República, o Estado de São Paulo diante da sua prosperidade cafeeira, industrial e comercial, assistiu a um crescimento populacional tanto no campo como nas cidades. Estas últimas foram se tornando laboratórios onde sucessivos experimentos visavam a tornar aquele espaço moderno e salubre. São Paulo sai à frente criando Reformas Sanitárias e Educacionais que foram, na medida do possível, seguidas por outros Estados.

Nosso recorte cronológico contém duas destas Reformas Educacionais. As expectativas criadas nem sempre foram atingidas em sua totalidade, mas imprimiram marcas que até hoje estão presentes na memória da população. A terminologia Jardim-de-Infância e Grupo Escolar foram algumas das heranças deixadas pela Reforma de 1892, que persistiram até recentemente.

Tanto os idealizados Grupos Escolares como as Escolas Normais, trouxeram consigo um novo conceito de escola, com prédios específicos, espaços destinados para cada tarefa a ser realizada. No entanto, esse projeto tinha um custo que exigiu flexibilidade das autoridades. Contudo, a oferta de escolas públicas revelava uma grande contradição entre a escola que se queria (Templos

de Civilização) e a que predominava (escolas improvisadas herdadas do Império).

Quanto à formação de professores, não foi diferente. Na ausência de vagas nas Escolas Normais, e mesmo na falta deles, alunos das Escolas Complementares adquiriam habilitação para ministrar aulas.

Os Grupos Escolares se instalaram nas cidades com certo potencial econômico e, cidades mais acanhadas, como era o caso de São José dos Campos, as Câmaras Municipais arrendaram e adaptaram algumas residências em convênio com o Governo Estadual. Essas diferenças, no ato da instalação, refletia-se também na infra-estrutura dos Grupos e na manutenção deles.

Atropelos na tentativa de implantar o paradigma do Grupo Escolar foram sentidos em São José dos Campos, sendo a história do Grupo Escolar Olímpio Catão marcada por interrupções de atividades e precariedade de recursos. Mesmo assim, o Grupo Escolar adquiriu relevância para a sociedade local. Ser o diretor do grupo ou mesmo professor, eram atividades de prestígio. Seus representantes estavam entre os freqüentadores das cerimônias oficiais e era uma dentre as instituições que representava a sociedade local.

Tanto a mudança do Regime, quanto a separação entre a Igreja e o Estado, não foram aceitos com naturalidade; sentimentos de nostalgia e conflitos de idéias marcaram o início do século XX. A Igreja não se afastou da política, pelo menos localmente, a política dos coronéis deu a ela um lugar e assim obteve uma parceria testemunhada pela imprensa.

As famílias mais abastadas, exercitando a moral cristã e ao mesmo tempo ganhando reconhecimento e prestígio na cidade, desenvolveram muitas atividades na cidade. A Caixa Escolar foi uma dessas atividades, servindo como uma espécie de vitrina da elite local. No entanto, as Caixas Escolares atuavam dentro dos Grupos Escolares. Em nenhum momento encontramos registro dessas atividades nas escolas isoladas, deixando evidente que seu foco de interesse era estritamente urbano. Ao mesmo tempo, a maioria da população estava na zona rural e as escolas nesta área também podiam ser consideradas símbolos do progresso, do amor à instrução e ao mesmo tempo da benevolência do fazendeiro que a promovia. Após a Primeira Guerra Mundial, São José dos Campos, aderiu a ondas

de nacionalismo promovidas por grupos abonados que se promoviam em torno de ideais nacionais. A implantação de dois Tiros de Guerra, do Grupo de Escoteiros, Liga da Tuberculose e Fundação de Associações de Socorro Mútuo, refletiu na cidade e nas escolas.

A Educação, portanto, constituiu palco de disputa de interesses e de promoção pessoal durante um longo período de sua existência. A demanda por escolas sempre existiu em São José dos Campos, mas a articulação para a implantação e manutenção delas sempre beneficiou grupos distintos. Os menos favorecidos, reconhecendo o espaço escolar como um direito e uma necessidade vital para a sua ascensão social, passavam pelos bancos escolares, estrategicamente fazendo uso das táticas dos benfeitores, fazendo o jogo que estava posto por eles.

A Educação é assunto complexo, um universo a ser explorado. Nosso esforço diante desta pesquisa pode ser resumido em compreender como se processou a educação pública no município de São José durante a primeira República. Diante de um vasto corpo documental e a ausência de um interlocutor anterior, optamos por contemplar essas diferentes fontes sob a ótica do cotidiano dessas escolas, identificando as ações que foram tomadas no sentido de criar e manter escolas no município. Nesse sentido contemplamos os relatórios de professores e de diretores, correspondências diversas e os jornais locais. Deixamos a análise das fontes iconográficas para um próximo trabalho. Inúmeras combinações de recortes foram sendo feitos e refeitos ao longo dessa empreitada, ficando decidido pelo que ao nosso ver contemplou o maior número possível de segmentos sociais: fazendeiros, comerciantes, profissionais liberais, professores, padres e coronéis, usando como pano de fundo a escola.

A nossa data limite no recorte cronológico estabelecido, constitui, a partir de agora, um ponto de partida para uma nova empreitada, cujo objetivo será o de compreender através das escolas o trinômio: Deus, Pátria e Família. No período de 1889-1930 conseguimos compreender movimentos sociais que reforçaram o papel da Igreja e sua (re)aproximação com o Estado e a inculcação de valores nacionais através do cotidiano escolar, o que conseqüentemente resultaria num

modelo familiar idealizado, formando cidadãos e bons cristãos. Perseguir como essa movimentação no entorno da escola perpassou pelos currículos, programas e atravessou décadas é um novo desafio.

Falar de escola hoje é obviamente falar de um espaço público, freqüentado por crianças de ambos os sexos, organizadas por séries, com uma estrutura administrativa complexa e com muitos professores. A falta de material e infraestrutura ainda é recorrente, mas essa escola que conhecemos atualmente se mostra vitoriosa sob o ponto de vista de uma unidade dentro de uma rede que admitiu ao longo de sua história os pecados na uniformização ou total abstinência dela, mas que principalmente errou na descontinuidade do que estava dando certo em nome de uma economia que hoje se mostra vã.

A Educação até hoje está presente em discursos políticos, na imprensa, na fala dos intelectuais. É um assunto pertinente na agenda pública. O aumento de vagas e a democratização da escola foram ao longo do tempo sucateando uma estrutura que já era bastante frágil e conflituosa. O hiato que temos hoje entre o Ensino Básico e o Superior são heranças desse modelo educacional, que buscou sempre exemplos externos e privilegiou sempre os níveis mais elevados de ensino, em detrimento daquele que se diz “básico”, formando um exército de “cidadãos de papel”¹.

¹ A expressão Cidadão de papel é de autoria de Dimenstein. Ver: DIMENSTEIN, Gilberto. O cidadão de papel A infância, a adolescência e os Direitos Humanos no Brasil. SP: Ática, 2002. 20.^a Edição.

Anexo A
Mapa de Movimento de 1829

Matricula dos Alunos, que tem comparecido, e comparecem na Escola Particular de Primeiras Letras, gíastica da Villa de S. Jose, cuja aula principio aos 28. dias do Mes de Agosto. de 1828. pretérito, ante o presente de 1829. Existendo nesta Si. a favor de cujo see Professor Jose Joaquim de Magalhães. Cujos say na conformidade das Ordens do Ex. S. Senhor Vice Presidente desta Provincia de S. Paulo. Hoje 31. de Julho d. 1829.

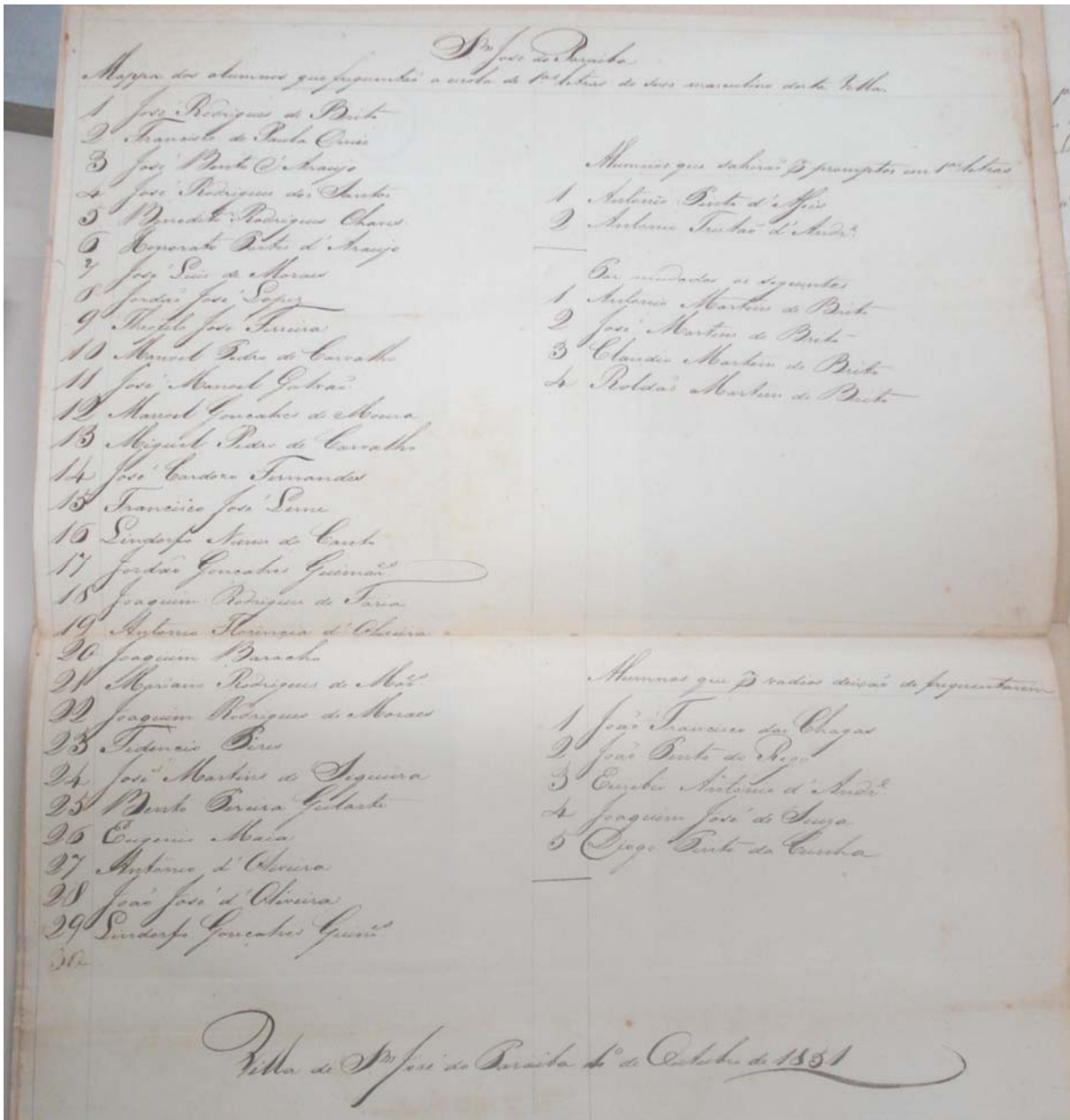
Seus Nomes, e Cognomes.		X	Seus Nomes, e Cognomes.	
Alunos da Escola, que existem matriculados.	1.º Joaq.º Peirã Pereira.	Alunos da Escola, que não existem matriculados.	1.º Jose Bento de Ar.º	
	2.º Maximo Peirã.		2.º Bebrano de Ar.º	
	3.º Manuel Peirã.		3.º João de Araujo.	
	4.º Francisco de Souza.		4.º Antonio Peirã Pe.º	
	5.º Jose Peirã.		5.º Jose Caet.º Mascarenhas.	
	6.º João Leme.		6.º Manoel Pinto da C.º	
	7.º Antonio Leme.		7.º Theodoro Pinto.	
	8.º Jose Picudo de Brito.		8.º Antonio Fortado.	
	9.º Jose Joaq.º de Aguiar.		9.º Jose Felis Pixoto.	
	10.º Jose Gonçalves Guim.º		10.º Fri.º Jose de Brito.	
	11.º Antonio Pinto.		11.º Manoel Pereira.	
	12.º Francisco Peirã.		12.º Jose Pereira.	
	13.º Anacleto Lopes.		13.º Jose Jacinto d'Almeida.	
	14.º Benedito das.º V.º		14.º Manoel Jose Vieira.	
	15.º Jose Caetano d'Ar.º		15.º Francisco Fra.º de.	
	16.º Getrudes Antonio.		16.º Salvador Fra.º de.	
Minimas Particulars.				

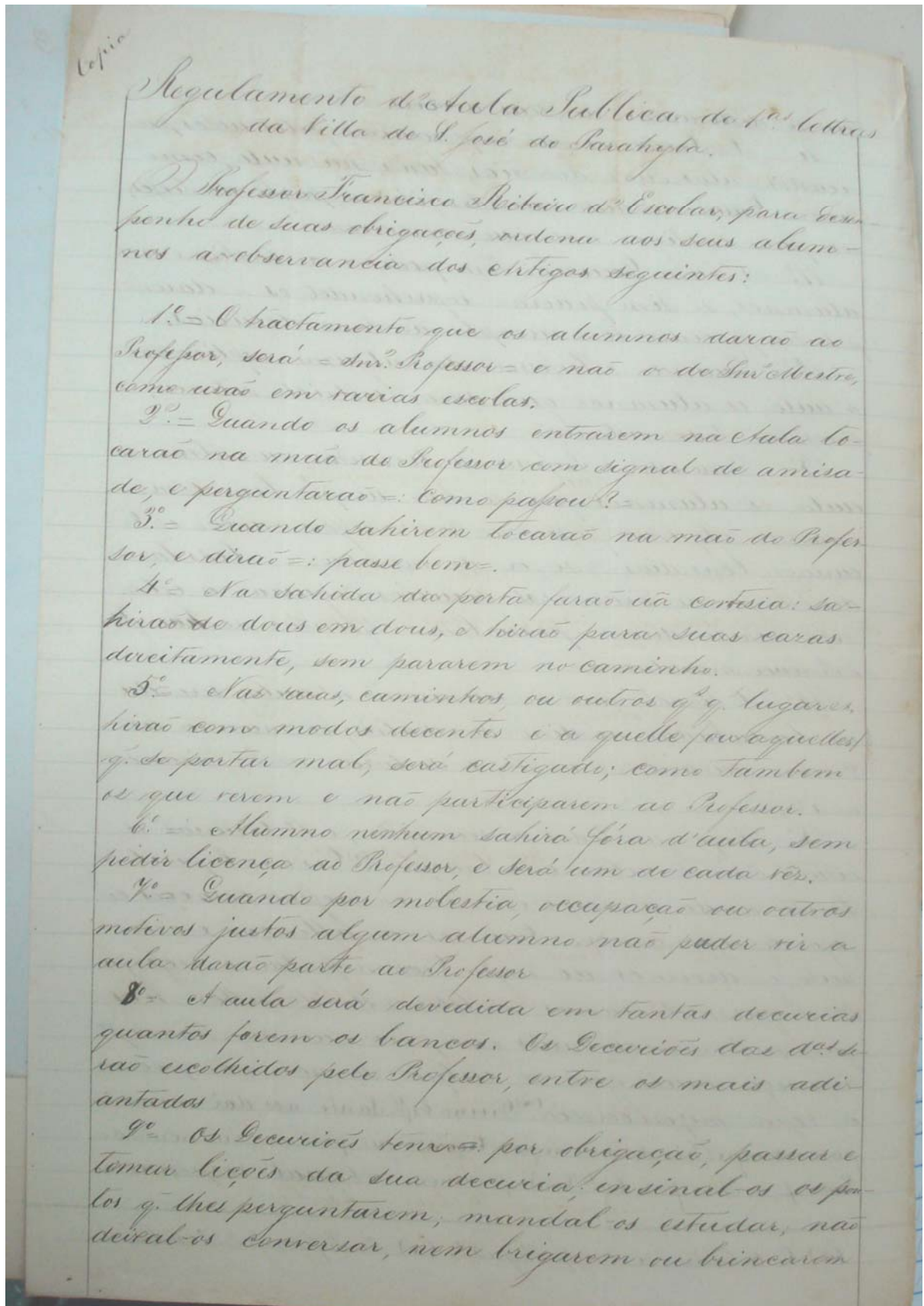


O Professor Jose Joaq.º de Magalhães

Anexo B

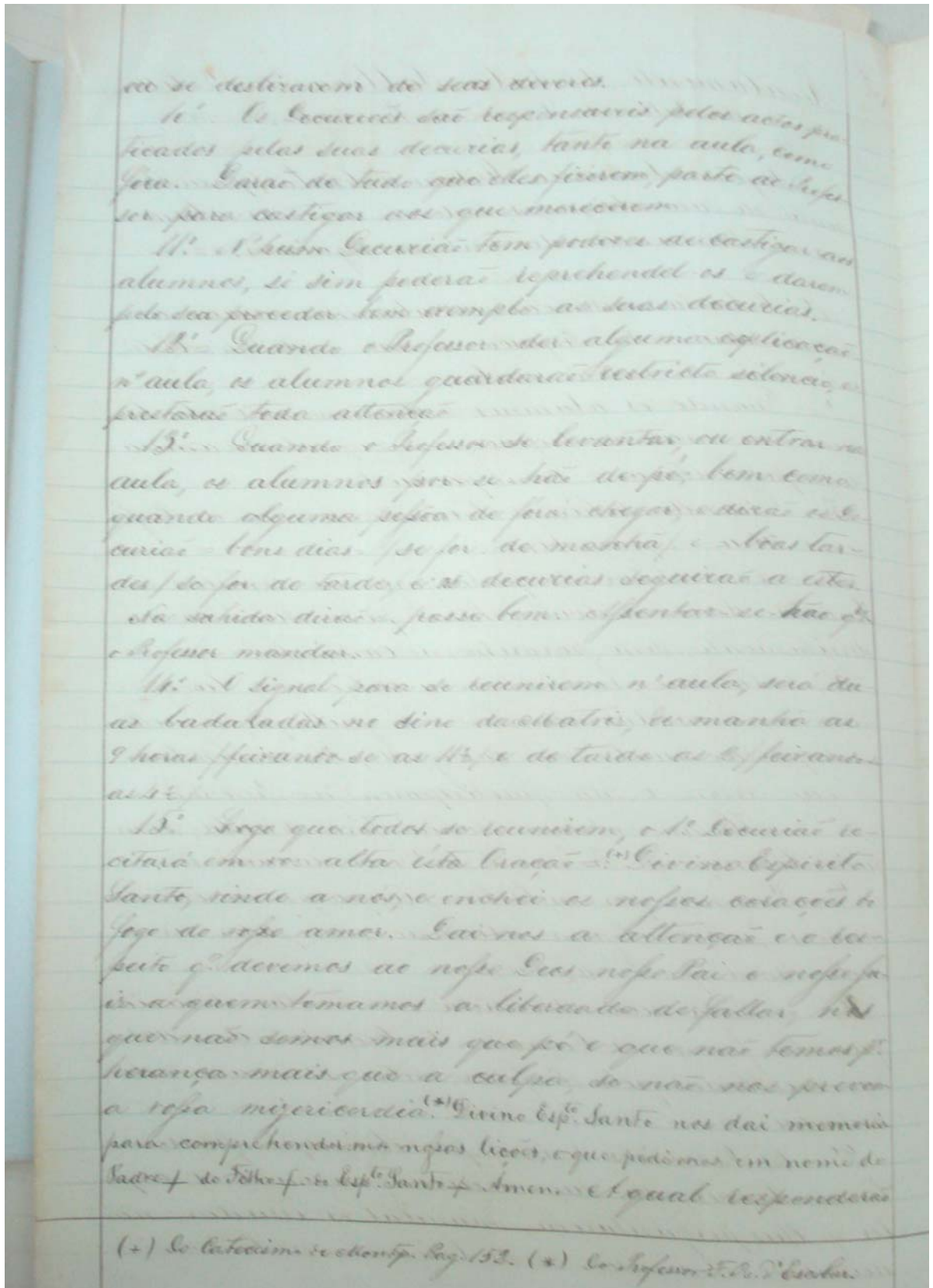
Mapa de Movimento (1851)





Anexo D

Regulamento da Aula Pública (1852) Página 2



Anexo E

Regulamento da Aula Pública (1852) Página 3

os cubos, também em ser alta, e catada a tra-
ca e cuidarão em escrever por que escreverem e os
Lecções arrecadadas as escriptas de suas decu-
rias, e se algum faltar d'as entregas tomarão
nota para a apresentarem ao Professor com as es-
criptas arrecadadas. E depois sentir se há a
cumprir e que marca os ch. 9.º e 10.º as aulas de
darem lições para o 1.º Lecção a chamada dos
alunos pp. uma edocação em ser alta e entendi-
vel, de cada nome dirá e chamado presente e
se faltar tomarão nota dando uma requinha pa-
pendicular no lugar competente. Fimdo esta princi-
piar o 1.º Lecção a dar lição e seguir se ha os cu-
tos, estes as decurias, e o depois das lições, sendo las-
tigados os q. errarem e premiados os q. merecerem, fa-
hão entregue os Lecções, das escriptas a seus donos,
mostrando a estes os erros q. estiverem emendados &c.
Segue se ha a rezar a Salve Rainha, effuecida a
A. S. do Amparo, Padroeira da escola, e o depois um
Salve noje e Ave Maria de Bem dicto, principian-
do com o signal de Christão. e pensar se há
para sahirem como marca o ch. 3.º

Art. 16.º Nos sabbados de manhã será decidida
a aula em duas Provincias Minas e S. Paulo para
os argumentos, havendo Residentes, secretarios &c em
ambas Provincias, cujos postos recairão nos que fo-
rem dignos pelos seus saberes, seu comportamen-
tos e suas applicações aos estudos. Haverá uma
bandeira em cada Provincia e a quella que
vencer levará ambas bandeiras e irá o Presi-
dente vencido com todos de sua Provincia a com-
panhar o Residente vencedor a Te sua casa.

Nos sabbados haverá promoção para os alum-
nos que se distinguirem nos argumentos, e se-
rão rebairados os que se mostrarem fracos. De

saída o Professor perguntará aos alumnos = e mede
d'ajudar a ellisa = e outras doutrinas ensinadas
no decurso da semana e ensinarão as que não
substam com as explicações, tem sempre as reflexões
e civis e moraes e regra da civilidade (Cate. 1.ª),
as quaes os alumnos serão obrigados a estudar
para responderem quando forem pergun-
tados. Cada semana um alumno / designado pe-
lo Professor / ensinará a Doctrina na aula.

1.ª = Os Alunos são obrigados todos os
alumnos de apresentarem si' aula no primei-
ro toque de sino sem e melhor traje q' tiverem,
para irem a ellisa de dia, no ultimo toque
sahirão em forma, de deus em deus, em gra-
duação os pequenos na frente e os grandes o-
tras, rematando a fila o Professor que os conda-
girá a igreja, para o fim acima dito: em todo es-
te sacro acto guardarão o que marca e ch't. 3.ª

Finda a ellisa voltarão para a aula, na mes-
ma ordem que foram e cumprirão o que marca
os ch't. 3.ª 4.ª e 5.ª

Ultimo = Os infractores dos ch't.ºs acima deão
castigados com 2 a 12 b'atos / Ar. do Gov. 1852 ch't.º 9 /

O Professor r'oga a todas os Um.ºs que hãvarem a
aula com suas presenças, e seguinte: tirarão de
us chapéus. Cumprimentarem os alumnos. Estão
fumarem na sala d'aula. Estão profireem pe-
lavras immorais e não praticarem accõs inde-
centes na presença dos alumnos: graca que es-
pira obter

O Professor Fran.º Ribeiro D'Escobar.

S. José do Parahyba 1.º d' Agosto de 1852.



Proposta de Aula Noturna (1868)

Jyms G.
M. Ins.^o



Reconhecendo eu que alguns me-
ninos não vem na Escola Pública por que são
ocupados por seus pais em todo o dia, e
que outros deixam de aprender o que de-
jeitão por estarem empregados em casas de
negocios ou particulares; que alguns ho-
mens dejeitão aprender o que precisam,
e não fazem por falta de quem os in-
sine em horas que não estorvem seus
trabalhos, resolvi abrir uma - Escola no-
cturna - para ensinar aos que dejeitão
aprender, e como para realizar essa m.
idéia seja necessario a autorização do Sr.
Digno Sr. M.^{mo} Ins.^o D.^o Inspector Geral da Ins-
tuição Pública, por isso tenho a honra de
apresentar a V. S. o Programma da - Es-
cola - nocturna - e rogo a V. S. se dignar
transmittir ao Sr. M.^{mo} Ins.^o D.^o Inspector Geral,
para, caso o mesmo Ins.^o approvar o Pro-
gramma e se dignar autorizar a abri-
tura da Escola, eu quanto antes a farei,
para o que já tenho tudo provido.

Deus f. e.

J. mo G.
M. - Insr.



Reconhecendo eu que alguns me-
ninos não vem n' Aula Publica por que sa-
occupados por seus pais em todo o dia, e
que outros deixão de aprender e que dese-
jão por estarem empregados em casos de
negocios ou particulares; que alguns ho-
mens deixão aprender e que precisam,
e o não fazem por falta de quem os in-
sine em horas que não estorvem seus
trabalhos, resolvi abrir uma - Aula-no-
cturna - para ensinar aos que desejão
aprender, e como para realisar essa m.
idéa seja necessario a autorizaçã do M.
Digno e M. mo Insr. D. Inspector Geral da Ins-
truccão Publica, por isso tenho a honra de
apresentar a V. S. o Programma da - Au-
la-nocturna - e rogo a V. S. se dignar
transmittir ao M. mo Insr. D. Inspector Geral,
para, caso o mesmo Insr. approvar o Pro-
gramma e se dignar autorisar a arber-
tura da Aula, eu quanto antes a' fazer,
para o que já tenho tudo prevenido.
Deus f. e

Anexo H

Programa da Aula Noturna (1868) Página 1

O Professor Publico de 1.^{as} lettras
d'esta Cidade de São José do Parahyba,
abaixo assignado, deejando abrir
uma Aula nocturna, para n'ella
ensinar as pessoas, que por suas oc-
cupações não podem frequentar as es-
colas diarias, vai submeter á approva-
ção do Il.^{mo} Snr. D.^o Inspector Geral da
Instrução Publica, o Programma
abaixo, e logo que seja o mesmo appro-
vado e autorizado seu ensino, sera a-
berta a - Aula - nocturna.

Programma
Da Aula nocturna na Cidade
de S. José do Parahyba.

Na Sala que funciona a' Aula
Publica de 1.^{as} lettras do sexo masculino,
haverá uma Aula que funcionará dos
7.^{as} 9 horas das noites de - 2.^{as} feiras, 4.^{as} feiras
e 6.^{as} feiras de todas as semanas.

O Professor Publico leccionará n'essa Au-
la as materias seguintes:

- Leitura.
- Calligraphia.
- Arithmetica, - com especialidade -
Traços decimais e Systema metrico.
- Grammatica Nacional.
- Doctrina Christa

Recbe-se Alumnos menores e adultos
divididos nas classes seguintes:

1.^a

1º Os pobres — a quem o Professor fornecerá os utensílios necessários para seus estudos e ensinará — gratis.

2º Os de poucos meios — que trarão os utensílios necessários para seus estudos, e receberão o ensino — gratis.

3º Os que tem meios — que pagarão 30000 reis por mês e trarão todo o necessário para seus estudos.

O Systema do ensino é o mesmo adoptado n' Aula Publica.

São José do Parahyba, 10 de Março,
de 1868.

O Professor Publico
Francisco Ribeiro d'Escobar



Regulamento Da Aula Publica de 1.^a Letras d

Segunda-feira

As 8 horas da manhã — abre-se a Aula.

Das 8 horas as 10 — exercicio de escriptas.

As 10 horas — chamada dos Alumnos. — segue-se a Oração d'abertura d'Aula; distribuição de lições de Leitura de manuscriptos; estudos de Arithmetica; Tabuada, &c, até as 11 horas.

Das 11 horas ao meio dia — Contas.

Do meio dia a uma hora da tarde — Tomada das lições; rezar-se ha a Oração d'encerramento d'Aula.

A' uma hora da tarde — fecha-se a Aula.

Terça-feira.

Das 8 horas as 10 — o mesmo que na 2.^a fei.^a

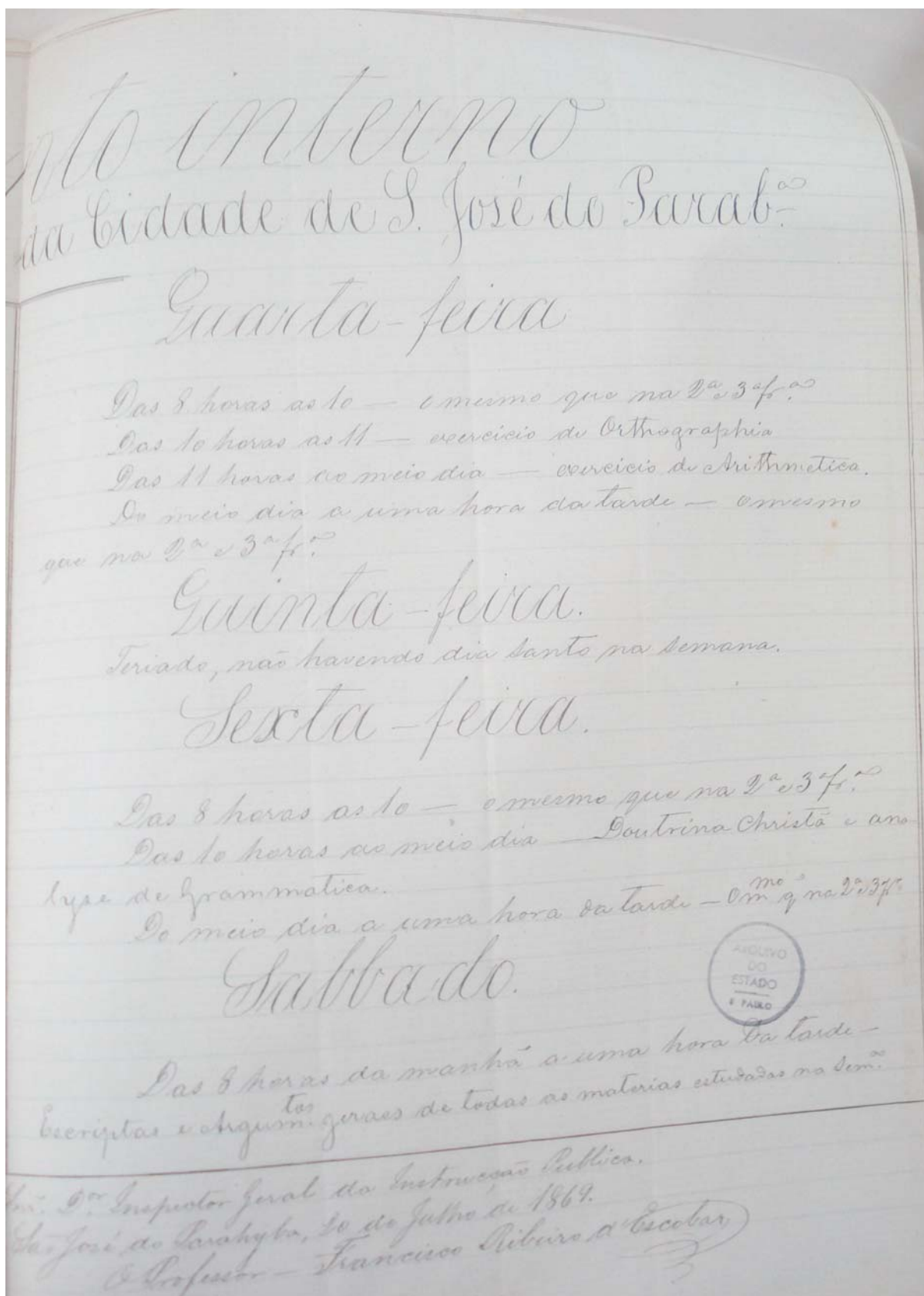
Das 10 horas as 11 — Leitura de Impressos, e estudos de Grammatica, &c.

Das 11 horas ao meio dia — Contas.

Do meio dia a uma hora da tarde — o mesmo que na 2.^a fei.^a

A' uma hora da tarde — fecha-se a Aula.

Este Regulamento se observará provisoriamente até ao...



Anexo L

Regulamento da Instrução Municipal

de
São José dos Campos.

Lei n.º 1 de 22 de Janeiro de 1901.

O Alcaide José Ferreira Franco, Intendente Municipal, eleito na forma da lei.

Faço saber que a Câmara Municipal em sessão de hoje decretou e eu, promulgo o seguinte regulamento para a instrução municipal:

Artigo 1.º

Ficam adoptados para as escolas municipais, os regulamentos e leis que regem a instrução publica do Estado, na parte que lhes for applicavel, com as seguintes modificações:

- § 1.º As escolas municipais serão providas mediante concurso, sob a presidencia do Inspector Municipal.
- § 2.º A vista das provas do exame e por indicação do Inspector Municipal, a Câmara fará a nomeação, entregando ao nomeado um titulo assignado pelo seu Presidente e Secretario e pelo nomeado; e só depois de visado esse titulo pelo Inspector Municipal é que poderá o nomeado iniciar o exercicio.
- § 3.º Os professores provisórios com exercicio anterior a estes, em escolas deste municipio, a juizo do Inspector Municipal, poderão ser nomeados independentes de concurso.
- § 4.º No caso de concorrer mais de um professor provisório nas condições do § antecedente, proceder-se-á ao concurso.

Artigo 2.º

O ~~programa~~ ^{programa} ~~currículo~~ das escolas municipais será o seguinte:
Leitura de prosa e verso de letra impressa e manuscrita;
Calligraphia. Redacção de cartas commerciaes e particulares.
Contabilidade até regra de companhia composta, inclusive

Artigo 3º

O concurso versará sobre as seguintes matérias:

- 1º Lectura de letra impressa e manuscrita, interpretação do trecho lido, sua analyse lexicologica.
- 2º Calligraphia, que será apreciada na prova escripta.
- 3º Noções gerais de arithmetica e sua applicação á regra de companhia composta.

§ 1º Para a prova escripta a commissão examinadora determinará o ponto para os candidatos, e este facto constituirá a prova de redacção não só de cartas, como de officios, requerimentos etc.

§ 2º fica accrescido para o programma dos exames: Instrucção Civica e Civilidade.

Artigo 4º

Em todo Bairro em que se encontrarem 30 meninos menores de 16 annos e maiores de 6, será mantida uma escola para o sexo masculino, e em igualdade de condições mutatis mutandis, para o sexo feminino.

§ 1º No caso de haver menos de 30 meninos ou meninas, nas condições do artigo acima, será creada uma escola mixta, cuja regencia será confiada a uma professora.

§ 2º Nenhuma escola poderá ser mantida sem a frequencia media de 15 alumnos.

§ 3º Quando a escola não tiver o numero legal de alumnos deverá immediatamente ser removia para outro Bairro, acompanhando-a o professor, si este não for a causa que tenha determinado esta medida.

Artigo 5º

Os livros, mobílias e mais pertences das escolas municipaes, serão fornecidos pela Camara, á vista da requisicção feita pelo Inspector Municipal, aproximando-se a sua organisação, o mais possivel das escolas publicas do Estado.

Artigo 6º

O professor municipal receberá 1:440,000 annuaes, sendo um terço de gratificação e dois terços de ordenado.

Artigo 7º

A commissão examinadora dos candidatos ao provimento das escolas, será composta do Inspector Municipal, e dois professores nomeados pela Camara.

Artigo 8º

Ficam criadas cinco escolas sendo: quatro do sexo masculino nos seguintes bairros: Vozzeu Grande, Pinheiros, Fernombucana e districto de paz de f. Francisco Xavier; e uma mista no bairro do Jaquary.

Artigo 9º

Fica mantida a escola do bairro do Buquirinha, em igualdade de condições com as demais.

Artigo 10º

Para reger as escolas municipales, serão nomeados professores, aquelles cujas habilitações forem reconhecidas por um previo exame, feito perante uma commissão examinadora.

Artigo 11º

Ficam dispensados das provas do artigo antecedente, os antigos professores de escolas provisionaes, observadas as disposições dos §§ 3º e 4º do artigo 1º.

Artigo 12º

Os professores são obrigados a residirem no bairro e lugar onde funcionar as alludidas escolas, não o fazendo, serão suspensos e nomeados outros que estejam nas condições exigidas para substituí-los.

Artigo 13º

As cadeiras serão localizadas no ponto mais conveniente do bairro, precedendo indicação do Inspector Municipal e approvação da Camara.

Artigo 14º

Nas escolas criadas não poderão ser accitos alumnos de sexos differentes, salvo nas escolas mixtas, e o professor que o fizer sujeitar-se á as penas do artigo 12º, 2ª parte.

Artigo 15º

É permittido aos professores municipaes, leccionarem particularmente, sem prejuizo do ensino municipal.

Artigo 16º

Outro qualquer emprego remunerado, é incompativel com o cargo de professor.

Artigo 17º

As aulas funcionarão no inverno das 10 ás 2 horas da tarde, e no verão das 9 horas da manhã á 1 hora da tarde.

Artigo 18º

Fica decretado o ensino obrigatorio nos Bairros onde foram criadas escolas municipaes e onde se crearem; os paes, tutores e curadores, que não mandarem seus filhos, tutelados e curatelados na conformidade do artigo 200 § unico do decreto nº 218 de 27 de Novembro de 1893, ficam sujeitos as penas do artigo 57 da lei nº 88 de 8 de Setembro de 1892.

Artigo 19º

Exceptuam-se da obrigatoriedade decretada no artigo antecedente os diretos do artigo 201 letras A e B da lei citada.

Artigo 20º

Para provimento das escolas criadas por esta Municipalidade e regular funcionamento das mesmas, faz-se necessario que a Camara officie ao Inspector Municipal, para proceder a recenseamento escolar nos Bairros onde forem criadas as ditas cadeiras, digo escolas, sem o que não poderão ser ellas providas, servindo mais tarde para matricula.

Artigo 21º

No caso de vaga proceder-se-á ao concurso, sendo nomeado aquelle dos concurrentes que melhor nota obtiver.

Artigo 22º.

O Inspector Municipal terá que visitar as escolas uma vez por mês, ou mais, conforme determinação da Câmara, lavrando o termo de visita, conforme a impressão colhida; dando de tudo conhecimento a Câmara.

Artigo 23º.

As despesas que o Inspector fizer quando em visita as escolas, correrão por conta da Municipalidade.

Artigo 24º.

Fica criada uma verba de um conto de reis, para o fornecimento de utensílios indispensáveis às escolas, os quaes solicitados pelo Inspector.

Artigo 25º.

Fica o Intendente Geral auctorizado a mandar pagar aos professores, os seus honorarios, mediante attestado passado pelo Inspector.

Artigo 26º.

Para occorrer as despesas resultantes dos artigos 6º e 24º, será creada uma verba especial, constituida do auxilio do governo para custeio das escolas, correndo o excedente das despesas pelas verbas "Eventuaes" do orçamento municipal.

Artigo 27º.

Todas as omissões desta resolução, bem como as duvidas que por ventura se suscitarem em materia de ensino municipal, serão resolvidas pelo Inspector Municipal de accordo com as leis do ensino do Estado, com recurso para a Câmara Municipal.

Artigo 28º.

Este regulamento entra em execução desde já.

Artigo 29º.

Revogam-se as disposições em contrario.

Dado e passado nesta cidade de São José dos Campos, em 22 de

CORREIO JOSEENSE

LEI Nº. 110

DE 15 DE MARÇO DE 1920

Estabelece a obrigatoriedade do ensino, neste município, e dá outras providências.

O Tenente Coronel João Alves da Silva Cursino, prefeito deste município de São José dos Campos.

Faço saber que a Câmara Municipal em sessão de hoje decretou e eu promulgo a lei seguinte:

A Câmara Municipal de São José dos Campos, decreta:

Artigo 1º.—É obrigatorio em todo o territorio do município o ensino preliminar.

Artigo 2º.—Ficam isentos desta obrigatoriedade:

A)—As creanças do sexo masculino que residam a mais de 3 kilometros do ponto em que esteja localisada a escola.

B)—As do sexo feminino que residirem a mais de dois kilometros.

C)—As que tenham incapacidade physica ou intellectual.

D)—As que soffrerem molestia contagiosa ou repugnante.

Artigo 3º.—O ensino pode ser ministrado.

A)—Nas escolas publicas.

B)—Nas escolas particulares.

Artigo 4º.—As pessoas encarregadas do ensino particular, mensalmente remetterão á presidencia da Câmara Municipal, mappa da frequencia de alumnos matriculados, e semestralmente um relatório do aproveitamento dos alumnos.

§ Unico.—A falta de cumprimento deste artigo será punida com a multa de 50\$000.

Artigo 5º.—Para effectivar a obrigatoriedade do ensino a Câmara Municipal:

A)—Representará ao Governo do Estado sobre o provimento das escolas existentes.

B)—Sobre a creação de novas escolas;

C)—Quando os seus recursos permittirem creará escolas municipais nos pontos mais convenientes e mais densa população escolar;

D)—Levantará a estatistica escolar do município;

E)—Fiscalizará, por seus representantes, com o maximo rigor, a assiduidade e horario dos professores das escolas isoladas, officiano ao Governo, quando estes não cumprirem os seus deveres;

F)—Estimulará por todos os meios e modos, o gosto das creanças pelas aulas, e elogiárá os professores que melhor desempenharem o seu nobre mister.

Artigo 6º.—Serão matriculados *ex-officio* todas as creanças em idade escolar, que não estejam frequentando escola, e que residirem dentro do perimetro da obrigatoriedade.

Artigo 7º.—Da matricula *ex-officio* se dará conhecimento em uma comunicação impressa, aos paes, tutores ou patrões dos matriculados, para que o alumno compareça a escola dentro de três dias.

Artigo 8º.—A matricula *ex-officio* somente se tornará effectiva quando a escola a que ella se refira comportar o recebimento de alumnos nessas condições.

Artigo 9º.—Os paes, tutores ou patrões dos matriculados de qualquer forma, nas escolas, deverão comunicar e justificar ao professor ou director do estabelecimento de ensino, a falta de comparecimento dos mesmos, desde que essas faltas atinjam a 5 durante o mez.

§ Unico.—A falta de comparecimento, nos termos dos artigos 7 e 9 sem a necessaria justificação aceita pela autoridade escolar, dará logar a imposição da multa de 10\$000, aos paes, tutores ou patrões dos alumnos faltosos.

Artigo 10º.—Os menores de 14 annos de idade completos, ainda que saibam ler, não poderão ser aproveitados em es-

tabelecimentos commerciaes, industriaes, ou agricolas, sem que prvem ter concluido o curso preliminar de accordo com o programma estabelecido nas escolas publicas do Estado.

Artigo 11º.—Os menores de 14 annos, que trabalharem em estabelecimentos commerciaes, industriaes ou agricolas deverão frequentar escolas nocturnas, onde as houver, e na falta destas são obrigados a frequentar as escolas diurnas, sob pena de multa de 50\$000, aos proprietarios dos estabelecimentos em que trabalharem, salvo, provando a exigencia do artigo 10, ultima parte.

Artigo 12º.—O producto das multas arrecadado em virtude desta lei, terá applicação especial aos serviços da instrucção publica do município.

Artigo 13º.—A fiscalisação das disposições da presente lei, sua rigorosa execução, imposição de multas e demais serviços fica a cargo exclusivo da presidencia da Câmara Municipal, que, em suas faltas ou impedimentos, será substituido pelo prefeito municipal, e ainda, na falta deste, por um dos vereadores designado pela Câmara.

Artigo 14º.—Essa fiscalisação e demais serviços serão inteiramente gratuitos, sem remuneração ou gratificação alguma.

Artigo 15º.—O presidente da Câmara ou quem suas vezes fizer, na forma do disposto no artigo antecedente, poderá comissionar pessoas de comprovada idoneidade moral, para, nos bairros do município, fiscalisarem as respectivas escolas e boa execução desta lei.

Artigo 16º.—Nos casos omissos da presente lei, a obrigatoriedade do ensino sera regulada pelo decreto nº. 225 de 16 de Abril de 1912.

A fiscalisação de todas as escolas publicas do município, que, na forma da legislação vigente do Estado, é da competencia da municipalidade exercer, passa, da data da promulgação desta lei, em deante, a ser executada pela forma consignada no artigo 13.

Artigo 18º.—Ficam extinctas as attribuições da inspeçoria municipal e o actual inspector em commissão, passa a addido da fiscalisação do ensino, tambem em commissão com a gratificação mensal de cinquenta mil reis.

Artigo 19º.—Todo o serviço de escripturação e expediente da fiscalisação do ensino, nos termos desta lei, fica a cargo do director da secretaria da Câmara.

Artigo 20º.—Fica estabelecido um premio annual de vinte mil reis, para o alumno que mais se distinguir durante o anno lectivo, de cada uma das escolas publicas do município, premio denominado "ESTIMULO".

Artigo 21º.—O professor da escola publica deste município, que, no final de cada anno lectivo apresentar maior numero de alumnos alphabetisados, será premiado pela municipalidade com um brinde no valor de cem mil reis, o qual será conferido a juizo da Directoria Ger. da Instrucção Publica.

Artigo 22º.—Promulgada a presente lei entrará immediatamente em execução.

Artigo 23º.—Revogam-se as disposições em contrario O Secretario da Prefeitura a faça publicar.

Prefeitura Municipal de São José dos Campos, em 15 de Março de 1920.

João Alves da Silva Cursino

Prefeito Municipal

Luiz Jacintho de Medeiros

Secretario da Prefeitura

FONTES

Arquivo do Estado

- Instrução Pública (1793-1944)
 - Anuários do Ensino do Estado de São Paulo – Inspeção Geral do Ensino Anos de 1907 a 1923, 1926 e 1936 a 1937.
 - Correspondência com a Diretoria da Instrução pública (1889-1890)
 - Ofícios dirigidos ao Inspetor Geral da Instrução Pública (1891)
 - Correspondências do Governo com a Escola Normal (1892)
 - Ofícios dirigidos ao Inspetor Geral da Instrução Pública (1894-1896 1898-1902)
 - Relatórios dos Inspectores de Ensino
 - Regimentos internos das Escolas Públicas
 - Instrução Pública – Ofícios de São José dos Campos (1889-1899)
 - Ofícios dirigidos ao Governo da província (1891-1903)
 - Ofícios Inspetor Geral (1899 – 12 volumes; 1899, 1900-1902)
 - Minutas de Ofícios (1892-1895)
 - Diretoria Geral de Instrução Pública (1893, 1896)
 - Roteiro do Inspetor Literário 14.º distrito (Caixa 80 5101)

- Secretaria do Interior (1872-1959)
 - Protocolo do envio de material escolar aos municípios (1901-1902)
 - Atas do 1.º Congresso Brasileiro de Instrução Pública Secundária (1911)
 - Livro de Freqüência S.J.Campos (1899-1901)
 - Escola Masculina do Bairro Cabeça de Boi (1896)
 - Escola Masculina do Bairro Cabeça de Boi (1902-1906)
 - Conselho Supremo de Ensino – Provimento de Escolas (1899)

- Documentos Diversos
- Coleção de Leis e decretos do Estado de São Paulo (1835-1984)
- Roteiros do Inspector Litterário do 14.º Districto (1896)

Arquivo Público Municipal de São José dos Campos

I - Jornais

- “Jornal A Vida” - publicação semanal – coleção incompleta
- 15/12/1887 Ensino em Família
- 29/01/1888 Acta do 1.º dia de Sessão Ordinária em 16/01/1888
- 08/02/1888 Acta do 4.º dia Sessão de 26/01/1888
- 12/02/1888 Crianças sem governo + Acta do 3.º dia da sessão Ordinária
- 04/03/1888 Seminário das Educandas de SP e Acta do 6.º dia de Sessão
- 18/03/1888 O Brasil e os brasileiros
- 13/05/1888 Um estabelecimento modesto – Educação para gentalha
- 10/11/1889 Sessão de 12/10/1889
- 17/08/1890 Sessão de 04/08/1890
- 24/08/1890 Sessão de 08/08/1890
- 27/07/1890 Administração Municipal
- 20/07/1890 O trabalho – Colégio Mascarenhas e a Educação Feminil + Acta de
- 23/07/1890 Acta de Sessão 17/07/1890
- 06/07/1890 Administração Municipal + Acta de 16/07/1890
- 28/12/1890 SJCampos Caminha
- 21/12/1890 Gymnásio Infantil (Em Jundiahy) + Exoneração de Professor
- 30/11/1890 “Novo Livro” + Colégio Mascarenhas
- 09/11/1890 Nossa Constituição + Instrução Pública
- 26/10/1890 Escola Pública

19/10/1890 Instrução Primária

31/08/1890 Sessão Extraordinária 14/08/1890

- Jornal “ A Caridade” – semanário Católico publicado aos sábados

23/06/1917 Instrução e Educação – Abri uma escola e fechareis uma prisão

30/06/1917 Christo nas Escolas

05/09/1917 Educação

06/10/1917 Escola Parochial

08/12/1917 A mulher e a moda

21/02/1918 Brazil e os brasileiros

23/03/1913 Escola de música

06/04/1918 Educação Christã

13/04/1918 Instrução Popular

20/04/1918 A Instrução Popular

- Jornal O Caixeiro – Orgam dos Empregados no Comércio

15/12/1904 Educador

01/01/1905 “ Sociedade de Instrução Commercial

09/02/1905 Escola em Sant’Anna

06/04/1905 Grupo Escolar

18/05/1905 Do Collégio Salesiano de Niteroy

29/06/1905 Instrucção

13/07/1905 Instrucção

24/08/1905 O estudo

31/08/1905 Instrucção

- A Escola – Orgam Humorístico e Literário Infantil

25/05/1919 O problema do Ensino – A extinção do Analphabetismo.

.II - Fundo da Secretaria da Administração da Prefeitura
Municipal de SJC (1862 -1968)

Documentos Diversos

- Concessão para exercício de funções de médico, professor e botânico (1862-1871) *
- Correspondências, Ofícios e Circulares da Câmara Municipal (1863-1872) livro 445.
- Atas de Sessões da Câmara (1892-1897)
- Atas de Sessões da Câmara (1897-1898)
- Atas da Apuração do Recenseamento Escolar (1899) *
- Termos de Posse de Professores (1914-1918)
- Suspensão e Transferência de professores da Rede Estadual (1914-1918)
- Faltas de Professores das Escolas do Município (1919-1920)
- Relatório de Inspeção Sanitária de São José dos Campos, João Ferraz do Amaral, USP/Faculdade de Medicina, 1930.
- Relatório de Inspeção Sanitária de São José dos Campos, João Flório, USP: Faculdade de Medicina, 1944.
- Exposição Patrimonial – Patrimônio perdido o passado em ruínas – Departamento de Patrimônio Histórico de São José dos Campos Fundação Cultural Cassiano Ricardo.-30/12/2004. CHUSTER, Vitor (org).
- Exposição Patrimonial – Primeiras Escolas de São José dos Campos – Departamento de Patrimônio Histórico de São José dos Campos – Fundação Cultural Cassiano Ricardo. 29/12/2004. CHUSTER, Vitor (org).

Termos de Exame

- Termos de Exames Escola Pública Provisória Masculina de Santana (1898-1899)
- Termos de Exames da Escola Pública Provisória Feminina de Santana (1899-1914)
- Termos de Exames Escola Municipal do Bairro da Pernambucana (1901)

- Termos de Exames Escola Feminina do Bairro Vargem Grande (1905-1916)
- Termos de Exames Escola Pública Masculina de Santana (1909-1919)
- Termos de Exames Escola Feminina do Bairro de Santa Cruz (1914-1919)
- Termos de Exames Escola Mista do Bairro da Vargem Grande (1919)

Termos de Visita

- Termos de Visitas Escola Provisória do Bairro da Boa Vista (1898-1899)
- Termos de Vistas Escola Pública de Santana (1909-1920)
- Termos de Visita Escola do Bairro do Butá (1914-1918)
- Termos de Visita Escola Feminina do Bairro de Santa Cruz (1914-1920)

Inventários de Material Escolar

- Inventário de Material Escolar de Buquira (1907)
- Inventário de Material Escolar do Bairro do Butá (1911-1914)
- Inventário de Material Escolar do Bairro do Cabeça de Boi/ Cajuru (1915)
- Inventário de Material Escolar Escola Mista do Bairro do Pau d'Alho (1916-1917)

Registro de Chamadas

- Registro de Chamada de Escolas de Vargem Grande (1907-1911)
- Registro de Chamada Escola Masculina do Bairro do Bom Jesus do Buquira (1907-1911)
- Registro de Chamada Escola Feminina de Santana (1907-1911)
- Registro de Chamada Escola Masculina do Cabeça de Boi (1908-1911)
- Registro de Chamada Escola Masculina da Estação de Eugênio de Melo (1908-1917)
- Registro de Chamada Escola Masculina do bairro de Santana (1911-1913)
- Registro de Chamadas Escola Mista da Estação de Eugênio de Melo (1911-1914)
- Registro de Chamadas Escola Masculina do bairro do Cajuru (1911-1915)
- Registro de Chamadas Escola Mista do Bairro do Caethê (1912-1916)

- Registro de Chamadas Escola Masculina de Santana (1913-1915)
- Registro de Chamadas Escola Noturna masculina para Meninos Operários (1914-1917)
- Registro de Chamadas Escola Mista do bairro de São José (1914-1917)
- Registro de Chamadas Escola Feminina do bairro de Santa Cruz (1914-1917)
- Registro de Chamadas Escola Mista do Bairro de São José (1914-1918)
- Registro de Chamadas Escola Masculina de Santana (1915-1918)
- Registro de Chamadas Escola Masculina do Bairro do Cajuru (1915-1919)
- Registro de Chamadas Escola Masculina do Bairro Bom Jesus do Buquira (1916-1918)
- Registro de Chamadas Escola Mista de Eugênio de Melo (1916-1918)
- Registro de Chamadas Escola Masculina do Bairro do Bom Jesus do Buquira (1916-1918)
- Registro de Chamadas Escola Mista do Bairro do Pau d'Alho (1917-1918)
- Registro de Chamadas Escola Mista do Bairro de Santa Cruz (1917-1920)
- Registro de Chamadas Escola Masculina de Santana (1918-1920)
- Registro de Chamadas Escola Masculina do Bairro de São José (1918-1920)

Registro de Matrícula

- Registro de Matrícula da Escola Estação de Eugênio de Melo e Escola Mista do bairro do Caethê (1908-1917)

Diretoria de Ensino de São José dos Campos

- Fichas “A” Cadastro das Unidades Escolares pertencentes às Redes Pública Estadual e Municipal de São José dos Campos. (última atualização 2005)

Acervo da Escola Estadual Santana do Paraíba

- Livro de Registro de 1920
- Livro de Assentamento 1920

Acervo da Escola Estadual João Cursino

- Atas das Sessões da Directoria da Sociedade Civil “Escola Normal Livre de São José dos Campos” (1929)
- Livro Atas de Exames da Escola Normal Livre de São José dos Campos (1931)

Acervo da Escola Estadual Olímpio Catão

- Mapa de Movimento das Escolas Públicas (1926)
- Mapa de Movimento das Escolas Públicas (1930)
- Álbuns de fotografias 1914-2005

Acervo Particular da Professora Miriam Matel de May Jannunzelli

- Jubileu de Ouro – E.E.P.S.G. “João Cursino” – Bosquejos históricos da Escola João Cursino – Geraldo M.M. Cabral. Departamento de Cultura, Lazer, Recreação e Turismo. Prefeitura Municipal de São José dos Campos, novembro de 1979.
- Hemeroteca sobre a Escola Estadual Olímpio Catão
- Celebração do Centenário da Escola Estadual João Cursino (1996)
- Projeto Centenário da E.E.P.S.G Olímpio Catão
- Fotografias do Grupo Escolar Olímpio Catão

Acervo da Secretaria do Estado da Educação “ Caetano de Campos” – Brás

- Cartilha das Mães
- 1.º e 2.º Livro Puigari

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES, Phillipe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1978.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889) História e Legislação*. SP: Educ, 2000.

ALVES, Gislene. *Nas sendas do Progresso: Cidade, Educação e mulheres (Pindamonhangaba 1860-1888)*. SP: PUC DM 2003.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação*. SP: Moderna, 1989.

BARROS, Surya. *Negrinhos que por ahi andam: a escolarização da população negra em São Paulo 1870-1920*. DM USP FFLCH, 2004.

BASTOS, Maria Helena Câmara. *A Educação como espetáculo*. In: *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. Vol II – Século XIX

CALDEIRA, João Netto. *Álbum de São José dos Campos*. SP: Cruzeiro do Sul/Gráfica Paulista. SP: 1934

CARONE, Edgard. *A República Velha Instituições e Classes Sociais*. SP: Difel, 1975. Coleção Corpo e Alma do Brasil.

CARVALHO, Carlos Henrique de. *Os discursos educacionais presentes na imprensa Uberlandense (1920-1950)*. *Cadernos de História da Educação*. V. 1 – n.º 1 jan/dez. 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. SP: Companhia das Letras, 2004. 3.ª edição. 13.ª impressão.

CERTEAU, Michel. *A invenção do Cotidiano Artes de fazer*. RJ: Petrópolis – Vozes 5.^a Edição 2000.

CHARTIER, Roger. *O Mundo como representação*. Texto publicado originalmente em na Revista Annales (Nov-Dez 1989, N.º 6, pp 1505-1520); Estudos Avançados 5/11 Janeiro/Abril 1991 Volume 5 – Número 11 Universidade de São Paulo.

DARNTON, Robert. e ROCHE, Daniel (orgs.) *Revolução Impressa A Imprensa na França 1775-1800*. SP: Edusp

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. *A escolarização da população negra na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século*. In: Revista da Associação Nacional de Educação – n.º14, Ano 8, 1989

DIMENSTEIN, Gilberto. *O cidadão de papel A infância, a adolescência e os Direitos Humanos no Brasil*. SP: Ática, 2002. 20.^a Edição.

DUARTE, Geni Rosa. *Rumo ao Campo: a civilização pela escola*. São Paulo 1910-1930. DM PUC-SP 1995.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *A História da Escola em São Paulo e no Brasil*. SP: Editora Braudel, 2005. p. 43 e 44

FENELON, Déa. CRUZ, Heloisa Faria. PEIXOTO, M.^a do Rosário. *Muitas Memórias, outras Histórias*. SP: Olho d'Água, 2003.

FERLA, Luís Antônio Coelho. *Feios, sujos e malvados sob medida: do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-45)*. FFLCH TD USP, 2005

FOLLIS, Fransérgio. *Modernização na Belle Epoque paulista*. SP: Editora Unesp, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização, Introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006. 22.^a edição

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão*; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Editora Vozes, 2000. 23.^a edição.

GHIRARDELI Jr, Paulo. *História da Educação*. SP: Editora Cortez, 1992. Revista Ampliada 2.^a Edição

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. RJ, Editora Civilização Brasileira, 1978

HERCHMANN, Micael M. PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (org). *A invenção do Brasil Moderno: Medicina, educação e engenheiros nos anos 20 e 30*. RJ: Rocco, 1994.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *História da Educação Brasileira: Leituras*. SP: Pioneira Thomson Learning, 2005

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 3.^a Edição. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LESSA, Simone Narciso. *São José dos Campos: Planejamento e Construção do Pólo Regional do Vale do Paraíba*. UNICAMP, TD,

LOVE, Joseph. *São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937 A Locomotiva*. SP: Paz e Terra 1982

MACHADO, Maria Cristina Gomes. *O decreto de Leôncio de Carvalho e os Pareceres de Rui Barbosa em Debate. A criação da escola para o povo no Brasil do século XIX*. In: *Histórias e Memórias da Educação no Brasil – Vol II*.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil 1916-1985*. SP:

Brasiliense. 2004

MARCONDES, Renato Leite. *A propriedade escrava no Vale do Paraíba Paulista durante a década de 1870*. Encontro da ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia.: 2001

MENEZES, Maria Cristina. *A origem peculiar da Escola Brasileira*. DM PUC-SP 1994

MERCADO, Edna. *A Educação no Jornal O Estado de São Paulo 1890-1920*. DM História Filosofia Educação PUC SP, 1996.

MOACYR, Primitivo. *A Instrução Pública no Estado de São Paulo*. SP: Cia Editora Nacional, 1942.

MONARCHA, Carlos. *A Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas: Edunicamp, 1988.

MONTEIRO, Napoleão. *Almanaque de São José dos Campos 1924*.

MOYSES, Sarita M. Affonso. *Leitura e apropriação de textos por escravos e libertos no Brasil do século XIX*. In: Educação e Sociedade. Revista quadrimestral de Ciência da Educação. Ano XV. Agosto de 1994, n.º48

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo, EPU, Edusp, 1974

NEDER, Gizlene. *Cidade, Identidade e Exclusão Social*. *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº3, 1997,

NOGUEIRA, Cláudio Marques e Maria Alice. A sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. In: Educação e Sociedade Revista Quadrimestral de Ciência da Educação. Dossiê Ensaio sobre Pierre Bourdieu. Campinas: Cedes, 2002. n.º 78.

PARIS, M. L. “A Educação no Império: o Jornal A Província de São Paulo” (1875-89). São Paulo: FEUSP, 1980

PEREIRA, Gilson R. de M. A arte de se ligar às coisas da cultura: Escola e lei de retorno do capital simbólico. Educação & Sociedade, ano XVIII, n.º 60, dezembro/97.

PESSANHA, Eurize Calda e SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Tempo de cidade, lugar de escola. Cadernos de História da Educação – n.º 5 – jan/dez. 2006

PORTES, Écio Antônio. A Caixa dos Pobres – a ação efetiva da assistência na permanência de estudantes pobres na Universidade de Minas Gerais 1932-1935. Cadernos de História . n.º 2 jan/dez. 2003.

REIS FILHO, Casemiro dos. *A Educação e a ilusão liberal Origens da Escola Pública Paulista*. São Paulo: Editora: Autores Associados. Coleção Memória da Educação, 1995.

ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. *A Higienização dos costumes: educação Escolar e Saúde no Projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)*. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

ROMANELLI, Otaísa de Oliveira. *História da Educação no Brasil 1930-1973*. Petrópolis RJ: Vozes, 2001 25.^a edição.

SIQUEIRA, Jairo César de. *Nossa Cidade de São José dos Campos*: FCCR, 1991

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. Profissionalização do Magistério Feminino: uma história de emancipação e preconceitos. Revista da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação. 23ª reunião anual. Caxambu – MG: 2000

SCHELBAUER, Analete Regina. *Idéias que não se realizam – o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914*. Maringá: UEM, 1998.

SCHUELLER, Alessandra F. Martinez. *Crianças e escolas na passagem do Império para a República*. In: Revista Brasileira de História. ANPUH SP: Humanistas Publicações, vol 19 n.º 37, 1999.

SOARES, Carmen. *Imagens da Educação no Cirpo. Estudo a partir da ginástica francesa no século XIX*. Campinas – SP Autores Associados, 2002. 2.ª ed. Coleção Educação Contemporânea.

SOUSA, Ione Celeste Jesus de. *Escolas ao povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890*. TD PUC-SP, 2006.

SOUZA, Rosa Fátima. *O Direito à Educação. Lutas populares pela escola em Campinas*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de Civilização: A implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. SP: Editora da Unesp, 1998.

TAMBARA, Elomar. “*Educação e Positivismo no Brasil*”. In: *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs). Volume 2 – Século XIX. RJ Petrópolis, 2005.

VASCONCELLOS, M.P.C. *Os (des)caminhos da formação sanitária e os direitos sociais: uma reflexão a partir da Escola de Saúde de Minas Gerais*. São Paulo, 2000. TD FSP. USP.

VIDAL, Diana Gonçalves e FILHO, Luciano Mendes de Faria. *Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil*. Revista Brasileira de Educação. ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. N.º 14, 2000.

Índice de Figuras

- Fig. 1. Mapa da divisão administrativa do Vale do Paraíba (Prefeitura Municipal de Aparecida)
- Fig. 2 Sanatório Vicentina Aranha (APMSJC)
- Fig. 3: Mapa de zoneamento de SJC (1930) – Relatório J. F. A. (APMSJC)
- Fig. 4: Página 166 Relatório do Inspetor João Ferraz do Amaral (APMSJC)
- Fig. 5: Página 167 Relatório do Inspetor João Ferraz do Amaral (APMSJC)
- Fig 6: Anúncio do Jornal Correio Joseense (1920) (APMSJC)
- Fig. 7: Croqui feito pelo Professor Escobar 1855/ (APESP)
- Fig. 8 Professor Sebastião Hummel/ Almanach de São José dos Campos para 1922 (APMSJC)
- Fig.9 Residência e Escola do Professor Sebastião Hummel/ Álbum de São José dos Campos/ João Netto Caldeira (APMSJC)
- Fig.10 e 11 Material Didático da Escola Normal Caetano de Campos/ Acervo da Caetano de Campos/ Brás-SP
- Fig 12. Escola Isolada (década de 1930) (APMSJC)
- Fig 13. GEOC (Ex residência Família Baracho) (APMSJC)
- Fig. 14 Grupo Escolar Olímpio Catão em seu 1.º prédio (primeira década do século XX) (APMSJC)
- Fig. 15 Externato São José (1926) (APMSJC)
- Fig. 16 Segundo Grupo Escolar de SJC (1920). (APMSJC)
- Fig. 17 Liga Paulista Tuberculose/ Correio Joseense / (APMSJC)
- Fig. 18 GEOC (início do século XX) (APMSJC)
- Fig.19 Grupo de Escoteiros do GEOC (sem data) (APMSJC)
- Fig. 20 Correio Joseense 1920/ (APMSJC)
- Fig. 21 Correio Joseense 1920/ (APMSJC)
- Fig.22 Jardim interno e varanda dos fundos da Câmara Municipal /Escola Normal - (APMSJC)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)